Carta do IBRE
Aumento da vinculação de despesas à receita torna mais difícil o desafio fiscal

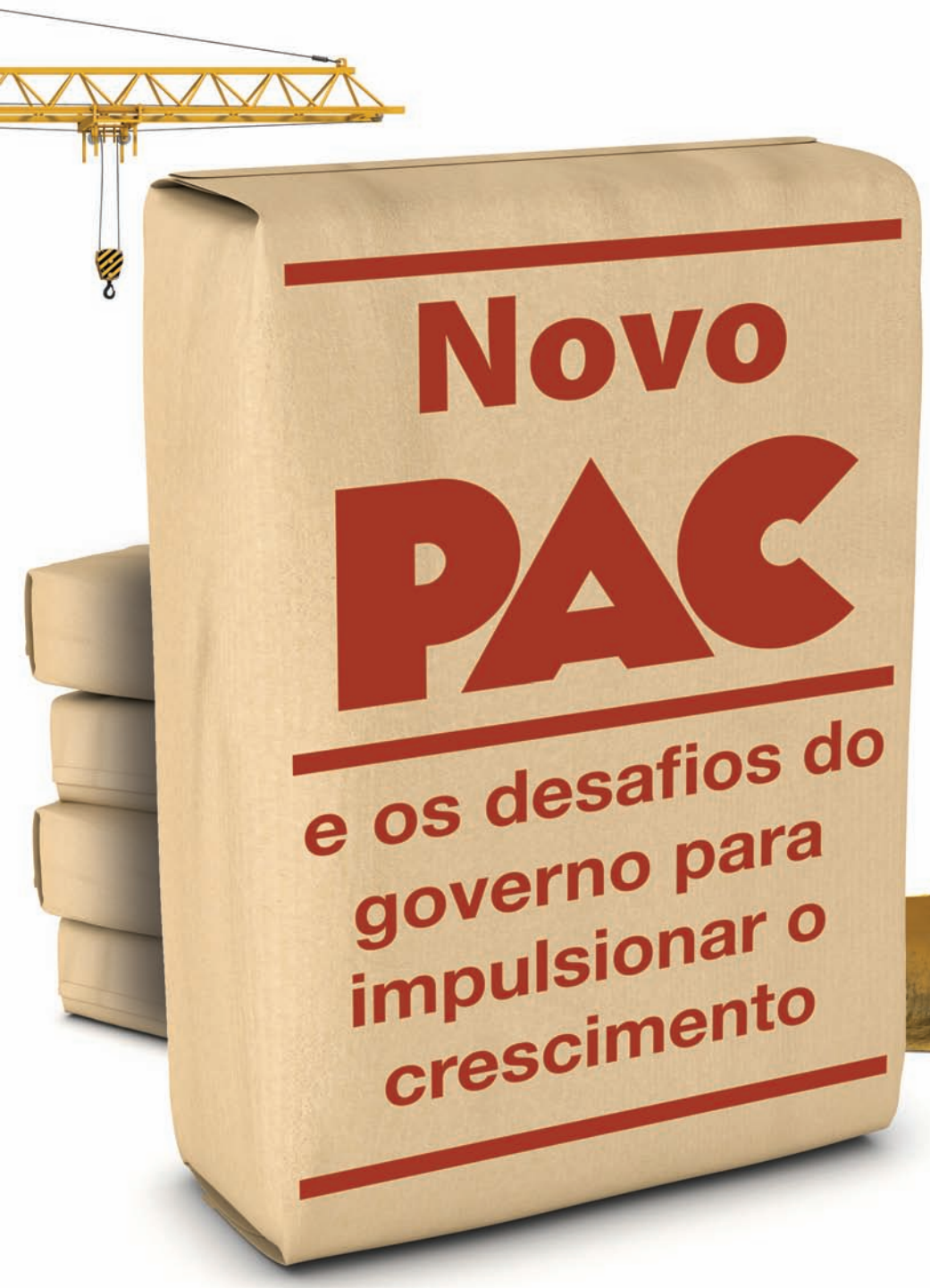
Ponto de Vista
Economia americana no aguardo do início da desaceleração

Entrevista
Guilherme Tinoco
Pesquisador associado do FGV IBRE



CONJUNTURA ECONÔMICA

FGV IBRE Editada desde 1947 • www.conjunturaeconomica.com.br • Novembro 2023 • volume 77 • nº 11



Juros do capital próprio
Manter ou eliminar?

Rio de Janeiro
Um porto *hub* de logística

Exportações brasileiras
Desempenho e tendências

Artigos
José Roberto Afonso
Lia Baker Valls Pereira
Luiz Firmino Pereira
Rafael Souza
Samuel Pessôa
Vilma da Conceição Pinto





CURSOS DE CURTA E MÉDIA DURAÇÃO.

PRESENCIAL | ONLINE | LIVE

3A BRASIL

ACELERE SUA CARREIRA COM A FGV.

Instituição número um em educação superior*.

Destaque-se na sua área de trabalho:

- Administração Pública • Direito • Economia e Finanças • Educação e Humanidades
- Estratégia e Negócios • Gestão de Setores Específicos • Liderança e Pessoas
- Marketing e Vendas • Relações Internacionais • Tecnologia e Ciência de Dados

Saiba mais e inscreva-se em
fgv.br/curta-e-media

FGV | EDUCAÇÃO EXECUTIVA

*Índice Geral de Cursos/MEC

CONJUNTURA ECONÔMICA

NESTA EDIÇÃO

FGV IBRE Instituto Brasileiro de Economia | Novembro de 2023

Carta do IBRE

6 Aumento da vinculação de despesas à receita torna mais difícil o desafio fiscal



O governo havia se comprometido a zerar o resultado primário em 2024, por meio de um ajuste fiscal a ser realizado basicamente pelo lado da receita. Por conta disso, a arrecadação bruta da União em 2024 teria que ser reforçada em cerca de R$ 169 bilhões, a serem obtidos por um amplo pacote de medidas, das quais apenas uma parte já foi aprovada. Mesmo com esse objetivo em jogo – o que nunca pareceu simples, como discutido na Carta do IBRE de outubro de 2023 –, o cumprimento de metas de primário tão arrojadas até o fim deste mandato exige contingenciamento relevante de despesas nos começos de todos esses anos. Isso porque, mesmo que as medidas necessárias pelo lado das receitas sejam aprovadas e implementadas, sua materialização não é instantânea e suas magnitudes carregam alguma dose de incerteza.

Ponto de Vista

10 Economia americana no aguardo do início da desaceleração



Se os próximos indicadores da atividade em novembro confirmarem os primeiros sinais de uma desaceleração mais sustentável da economia dos Estados Unidos, devemos ver o topo do ciclo monetário, inclusive do aperto dos juros longos. O pior, para os países emergentes, terá passado.

Entrevista

12 "Equilíbrio fiscal com aumento de arrecadação é uma aposta difícil"

No final de outubro, o economista Guilherme Tinoco, especialista em contas públicas, entrou para o time de pesquisadores associados do FGV IBRE. Em sua primeira entrevista após o anúncio, Tinoco avalia que o novo arcabouço afastou a perspectiva de cenários piores, indicando, entretanto, a percepção ruim que o governo deixará caso mude a meta de resultado primário de 2024. "Quando vemos o governo abandonando a meta recém-pactuada, ficamos questionando o que vai acontecer nos anos subsequentes a 2024".

CAPA | Novo PAC

22 Novo PAC



Um dos elementos que levam especialistas a alertar para o baixo potencial de crescimento do PIB brasileiro é o nível de investimento. Para reverter parte desse quadro e dinamizar a economia, uma das armas do governo é o novo PAC, lançado no início deste semestre.

Comércio Exterior

44 As exportações brasileiras e o comércio mundial

O superávit da balança comercial em 2023 deverá atingir US$ 93 bilhões segundo estimativas da Secretaria de Comércio Exterior. Mais um ano onde o setor externo não traz riscos para a estabilidade macroeconômica do país. Esse comportamento tem sido a regra desde 2001, com exceções nos anos de 2013 e 2014. O acúmulo de superávits permitiu ao país garantir um estoque de reservas internacionais que, junto com o câmbio flexível, assegurou ao país um colchão de segurança. Crises cambiais que fizeram parte da história do setor externo do país parecem ser questões do passado, até o momento. Uma segunda questão requer um olhar, além da macroeconomia. Nesse caso, o colchão de segurança está concentrado na consolidação das exportações de *commodities* e a maior dependência do mercado chinês.

FGV IBRE
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Praia de Botafogo, 190 – CEP 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
Caixa Postal 62.591 – CEP 22257-970 – Tel.: (21) 3799-4747

Primeiro Presidente e Fundador
Luiz Simões Lopes

Presidente
Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

Vogais: Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Willy Otto Jordan Neto

Conselho Curador
Presidente: João Alfredo Dias Lins (Presidente em exercício)

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado de Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ricardo Oberlander, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela)

Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Monteiro Aranha Participações S.A., Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Ricardo Gattass, Tenente Brigadeiro-do-Ar Jeferson Domingues de Freitas

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Vice-diretor: Vagner Laerte Ardeo

Superintendência de Estatísticas Públicas: Aloisio Campelo Junior

Superintendência de Infraestrutura e Mercados Globais: Túlio Barbosa

Superintendência de Inovação: Vagner Laerte Ardeo

Superintendência de Pesquisa, Dados e Operação: André Lavinas

Superintendência de Publicações: Claudio Roberto Gomes Conceição

Superintendência de Gestão Estratégica e Organizacional: Joana Braconi

CONJUNTURA
ECONÔMICA

Fundador
Richard Lewinsohn

Editor-Chefe
Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Editor-Executivo
Claudio Roberto Gomes Conceição

Editora
Solange Monteiro

Editoria de arte: Marcelo Nascimento Utrine

Capa e projeto gráfico: Marcelo Nascimento Utrine

Ilustração da capa: Istockphoto

Revisão: Mariflor Rocha

Colaboram nesta edição: José Roberto Afonso, Lia Baker Valls Pereira, Luiz Firmino Pereira, Luiz Guilherme Schymura, Rafael Souza, Samuel Pessôa e Vilma da Conceição Pinto

Secretaria e apoio administrativo
Rua Presidente Carlos de Campos, 417 – Laranjeiras
CEP 22231-080 – Rio de Janeiro – RJ

Conjuntura Econômica é uma revista mensal editada pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas, desde novembro de 1947.

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV.

A reprodução total ou parcial do conteúdo da revista somente será permitida com autorização expressa dos editores.

ANER www.aner.org.br
Instituto Verificador de Comunicação IVC

ISSN 0010-5945 Conjuntura Econômica. – Vol. 1, n. 1 (nov. 1947)

-.- Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1947-v. il.; 28cm. Mensal.

Órgão oficial de: Instituto Brasileiro de Economia. Diretores: Nov. 1947-mar. 1952, Richard Lewinsohn; Maio 1952-dez. 1968, José Garrido Torres; Jan. 1969-mar. 1974, Sebastião Marcos Vital; Abr. 1974-mar. 1979, Antonio Carlos Lemgruber; Abr. 1979-abr. 1994, Paulo Rabello de Castro; Maio 1994-set 1999, Lauro Vieira de Faria; Out. 1999-nov. 2003, Roberto Fendt; Dez. 2003-jun. 2004, Antonio Carlos Pôrto Gonçalves; Jul. 2004, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira.

ISSN 0010-5945

1. Economia — Periódicos. 2. Brasil — Condições Econômicas — Periódicos. I. Fundação Getulio Vargas. II. Instituto Brasileiro de Economia.

CDD 330.5

Nota do Editor



A guerra entre Israel e o Hamas elevou ainda mais a instabilidade nos mercados. Embora seja cedo para avaliar as reais dimensões do conflito no cenário econômico e político, uma questão já está presente: a alta dos preços do petróleo. Na semana seguinte ao ataque do Hamas a Israel, o preço voltou a subir, aproximando-se de US$ 90 por barril do tipo Brent.

Na verdade, é bom lembrar que desde meados de julho o petróleo tem ficado mais caro, pela menor oferta devido a cortes de produção feitos pela Arábia Saudita. Mas como a economia mundial está crescendo menos, isso tem brecado uma alta mais acentuada do barril. O que pode mudar se o conflito no Oriente Médio se alastrar.

Em sua última reunião, mesmo com o conflito, o Comitê de Política Monetária do Banco Central manteve a trajetória de corte dos juros, em 0,5 ponto, sinalizando que a evolução de novas tensões geopolíticas, os juros norte-americanos, a resiliência dos núcleos de inflação em diversos países, exige atenção e cautela por parte dos países emergentes.

Além da guerra – é bom não esquecer que há uma outra, entre a Rússia e a Ucrânia, que quase sumiu do noticiário –, o que embaralha e dificulta, ainda mais, as projeções dos analistas, já se trabalha, desde o final do primeiro semestre, com uma economia mais fraca neste segundo semestre do ano.

E isso se reflete nos índices de Confiança que o FGV IBRE calcula. Em outubro, houve queda generalizada da confiança entre empresários e consumidores. O comércio, um dos principais motores de crescimento, recuou pela segunda vez, desta vez mais acentuada, de 3 pontos em relação a setembro. E o mais preocupante: a retração maior foi observada no índice que mede as expectativas para os próximos meses, que caiu para 86,7 pontos, longe do nível considerado neutro, de 100 pontos. Do lado dos empresários, a expectativa também piorou: caiu 3,3 pontos sobre setembro.

Há vários nós que devem ser desatados para que a economia volte a crescer de forma segura. Vou citar, apenas, dois. O primeiro: reverter a queda dos investimentos. Apesar do melhor desempenho da construção civil, a forte contração da absorção de máquinas e equipamentos levará a uma retração do investimento de 1,0% em 2023. Analisando a série histórica, como apontou o Boletim Macro FGV IBRE (https://bit.ly/3QsAsfh) de outubro, vemos que é muito incomum termos ao mesmo tempo forte crescimento do PIB e redução do investimento. Apenas em 2002 houve algo parecido, com crescimento do PIB de 3,1% e contração do investimento de 1,4%.

O segundo, esse o calcanhar de aquiles: equacionar a questão fiscal. Depois que o ministro da Fazenda anunciou uma meta de déficit primário zerado no ano que vem, o presidente Lula disse que isso não será possível, e a meta pode ser mudada para déficit de 0,5% em relação ao PIB. Isso gerou ainda mais insegurança, o que tem levado ministros e políticos a buscarem uma saída para passar uma mensagem de que o governo está empenhado no equilíbrio fiscal. Mas, pelo que vem sendo avaliado, não há espaço para o aumento de receitas na magnitude que o governo projeta para equilibrar as contas públicas, com o excessivo aumento de gastos aprovado.

A ver.

Claudio Conceição – claudio.conceicao@fgv.br

Sumário

Carta do IBRE
6 Aumento da vinculação de despesas à receita torna mais difícil o desafio fiscal – *Luiz Guilherme Schymura*

Ponto de Vista
10 Economia americana no aguardo do início da desaceleração – *Samuel Pessôa*

Entrevista
12 "Equilíbrio fiscal com aumento de arrecadação é uma aposta difícil" Guilherme Tinoco – *Claudio Conceição e Solange Monteiro*

Macroeconomia
18 "Day before" – *José Roberto Afonso e Vilma da Conceição Pinto*

Capa | Novo PAC
22 Novo PAC – *Solange Monteiro*

Infraestrutura
36 Episódio VI: Ser ou não ser porto *hub* de logística *Luiz Firmino Pereira e Rafael Souza*

Comércio Exterior
44 As exportações brasileiras e o comércio mundial *Lia Baker Valls Pereira*

Aumento da vinculação de despesas à receita torna mais difícil o desafio fiscal



Luiz Guilherme Schymura
Pesquisador do FGV IBRE e doutor em economia pela FGV EPGE

O governo havia se comprometido a zerar o resultado primário em 2024, por meio de um ajuste fiscal a ser realizado basicamente pelo lado da receita. Por conta disso, a arrecadação bruta da União em 2024 teria que ser reforçada em cerca de R$ 169 bilhões, a serem obtidos por um amplo pacote de medidas, das quais apenas uma parte já foi aprovada.

Mesmo com esse objetivo em jogo – o que nunca pareceu simples, como discutido na Carta do IBRE de outubro de 2023 –, o cumprimento de metas de primário tão arrojadas até o fim deste mandato presidencial (zero em 2024, +0,5% do PIB em 2025, e +1% em 2026, com intervalo de tolerância de +/- 0,25 p.p.) exige contingenciamento relevante de despesas nos começos de todos esses anos. Isso porque, mesmo que as medidas necessárias pelo lado das receitas sejam aprovadas e implementadas, sua materialização não é instantânea e suas magnitudes carregam alguma dose de incerteza.

Conforme apontou o Tesouro Nacional em relatório semestral publicado em julho deste ano, caso obtenha cerca de 2,5% do PIB a mais de receitas até 2026 (ante a projeção feita no final de 2022 para 2023), o governo federal ainda é obrigado a contingenciar despesas, nos começos de 2024, 2025 e 2026, nos montantes aproximados de R$ 57 bilhões, R$ 64 bilhões e R$ 76 bilhões. Importante notar que esses números podem representar um bloqueio efetivo menor de despesas, caso se leve em conta o chamado empoçamento de gastos (recursos orçamentários que as áreas de governo não conseguem gastar), cuja média anual tem sido em torno de R$ 22 bilhões. Ainda assim, os níveis de contingenciamento são bastante elevados, e recairiam, naturalmente, sobre os investimentos públicos, ameaçando a execução de uma das principais bandeiras de campanha do novo governo, o PAC.

Fica evidente que a situação fiscal está longe de confortável, e não é por outra razão a celeuma em torno da meta. O contingenciamento de despesas necessário para se atingir os déficits primários almejados no início dos debates, mesmo após todo o hercúleo esforço de aprovação de medidas de aumento de receitas (supondo que seja integralmente bem-sucedido), representaria uma compressão muito forte das despesas discricionárias, sobretudo caso a materialização efetiva dessas medidas se frustre em termos de magnitude e *timing*.

Esse intenso aperto orçamentário e fiscal, mesmo diante da nova regra que permitiu algum aumento real da despesa (ao contrário do teto) e do grande esforço de aumento da carga tributária, tem como uma de suas causas a indexação de uma grossa fatia das despesas federais a variáveis que aumentam mais do que o percentual determinado para o conjunto do gasto pela nova regra fiscal introduzida este ano.

O caso mais emblemático é o do salário mínimo nacional, já levando em conta a nova política de reajuste definida a partir deste ano pela Lei nº 14.663/23 (variações do

INPC de T-1 e do PIB real de T-2), em um contexto no qual o quantitativo de benefícios previdenciários, sozinho, cresce, mesmo com a reforma de 2019, pouco abaixo do teto da variação real da despesa definido pela nova regra fiscal para 2024 (+2,5%). O salário mínimo nacional indexa cerca de 50% das despesas primárias da União (embora também gere algum aumento da arrecadação previdenciária).

Mas há outro fenômeno, o tema central desta Carta, que exerce grande pressão intraorçamentária e dificulta não só a consecução das metas fiscais como também a gestão eficiente de muitas políticas públicas. Trata-se da vinculação, legal ou constitucional, de um grupo crescente de despesas às receitas. É de fácil compreensão intuitiva que um ajuste fiscal baseado no aumento de receita torna-se mais difícil quando o crescimento da receita automaticamente se traduz em mais despesas. E esse é, de fato, um dos problemas que a política fiscal brasileira enfrenta neste momento.

Bráulio Borges, pesquisador associado do FGV IBRE, detalha o atual perfil das despesas vinculadas à receita, que cresceram recentemente ao reincluírem a saúde e a educação, e ao incluírem pela primeira vez as emendas parlamentares. No PLOA 2024, essas despesas corresponderão a quase R$ 500 bilhões, pouco menos de 23% do limite de despesas estabelecido pela nova regra fiscal.

No caso do gasto mínimo federal com saúde (a rubrica conhecida como "ações e serviços públicos de saúde", ASPS), até 2015 valia a Emenda Constitucional (EC) 29/2000, que definiu o piso do gasto como sendo o valor empenhado em 1999 reajustado em 5% e corrigido pelo PIB nominal dali em diante. Em 2015, entretanto, a EC 86 estabeleceu a vinculação à receita corrente líquida (RCL), iniciando-se em 13,2% e crescendo progressivamente até 15%. Mas no ano seguinte se aprovou a EC 95/2016, do teto de gastos, que antecipou os 15% da RCL para 2017 e, entre 2018 e 2023, determinou a correção do gasto mínimo com ASPS apenas pela inflação do IPCA. Já a EC 126/2022, conhecida como PEC da Transição, levou à aprovação da Lei Complementar (LC) no 200/2023, que extinguiu o teto de gastos. Com isso, voltou a valer a regra preexistente, isto é, a EC 86, com a vinculação a 15% da RCL do ano corrente, que valerá para os orçamentos de 2024 em diante (salvo nova mudança constitucional).

Na educação, o gasto mínimo federal com as chamadas "ações com manutenção e desenvolvimento do ensino", a rubrica MDE, foi vinculado a 18% da receita líquida de impostos (RLI) na Constituição de 1988. É importante notar que a RLI é substancialmente menor que a RCL, pois a primeira não inclui as contribuições, tributos que a União não divide com os demais participantes da Federação. Em 2024, a RCL corresponderá a 66,4% da receita primária total da União, e a RLI a apenas 27,5%. Como no caso da saúde, a EC 95/2016 do teto de gastos alterou a correção da rubrica MDE, que deixou de ser vinculada à RLI, e passou a acompanhar a inflação do IPCA. Também de forma semelhante, com o fim do teto de gastos este ano, voltou-se à regra antiga, de 18% da RLI do ano corrente, o que vale a partir de 2024.

Ainda na área da educação, o "novo Fundeb" (complementação federal aos gastos com ensino básico de estados e municípios) aprovado pela EC 108/2020 prevê que o total repassado pela União cresça até um máximo de 23% do total das receitas dos entes subnacionais. Como explica Borges, as receitas dos entes subnacionais incluem tributos próprios arrecadados por estados e municípios, mas também o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Esses fundos são compostos por parcela da arrecadação federal de impostos (mas não das contribuições). Dessa forma, o Fundeb também é uma receita vinculada às receitas da União (bem como às receitas próprias dos governos regionais). Uma parcela de 30% da complementação ao Fundeb realizada pela União é contabilizada para o cálculo do gasto mínimo constitucional com ações de MDE.

Ainda na lista das vinculações de despesas à receita está o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), definido pela Lei nº 10.633 em R$ 2,9 bilhões em 2003, a serem corrigidos anualmente pela variação da RCL da União. As despesas do fundo, que financia serviços públicos do DF, estão orçadas em R$ 23 bilhões para 2023. O último item mencionado por Borges são as emendas parlamentares obrigatórias que, com a aprovação do Regime Fiscal Sustentável este ano, deixaram de ser corrigidas pela inflação. As emendas individuais passam a corresponder a 2% da RCL, e as de bancada a 1%, da RCL, ambas tendo como referência a receita do ano anterior. O fato de ser o ano anterior é relevante. A vigência das novas regras se inicia em 2024, e, portanto, só a partir de 2025 as emendas podem ser corrigidas pelo percentual da RCL do ano anterior. Para 2024, a correção pela inflação foi mantida.

Uma faceta importante apontada por Borges no retorno à vinculação dos gastos federais de saúde e educação a medidas de receita da União, com o fim do teto de gastos, são as repercussões práticas, bem diferentes, desse fato em cada uma dessas rubricas de gasto público. Basicamente, o gasto em saúde sempre foi muito próximo ao mínimo obrigatório, e, portanto, a mudança faz muita diferença. Já na educação, o governo de hábito despendeu bem mais que o mínimo constitucional, de tal forma que a volta ao critério de correção antigo é menos impactante (além de criar espaço para algum contingenciamento desta última).

Na saúde, na fase do teto de gastos, levando-se em conta valores acumulados entre 2018 e 2022 (já que em 2017 o gasto foi de 15% da RCL), a correção pelo IPCA retirou do orçamento do setor R$ 37 bilhões, considerando-se um cenário contrafactual em que a vinculação à receita tivesse sido mantida. A EC 126/2022 (PEC da Transição) recompôs o gasto de ASPS para 2023 em R$ 22,7 bilhões, relativamente ao Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2023, enviado ao Congresso em agosto de 2022. Esse valor corresponde precisamente à diferença entre reajustar o gasto de 2022 pelo IPCA e defini-lo como 15% da RCL do orçamento de 2023.

Já na educação, a execução orçamentária ficou bem acima tanto da correção pelo IPCA (mínimo que valeu sob o teto de gastos da EC 95/2016) quanto do referencial de 18% da RLI, entre 2017 e 2020. Em 2021, a execução praticamente empatou com os 18% da RLI, e, apenas em 2022, ficou abaixo, em cerca de R$ 6,7 bilhões.

O problema das vinculações de despesa à receita, num ajuste fiscal planejado para ocorrer basicamente pelo lado da arrecadação, aparecem de forma bastante evidente no caso do mínimo constitucional da saúde. De acordo com projeção do Ministério do Planejamento publicada em agosto deste ano, esse mínimo saltará de R$ 168,1 bilhões em 2023 para R$ 218,4 bilhões em 2024, num aumento de 30% (cerca de R$ 50 bilhões). Boa parte desse aumento se deve à projeção de aumento da carga tributária (aumento este ainda longe de estar garantido), o que automaticamente eleva a base sobre a qual se calcula os 15% da RCL. Esses R$ 50 bilhões de aumento do orçamento com saúde, além de representarem um valor muito próximo do contingenciamento previsto para ocorrer em fevereiro (caso a atual meta fiscal não seja alterada), também não são contingenciáveis (mesmo que as receitas que balizaram este aumento não se concretizem).

> Vinculação de grupo crescente de despesas à receita exerce grande pressão intraorçamentária e dificulta metas fiscais e gestão eficiente de muitas políticas públicas

Manoel Pires, pesquisador associado do IBRE, estima de forma bastante preliminar que, dados todos os aumentos automáticos de despesa (pela vinculação) associados ao aumento da arrecadação, cerca de 20-25% desta alta de impostos deve ser perdida na partida em termos de melhoria do resultado primário.

Isso se soma ao problema de que, para fechar suas próprias contas pelo lado da receita, a União tem que arrecadar substancialmente mais que o necessário, pois parte dos tributos adicionais será distribuída automaticamente para estados e municípios (via partilha federativa). Assim, o governo mirou em seu pacote tributário uma arrecadação extra de pouco menos de R$ 170 bilhões em 2024 para obter cerca de R$ 125 bilhões necessários ao cumprimento das metas de primário do governo central. Essa diferença de quase R$ 45 bilhões irá engrossar as receitas disponíveis dos governos regionais sem nenhum esforço por parte deles (algo que não deveria ser ignorado em termos das discussões sobre compensação das perdas de receitas de ICMS geradas por decisões tomadas pelo governo federal em 2022, muito menos em termos do tamanho do Fundo de Desenvolvimento Regional da reforma tributária da PEC 45/2019).

Outra questão importante levantada por Pires leva em conta a elevação do gasto com Previdência e benefícios sociais – acima do percentual do gasto como um todo definido pelo novo arcabouço fiscal – causado pelo aumento do salário mínimo nacional. Esses mecanismos de indexação e vinculação fazem com que, mesmo o governo tendo removido o teto de gastos, o ganho de espaço para tomar decisões de aumento de outras despesas permaneça relativamente exíguo. Em outras palavras, o novo arcabouço fiscal criou um espaço de despesa adicional em relação ao teto

de gastos que foi grandemente consumido pelo aumento expressivo do orçamento para o Bolsa Família (de 1,1% do PIB em 2022 para 1,7% de 2023 em diante), pela nova política de reajuste real do salário mínimo nacional e por aumentos automáticos de dispêndio independentes de decisões do Executivo.

Borges chama atenção ainda para o fato de que a vinculação de despesas à receita também cria problemas para gerir de forma eficiente as políticas públicas. As receitas tributárias são, por sua própria natureza, bastante voláteis, e a boa condução de áreas como saúde e educação depende de maior previsibilidade e estabilidade de receitas em bases plurianuais. O pesquisador do FGV IBRE nota que, no período de 2009 a 2022, a RCL chegou a uma variação anual máxima de 55,9%, e uma variação mínima de -31%. A RLI teve variação máxima de 34,1%, e mínima de -9,6%. Já o atual critério de variação das despesas do novo arcabouço fiscal implica variação máxima de 2,5% e mínima de 0,6%.

Por outro lado, o economista critica a desindexação e desvinculação completas das despesas, o chamado "orçamento base zero", sobretudo quando se leva em conta "o ciclo político-eleitoral e a miopia dos políticos, que geram muito mais incentivos para construir 'estradas' e não 'escolas'", nas palavras do pesquisador.

Borges cita estudos que efetivamente encontram relação de causalidade entre aumento de dotações e melhoria de resultados de políticas públicas, como Bentz (2022) para o caso da educação básica. Adicionalmente, o pesquisador do FGV IBRE aponta a evidência indireta da criação do SUS e do aumento da carga tributária de 1999-2005, que levaram a algumas décadas de forte expansão do gasto *per capita* em saúde no Brasil. Entre 2000 e 2019, nos três níveis da Federação, esse gasto mais do que dobrou. Num processo coincidente, a expectativa de sobrevida aos 65 anos, que de 1950 a meados da década de 90 manteve-se entre 11/12 anos para homens e mulheres, saltou neste século para cerca de 20 anos, para mulheres, e aproximadamente 17/18, para os homens.

Se isso é uma indicação de que os meios, isto é, o volume de recursos, importam para a qualidade das políticas públicas, Borges alerta para o risco de se cair na visão extrema de que só os meios, e não a eficiência, são necessários. Ele lembra do caso dos municípios do Ceará, que se situaram do meio para cima da distribuição dos resultados do Ideb (exame nacional de avaliação de nível de aprendizado no ensino fundamental das escolas de redes municipais e estaduais), apesar de, no contexto brasileiro, estarem nos níveis mais baixos de gastos por aluno.

> Indexação e vinculação fazem com que, mesmo com remoção do teto de gastos, ganho de espaço para decisões de aumento de outras despesas permaneça relativamente exíguo

Em conclusão, Borges avalia que o aumento da indexação de despesas às receitas a partir de 2024 traz desafios adicionais para a gestão fiscal – uma consolidação fiscal amparada em aumento da carga – como também para a gestão das políticas públicas financiadas por esses mecanismos. Na sua visão, a vinculação das despesas às receitas não parece ser o sistema mais adequado. As razões são a elevada pró-ciclicalidade e a menor previsibilidade (inclusive por conta das incertezas quanto à aprovação das medidas necessárias para entregar as metas fiscais). Ademais, mudanças rápidas na estrutura demográfica também afetam o *mix* desejável de gastos entre saúde e educação.

Assim, afastada a ideia do orçamento base zero, o economista pondera que "algum tipo de indexação parece ser o melhor caminho, talvez definindo uma trajetória de ganhos reais do gasto *per capita* e com alguns mecanismos atrelados a desempenho". Nessa linha, para Borges, o ideal seria o governo priorizar, na medida do politicamente possível, as alterações nas vinculações de saúde e educação.

Em paralelo, Borges defende a implementação efetiva da agenda de revisão periódica de gastos (*spending reviews*), que permitiria melhorar a eficiência do gasto já realizado, com eventual realocação dentro do Orçamento Geral da União e mesmo geração de alguma economia fiscal em termos do resultado primário.

O texto é resultado de reflexões apresentadas em reunião por pesquisadores do IBRE. Dada a pluralidade de visões expostas, o documento traduz minhas percepções sobre o tema. Dessa feita, pode não representar a opinião de parte, ou da maioria, dos que contribuíram para a confecção deste artigo.

Foto: Divulgação



"Equilíbrio fiscal com aumento de arrecadação é uma aposta difícil"

Guilherme Tinoco
Pesquisador associado do FGV IBRE

Claudio Conceição e Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

No final de outubro, o economista Guilherme Tinoco, especialista em contas públicas, entrou para o time de pesquisadores associados do FGV IBRE. Em sua primeira entrevista após o anúncio, Tinoco fez uma panorâmica dos principais temas da agenda fiscal brasileira, destacou a dificuldade que o governo federal terá para impulsionar o investimento público, e sinalizou que há poucas frentes de onde esperar surpresas que revertam as projeções de um PIB fraco em 2024. "No campo fiscal, o novo arcabouço afastou a perspectiva de cenários piores", diz, indicando, entretanto, a percepção ruim que o governo deixará caso mude a meta de resultado primário de 2024. "Quando vemos o governo considerando abandonar a meta recém-pactuada, ficamos questionando o que vai acontecer nos anos subsequentes a 2024", afirma.

***Conjuntura Econômica* — Como avalia a possível revisão da meta do déficit primário para 2024? Se confirmada, quais implicações poderá ter em termos de credibilidade do arcabouço?**

Gostaria de começar com um breve retrospecto. Quando o governo novo foi empossado, já se sabia que o teto de gastos, instituído em 2016 pela Emenda Constitucional 95, não seria mantido. O nível das despesas discricionárias como percentual do PIB já estava muito baixo, não tinha como continuar dessa forma. Também havia a questão da credibilidade. Depois de tantas mudanças, principalmente as do final de 2021, quando se alterou o cálculo do teto e adiou-se parte

do pagamento de precatórios, aquilo de fato causou um problema sério de credibilidade. Então, estava claro que o teto não iria durar.

Quando veio a PEC da Transição, vários economistas de mercado já se mostravam confortáveis com um aumento de gastos em torno de R$ 100 bilhões em relação ao teto original. Mas esse aumento veio mais alto do que se esperava, de quase R$ 200 bilhões, e isso deu uma assustada. Passou-se então a esperar o anúncio do novo arcabouço fiscal que, quando veio, foi bem avaliado. Vejo pontos positivos nele, como a questão de a regra principal ser a regra de despesa. MasMas como a despesa ia estar num patamar muito mais elevado em 2023, e a regra do arcabouço ainda permite aumentos reais todo ano, conforme o comportamento da receita, a trajetória fiscal foi ancorada com uma regra de superávit primário. O mercado recebeu bem, pois essa ancoragem do primário permitia, nas nossas simulações, ver uma estabilização da dívida no curto prazo. Se zerássemos o déficit primário em 2024, por exemplo, já seria muito positivo.

Chegando agora à pergunta, a possibilidade de revisão da meta de déficit para 2024 é um lado ruim, pois se trata de um pacto firmado pela nova equipe econômica há menos de seis meses. Era melhor ter colocado uma meta um pouco mais frouxa, mas que não fosse mexida menos de um ano depois, visando ao segundo ano do mandato. Vale lembrar que as consequências do não cumprimento demoram um pouco a acontecer, porque os gatilhos caso não se cumpra a meta – com o limite de gastos sendo reduzido de 70% para 50% da alta real da receita – são acionados para o ano seguinte.

Então, vejo essa possibilidade de alteração com preocupação, por ter sido uma meta pactuada há pouco tempo. Vejo com preocupação também porque enquanto se questiona a meta, se levantam dúvidas sobre qual afinal ela será, a tendência nesse período é de que haja uma desancoragem, de se esperar um resultado um pouco pior do que se a meta estivesse definida. E, com um déficit maior, a gente demora um pouco mais a ver o equilíbrio fiscal em termos de balanço primário e estabilização de dívida. Vale destacar que, ao analisar a política fiscal e projetar as variáveis, já esperávamos que seria muito difícil cumprir a meta de primário para o ano que vem. Mas quando vemos o governo considerando abandonar a meta recém-pactuada, também ficamos em dúvida, questionando o que vai acontecer nos anos subsequentes a 2024.

> Como ponto positivo (do arcabouço fiscal), há o fato de ser um pacto por quatro anos, justamente para que o próximo governo possa revisar percentuais

Qual sua avaliação do pacote de medidas da equipe econômica para ampliar receitas e cumprir a meta de primário? Considera que a rediscussão da meta pode comprometer a aprovação das medidas no Congresso?

Acho muito difícil que, sem a meta original, a tramitação aconteça da mesma forma. Afinal, são medidas que têm custo para segmentos da sociedade. Basta fazer um paralelo com a reforma tributária: os que se consideram perdedores se mobilizam. Ainda que uma medida passe, a tendência é de que seja aprovada de forma diferente, perdendo potência. Ou seja, ainda pode ser positiva, mas perde força.

Quanto à agenda de medidas, acho que é legítima. O governo eleito trouxe um novo arcabouço fiscal que tem vantagens e desvantagens. Como desvantagem, o aumento muito acelerado da despesa no primeiro ano. Como ponto positivo, além da questão de manter a âncora principal na despesa, como mencionei, há o fato de ser um pacto por quatro anos, por um tempo de mandato, justamente para que o próximo governo possa revisar percentuais, mudar um pouquinho a regra da despesa, assumir as consequências do pacto de despesa que ele próprio firmar.

A opção deste governo, do Ministério da Fazenda, foi por um aumento de despesa, que seria equilibrado via aumento de receita. Sabemos bem, especialmente em comparações

com outros países emergentes, que a carga tributária do Brasil já é elevada. Ou seja, não há muito espaço para aumentar; de fato, essa agenda de ampliar receita se concentra no fechamento de algumas brechas na arrecadação, como reduzir a evasão, a tributação *offshore*. Enfim, é a agenda que se está perseguindo. O fundamental, entretanto, é que se garanta equilíbrio fiscal. Aí entram as preocupações com um déficit mais elevado, o quanto atrasará a estabilização da dívida pública.

Ao mesmo tempo em que se persegue uma compensação do aumento de despesas com aumento de receitas, também se observa o avanço de projetos com impacto fiscal significativo, como a ampliação do limite de faturamento para enquadramento no Simples. Diante da batalha de interesses que hoje vemos no Congresso, é possível acreditar em uma arrecadação mais robusta como a equipe econômica espera?

Conseguir o equilíbrio fiscal via aumento de arrecadação é de fato uma aposta difícil, mesmo quando buscamos estimar a arrecadação das medidas anunciadas. Veja, por exemplo, a expectativa de arrecadação com as mudanças nas regras de tributação dos incentivos fiscais de ICMS, com as quais o governo espera arrecadar R$ 35 bilhões (*em outubro, o governo revisou a projeção para R$ 26,3 bilhões, entre outros motivos, pela revisão da estimativa de entrada em vigor da medida, agora sendo tramitada por projeto de lei*). Acho que essa arrecadação não vai acontecer.

Qual sua avaliação sobre a reforma tributária como foi aprovada no Senado?

Essa reforma foi construída por pessoas muito sérias como Bernard Appy (atual secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda), com base em estudos do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), e vem sendo debatida há muitos anos. Estamos falando em alinhar a tributação do consumo às práticas modernas, por meio de um IVA, com base ampla, não cumulatividade plena e cobrança no destino. Acho que é natural que durante a tramitação ela vá perdendo força, ainda que tenha sido, talvez, de forma mais acentuada do que se esperava. Mas os especialistas que têm acompanhado mais diretamente essa tramitação ainda dão uma nota bem razoável para o texto aprovado no Senado. Acho pouco provável que, na volta à Câmara, haja reversão das alterações que a enfraqueceram. Mas ela ainda é importante para substituir um sistema que é hoje é totalmente obsoleto. Estive em uma Secretaria da Fazenda (como assessor especial da Secretaria do Estado de São Paulo, 2019-2023), e vi de perto a loucura que é o ICMS. Quando assessorei diretamente o secretário Henrique Meirelles, lembro-me que a maioria das reuniões que acompanhei era para tratar de assuntos tributários. Era uma perda enorme de energia tratando de exceções, regimes especiais, que é o que a reforma quer mitigar.

> A agenda de ampliar receita se concentra no fechamento de brechas na arrecadação, como a tributação *offshore*. O fundamental é que se garanta equilíbrio fiscal

Em entrevistas, você já destacou a preocupante situação do investimento no Brasil, em especial o público, com o estreitamento da margem para despesas discricionárias. Como avalia a possibilidade de ampliação em 2024, posto que a situação fiscal do governo federal tende a ser mais apertada – e, caso o governo busque expandir o gasto mais do que a disciplina fiscal recomenda, pode dar um sinal negativo para a atração de investimento privado?

O novo arcabouço permite um aumento grande de despesa. Uma parte desse aumento vai para a Previdência, que sempre cresce um pouco. Com a volta da regra de reajuste do salário mínimo que prevê ganhos reais, o impacto da Previdência será maior. O cálculo é de crescimento do PIB de dois anos antes mais a inflação do ano anterior. Isso significa que teremos adiante um reajuste que inclui uma variação de PIB em torno de

3%, como previsto para este ano. Isso vai afetar o investimento. Acho também que faltou tratar a questão dos mínimos constitucionais. No caso da saúde, por exemplo, esse valor subiu muito. Do jeito que estão, os mínimos também vão espremer as despesas discricionárias. Dessa maneira, a gente meio que recomeça o debate que se tinha com o teto de gastos, de uma previsão de despesas discricionárias que ia se reduzindo ao longo do ano, comprimindo o investimento.

Fui um defensor do teto de gastos na sua concepção, pois o fundamental naquele momento era estimular algumas reformas pelo lado da despesa. Mas quando em 2019 a reforma da Previdência tramitava no Congresso – somando a reforma dos servidores federais, ela impactava mais da metade do gasto primário –, eu e Fabio Giambiagi, agora meu colega de FGV IBRE, propusemos uma mudança marginal no teto de gastos que desse proteção ao investimento público. Entendíamos que, tal como Bráulio Borges (pesquisador associado FGV IBRE) mostrava, o investimento não estava cobrindo sequer a depreciação e, para ampliar nosso crescimento potencial, precisamos investir. Conto isso porque considero que o setor público também tem um papel no investimento. Mas, novamente, acho que a perspectiva adiante não é muito boa. A questão da regra de reajuste do salário mínimo já está dada, são escolhas de governo. Talvez precisemos reformar a questão dos mínimos constitucionais, realizar mudanças do lado do gasto mesmo. (*sobre o tema, leia também a Carta do IBRE, pág. 6*)

Só para complementar essa questão do crescimento potencial, acho sempre importante falar que o fiscal depende do PIB em três dimensões. A primeira é a relação dívida/PIB, pois um PIB maior melhora a situação de endividamento. A segunda é a relação do PIB com o resultado primário, já que um PIB crescendo ajuda na receita. E maior crescimento do PIB ainda significa mais emprego, talvez ganhos de renda, e isso também pode reduzir a pressão por gastos sociais, por mais proteção numa larga escala. Pode parecer meio óbvio, mas nessa discussão fiscal é sempre bom lembrar que o PIB tem que crescer, e o investimento público e privado é base para isso.

> (Com o Desenrola), daqui dois a quatro meses cerca de 70 milhões de pessoas poderão voltar ao mercado de crédito. É muita coisa, e isso pode significar alguma contribuição em 2024

Este ano, o crescimento do PIB brasileiro foi impulsionado pelo setor agropecuário, em especial, pela exportação de *commodities* agrícolas. Esse resultado é ilustrativo de uma mudança de função de produção no Brasil, em particular na última década, em que a indústria tem perda significativa de participação. Como pensar em ampliar o potencial de crescimento diante desse aumento da dependência do agronegócio?

É uma pergunta de milhão de dólares. No médio e longo prazo, ainda é difícil vislumbrar. O que a gente tem de referência é que, pelo lado demográfico, não contaremos mais com muita ajuda. Do lado do investimento, do qual já falamos um pouco, também sabemos que há imensos desafios. Por exemplo, este ano a economia vai crescer 3%, e a formação bruta de capital fixo vai cair (*a projeção do FGV IBRE é de queda de -1%*). Temos ainda a produtividade, sobre a qual hoje discutimos o impacto das reformas dos últimos anos, o quanto elas ampliaram a produtividade ou não, se estamos colhendo algum impacto. Pensando nessa abordagem da função de produção, como a gente vai fazer pra estimular o investimento e a produtividade?

A reforma tributária pode ser um componente para ajudar na produtividade, bem como na parte do investimento. Talvez as tendências globais de busca por uma matriz produtiva mais limpa possam colocar o Brasil como receptor de mais investimento estrangeiro. É uma oportunidade para a América Latina como um todo, mas especialmente para o Brasil, que já tem uma matriz energética predominantemente limpa, e boas perspectivas para o hidrogênio verde (leia mais sobre oportunidades brasileiras na transi-

ção global energética na *Conjuntura Econômica* de setembro: https://bit.ly/471UVO2). Então, saber se colocar nessa nossa nova organização da produção mundial pode ser uma saída para o país no médio prazo.

Se pensar no curto prazo, aí entra a discussão sobre os fatores de caráter um pouco excepcionais que colaboraram para o crescimento este ano que não se repetirão no ano que vem. A começar pelo próprio impulso fiscal deste ano, com um gasto que aumentou muito em relação a 2022. Estamos com um delta de 8% de crescimento real da despesa. Saímos de superávit do governo central de 0,5% em 2022 para um déficit que deve ser de 1,3%, de mais ou menos R$ 140 bilhões. Isso, no curto prazo, é impulso fiscal. No ano que vem, reduzindo o déficit primário, o fiscal passará a contribuir menos. Para o curto prazo, isso é ruim, mas para o longo prazo é um canal de melhora das condições financeiras.

Há também o restante da poupança acumulada pelas famílias durante a pandemia. É difícil estimar de quanto é esse excedente de poupança, mas há sinais de que este ano ainda contamos com essa contribuição. Se houver alguma margem para o ano que vem, será certamente menor do que a de 2023. E, no campo das exportações, as expectativas são de desaceleração de preços de *commodities* e também de volume, com a desaceleração da economia mundial. A própria variação da produção agropecuária, ainda que continue em um nível parecido ao deste ano, que foi excepcional, não terá o mesmo efeito em termos de contribuição ao crescimento.

Quais as perspectivas para a trajetória da inflação e do corte de juros pelo Banco Central?

Vemos uma desinflação em curso, mas parece que o grosso já aconteceu. No caso do horizonte de cortes, se a gente tinha expectativa de cortes mais frequentes no ano que vem – mesmo que não acelerasse neste ano de 0,5 ponto percentual para 0,75 p.p. em algum momento –, hoje vemos um ponto de interrogação. Acho que hoje todo mundo que acompanha vê um panorama mais complexo do que há dois meses, muito por conta do cenário internacional.

> Do jeito que estão, os mínimos constitucionais vão espremer as despesas discricionárias, e a gente meio que recomeça o debate que tínhamos com o teto de gastos

De onde poderiam chegar surpresas positivas para 2024?

Tem alguns fatores que podem ajudar. Não são muitos, nem com potencial tão significativo, mas existem. Na parte do consumo, temos dois. Ainda estamos buscando entender melhor o impacto do Desenrola. O dado principal, por enquanto, é de que o grupo de famílias da faixa 1 envolve uma dívida de R$ 150 bilhões que está sendo negociada com descontos que podem superar 80%. Ou seja, um desconto potencial de R$ 125 bilhões. O que tivemos de informação preliminar é que as pessoas estão negociando em parcelas mais curtas. Isso significa que daqui poucos meses cerca de 70 milhões de pessoas poderão voltar plenamente ao mercado de crédito. É muita coisa, e isso pode significar alguma contribuição. O segundo elemento no campo do consumo é o mercado de trabalho. Considero que ainda tem espaço para crescimento da população ocupada, mesmo que a taxa de participação permaneça mais baixa do que o observado no pré-pandemia. Fizemos um exercício de manter constante a taxa de desemprego, ou em um nível um pouco acima da atual, com 8% a 8,2% na média do ano. Levando em conta que esperamos um crescimento da população ocupada em torno de 1%, mantendo o salário real parado nos últimos valores observados, isso significa um aumento real de massa salarial em torno de 1,5%, o que também pode dar fôlego para o consumo. Mas se trata apenas de exercícios, para mostrar que o mercado de trabalho ainda tem um fôlego para dar à massa de renda.

De qualquer forma, não são muitos os fatores que vislumbramos hoje. A maioria dos analistas com os quais converso está um pouco mais pessimista para o ano que vem. No campo do investimento, os desafios são maiores,

porque normalmente o investimento não cresce quando a economia desacelera. Mas torcemos para que a base de comparação mais baixa, por conta do desempenho em 2023, e outros fatores tais como o investimento estrangeiro ajudem a empurrá-lo em 2024.

Em que medida o sucesso do governo na sua agenda legislativa neste primeiro ano de mandato poderá influenciar o cenário para 2024?

Mal ou bem, o arcabouço afastou cenários drásticos para as contas públicas. Se o governo entregar um déficit de 0,5% do PIB no ano que vem, com perspectiva de zerá-lo em 2025, cumprirá algo que já está na projeção do mercado – em alguns casos, seria até melhor. Minha projeção é de um déficit de 0,8% do PIB para 2024, de cerca de R$ 80 bilhões, zerando daqui a dois ou três anos, com estabilização da dívida em quatro a cinco anos, em torno de 83% do PIB. Vale lembrar que, no ano da pandemia, a dívida chegou a 87% do PIB. Ou seja, nos piores cenários, ela voltará para onde já esteve. Essa perspectiva de que já afastamos cenários piores reforça a percepção ruim caso o governo quebre um compromisso que fez há tão pouco tempo. Afinal, os números já estão aí, já era esperado um déficit maior. A boa notícia é se a reforma tributária for aprovada, pois isso pode dar um alento para o ano que vem, com potencial de melhorar as condições financeiras. No caso do setor externo, é muito difícil de prever. Mas talvez o processo de inflação nas economias avançadas tenda a se estabilizar, e na metade do ano que vem os bancos centrais lá fora comecem a flexibilizar a política monetária.

Um de seus temas de estudo são as contas públicas dos estados. Atualmente, o maior foco de atenção nesse campo está na reforma tributária, em como se dará a divisão do novo IVA. Quais desafios avalia que esses entes têm adiante?

Quando analiso a situação dos estados, gosto de usar como referência a situação em 2015, 2016, aquele período de recessão que levou muitos entes a uma situação drástica, sem dinheiro para pagar a folha. A partir dali, acho que o governo federal criou programas, levou adiante o regime de recuperação fiscal para renegociar dívidas dos entes mais endividados, e houve um avanço institucional, com a divulgação do boletim dos entes federativos, dando mais transparência à situação fiscal. Além de medidas que entraram em emendas constitucionais que reforçaram dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Com a recuperação da economia, a receita parou de cair e eles passaram a melhorar. Na pandemia, quando a receita despencou, o montante transferido pela União acabou sendo até mais elevado do que eles precisavam. Em 2022 teve a mudança de alíquotas de ICMS em bens essenciais, mas os estados conseguiram ser compensados de alguma forma. Hoje a situação é melhor do que quatro anos atrás, mas os estados ainda têm que conviver com essa pressão de aumento de despesas. Precisamos lembrar que mais da metade do gasto dos estados é com pessoal. E a parte da previdência, se não cuidada, é uma bomba-relógio. São Paulo, por exemplo, recentemente deu o aumento para várias categorias, principalmente segurança pública. Essa agenda se relaciona com a da eficiência de gasto. No caso da segurança pública, é desafiador, já que é uma atividade intensiva em pessoal. O mesmo acontece em educação e saúde, onde talvez ganhos de eficiência possam reduzir o nível de reposição de servidores que se aposentam.

> Pode parecer meio óbvio, mas nessa discussão fiscal é sempre bom lembrar que o PIB tem que crescer, e o investimento público e privado é base para isso

No caso da reforma tributária, os estados também estão organizados para não perderem, e isso ficou claro no Senado, que é a casa dos estados. Os próprios formuladores da reforma defendem que o projeto está sendo elaborado para os estados não terem perdas relevantes. Mas sabemos que tudo também passa pelo crescimento do PIB.

Economia americana no aguardo do início da desaceleração



Samuel Pessôa
Pesquisador associado do FGV IBRE

Na última semana de outubro, o IBGE americano, o Bureau of Economic Analysis, divulgou o desempenho da economia americana no terceiro trimestre de 2023, em comparação ao trimestre imediatamente anterior. O resultado foi acima do previsto pelo mercado, 4,9% ante 4,5%, e muito superior às estimativas de crescimento potencial. O desempenho da economia no terceiro trimestre foi inequivocamente muito forte.

O ótimo desempenho no terceiro trimestre ocorre após um longo ciclo de elevação dos juros e de retração do setor de construção imobiliária por oito trimestres seguidos. Em geral, o setor imobiliário antecipa o ciclo da economia em um a um ano e meio. Desta vez foi diferente. A política monetária agiu, as hipotecas encareceram, o setor imobiliário reduziu sua atividade em 20% nos últimos oito trimestres, mas a desaceleração ainda não se espalhou para os demais setores.

Há várias explicações para a surpreendente *performance* da economia no terceiro trimestre. Após década e meia de juros muito baixos e com programas que estimularam a captação de empréstimos muito baratos na pandemia, e com a distribuição de recursos do Tesouro diretamente para as famílias, o setor privado, pessoas físicas e empresas, estão com suas finanças em boas condições. Todas as empresas com caixa e dívidas baratas com prazo de vencimento longo. As famílias, por sua vez, acumularam muita poupança forçada nos quase três anos de pandemia e refinanciaram suas hipotecas a taxas bem reduzidas.

Para além desses fatores mais estruturais que reduzem a potência da política monetária, o consumo, principalmente de serviços, foi muito forte no verão. Fato compreensível após as longas quarentenas. De fato, a contribuição do consumo para os 4,9% de crescimento foi de 2,7 pontos percentuais, sendo que 1,6 p.p. do consumo de serviços. Outro item com forte contribuição foi a acumulação dos estoques, que adicionou 1,3 p.p. à atividade. Somente esses dois itens contribuíram com 4 pontos percentuais dos 4,9% de crescimento.

É fato que parte do consumo maior do verão deve ser captado pela sazonalidade. No entanto, havia muito consumo reprimido após tantos anos de pandemia. Por isso o consumo cresceu 4% no terceiro trimestre, já considerando os parâmetros sazonais. Assim, deve haver uma desaceleração

do consumo no quarto trimestre do ano. Adicionalmente, tudo sugere que o ciclo de estoques terminou e que haverá neutralidade desse item da demanda agregada.

Com a passagem do verão e o fim do ciclo de estoques, a economia deve desacelerar. De fato, o indicador do desempenho da atividade econômica de outubro, ISM da indústria manufatureira, sugere desaceleração. O acompanhamento do Fed Atlanta para o quarto trimestre indica desaceleração, dos 4,9% do terceiro para 1,2%, sendo que consumo e estoques contribuem com apenas 0,5 ponto percentual, queda expressiva da contribuição de 4 pontos percentuais do terceiro trimestre.

Também o mercado de trabalho de outubro apresentou alguma desaceleração. Foram criados 150 mil empregos na economia formal, contra uma expectativa de 180 mil, a taxa de desemprego elevou-se para 3,9% ante uma expectativa de 3,8%. O ISM de serviços também recuou, mas com algumas aberturas mostrando uma economia ainda aquecida, principalmente novos pedidos. De maneira geral pode-se afirmar que os dados de atividade divulgados no final de outubro e nos primeiros dias de novembro sinalizam uma possível desaceleração da economia americana no quarto trimestre.

Finalmente, o ciclo monetário iniciou-se somente no final de 2021. E, dado o forte choque inflacionário, as taxas de juros reais do mercado monetário – curva de um ano líquido da inflação implícita – somente entraram no terreno contracionista (sob a hipótese conservadora de juro neutro de 0,5% ao ano) – em agosto passado. Dadas as defasagens naturais da política monetária, a contração monetária será sentida somente no final do primeiro semestre de 2024.

Assim, o banco central americano, Fed, está no terreno do ajuste fino de política monetária. Se os dados de atividade e de inflação vierem em novembro como planejado, não deve haver mais uma elevação da taxa básica de juros. Se a atividade se sustentar mais, é possível que a resposta seja alongar o ciclo monetário.

Se os dados de atividade e de inflação vierem em novembro como planejado, não deve haver mais uma elevação da taxa básica de juros nos EUA

Nesse momento de ajuste fino da política monetária é importante olharmos com cuidado os indicadores que, segundo os formuladores da política monetária, são os mais relevantes. O que o Fed olhará? Um bom caminho é ler as respostas de presidente do Fed, Jerome Powell, logo após a divulgação da última decisão de política monetária. O presidente considera que o crescimento da atividade pode surpreender para melhor sem que seja necessariamente um sinal de excesso de demanda. Segundo Powell "com o aumento da força de trabalho e um funcionamento melhor do mercado de trabalho, e a normalização das cadeias globais de valor, o crescimento potencial é hoje maior, como temos visto". Com relação a salários afirmou "os aumentos reduziram significativamente ao longo dos últimos 18 meses e estão substancialmente próximos do nível consistente com a inflação a 2%". Afirmou ainda que "os salários até agora não foram o principal motor da inflação". A avaliação da coluna é que o Fed dará menos peso às quantidades – tanto na atividade quanto no mercado de trabalho – e que olhará mais detidamente o preço, seja a inflação, seja a evolução dos salários nominais. As quantidades foram muito afetadas pelos diversos choques, como também foram os preços. No entanto, parece que estes já retornaram e constituem hoje um melhor guia para a condução da política monetária. E nos parece que o Fed entende da mesma forma.

Se, como vimos, os próximos indicadores da atividade em novembro confirmarem os primeiros sinais de uma desaceleração mais sustentável da economia dos Estados Unidos, devemos ver o topo do ciclo monetário, inclusive do aperto dos juros longos. O pior, para os países emergentes, terá passado.

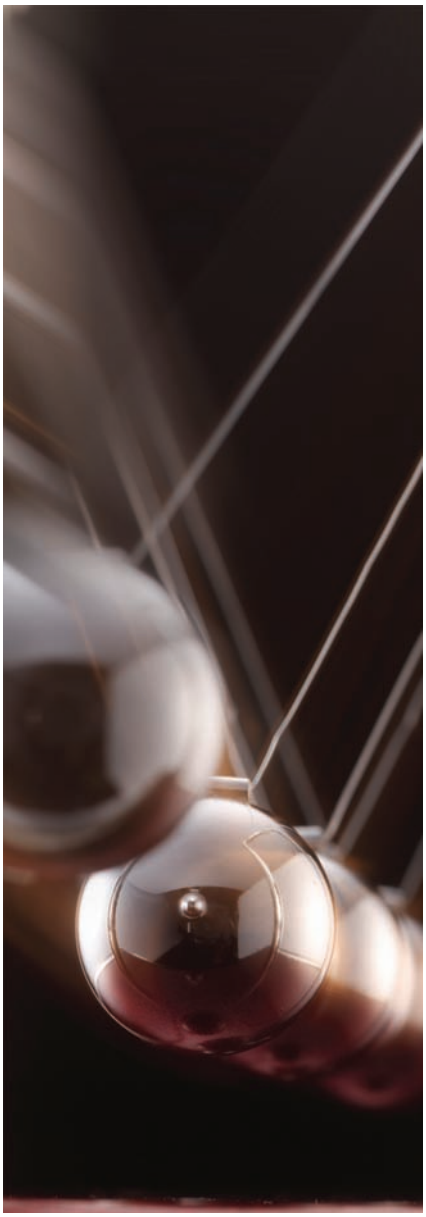
"Day before"

José Roberto Afonso
Economista. Professor do IDP e
do ISCSP/Universidade de Lisboa

Vilma da Conceição Pinto
Professora do IDP e diretora da IFI
do Senado Federal

Na física, Newton criou a terceira lei ensinando algo como: para toda força de ação, é gerada outra força de reação, com intensidade igual, mas no sentido oposto.

A lei não deixa de ser aplicada também na economia. Na tributação, em particular, quando se toma uma decisão de aumentar algum imposto, é mais do que natural, e esperado, que o contribuinte procure atenuar ou mesmo evitar pagar tal encargo adicional. Em termos legais e éticos, isso pode passar pela antecipação dos efeitos. De outro lado, é mais do que esperado que autoridades e legisladores pensem nas possíveis e diferentes reações que suas ações podem provocar.



Um caso que tradicionalmente ilustra essa questão respeita à incidência da tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre fumo. A Lei nº 12.546, de 2011, instituiu uma política de preço mínimo e aumento gradual das alíquotas tributárias para cigarros, com o objetivo de atender às políticas de controle do tabagismo. Como havia previsibilidade em relação ao período de reajuste de preços e alíquotas e a tributação desse bem ocorre na modalidade de substituição tributária na origem, em poucos meses antes da mudança tributária, os fabricantes aumentavam a produção, possivelmente formando estoques com uma tributação e preço mínimo menor, para vendas nos meses seguintes.[1]

Atualmente, parece que surge um novo, mas igualmente exemplar caso em torno da figura tributária dos juros do capital próprio (JCP), criados como um mecanismo para tentar equalizar ou diminuir a diferença no tratamento tributário dos investidores que usam recursos próprios em relação a quando se usa de terceiros. Os JCP resultam em arrecadação de imposto de renda retido na fonte (alíquota de 15%) da parcela de lucros assim identificada e distribuída aos acionistas de uma empresa, só das optantes do lucro real, que ainda podem o montante de tais juros do lucro a ser submetido à incidência do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) – como tal, diferencia e beneficia as maiores companhias do país.[2] Já foram apresentadas pro-

postas para rever tal mecanismo,[3] mas no meio deste ano, o Executivo federal enviou projeto de lei ao Congresso para extinguir tal mecanismo, de modo a gerar um ganho de receita projetado em R$ 10,5 bilhões ao ano,[4] como parte do esforço para eliminar o déficit primário.

É bem possível (ou provável) que a reação (preventiva) por parte dos contribuintes explique um comportamento algo estranho que ostenta a arrecadação federal sobre lucros em 2023. Nos últimos meses, são constatadas duas curvas em direções radicalmente opostas ao contrastar, de um lado, um crescimento forte nas retenções de IR decorrentes de JCP distribuídos e, de outro, o decréscimo cada vez mais acentuado do recolhimento de IRPJ/CSL sobre os lucros dos seus maiores contribuintes (instituições financeiras mais empresas que recolhem por estimativa mensal ou trimestral). A evolução anualizada da variação real e seus valores em bilhões de reais constam nos gráficos 1 e 2. No curto prazo, a diferença ainda fica mais marcante, de modo que, em nove meses deste ano, as retenções de IR sobre JCP cresceram em 20,4% e 22,4%, na distribuição doméstica e nas remessas ao exterior, enquanto IRPJ e CSSL por estimativas mensais decresceram em 26,3% e 18,6%, respectivamente, contra igual período do ano anterior – tabela 1.

Balanços e noticiário econômico apontam indicadores para a redução dos resultados por parte dos contribuintes, mas não há ponto de se tornarem déficits, enquanto a arrecadação federal acumula decréscimos reais a cada mês. De outro lado, há uma curva que segue positiva e até algo crescente, relativa ao retido na fonte sobre os pagamentos de JCP, para residentes no país e, sobretudo, para os do exterior.

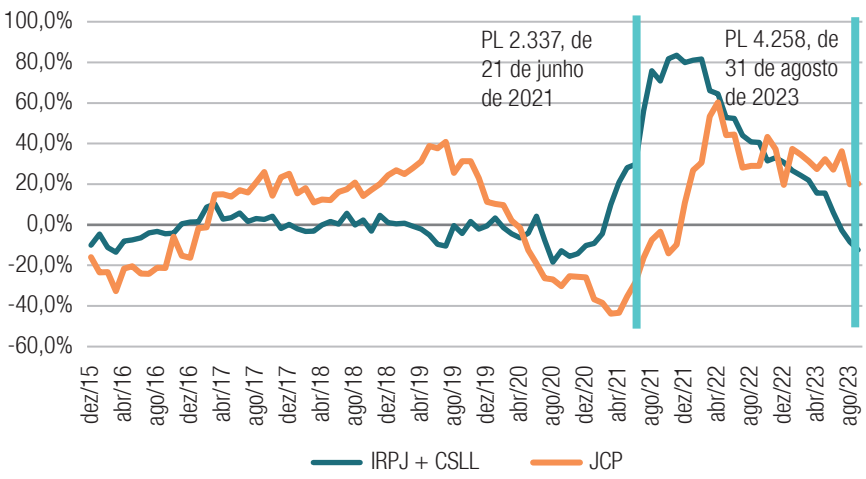
> Depois de se defender resgatar a antiga proposta de extinção dos JCP, o governo acabou por enviar projeto de lei ao Congresso, e ele passou a ser debatido como prioritário

Ainda que haja alguma diferença temporal (os JCP só podem ser distribuídos depois dos demonstrativos contábeis serem concluídos), bem como limites (é aplicado um limite e os juros balizados pela TLP), a base de cálculo dos dois recolhimentos segue sendo a mesma – o lucro apurado por grandes contribuintes. Como tal, não se vê justificativa econômica para esse descolamento e inversão de tendências entre as duas arrecadações, seja do IRPJ e da CSLL, seja do IR na fonte sobre JCP. Fatores externos podem explicar o descolamento das curvas.

Por um acaso, no meio desse período, depois de se defender resgatar a antiga proposta de extinção dos JCP, o governo acabou por enviar projeto de lei ao Congresso, e ele passou a ser debatido como prioritário pelas lideranças partidárias. A exemplo do que ocorreu durante igual movimento

Gráfico 1 **Arrecadação federal: IR retido de JCP *versus* IRPJ e CSLL das empresas financeiras e das que estão no regime de lucro real**

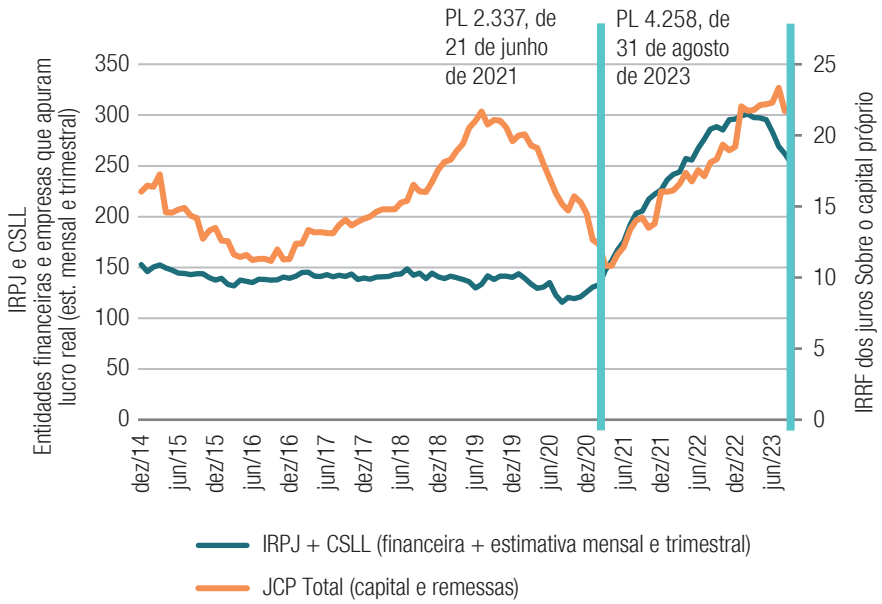
(taxa real, média móvel em 12 meses)



Fontes: Receita Federal e Tesouro Nacional. Elaboração própria.

Gráfico 2 **Arrecadação federal: IR retido de JCP *versus* IRPJ e CSLL das empresas financeiras e das que estão no regime de lucro real**

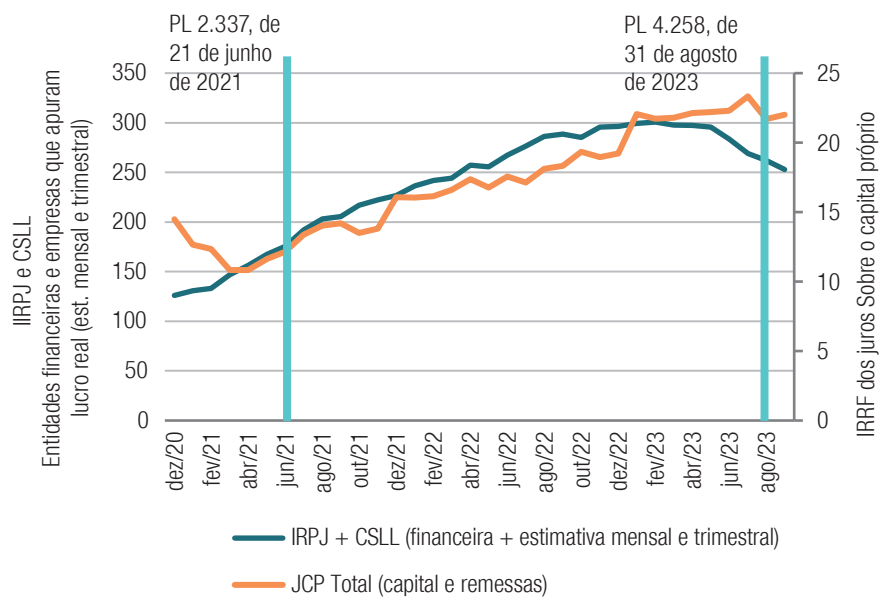
(R$ bilhões constantes, móvel em 12 meses)



Fontes: Receita Federal e Tesouro Nacional. Elaboração própria.

Gráfico 3 **Arrecadação federal: IR retido de JCP *versus* IRPJ e CSLL das empresas financeiras e das que estão no regime de lucro real**

2020-2023 (R$ bilhões constantes, móvel em 12 meses)



Fontes: Receita Federal e Tesouro Nacional. Elaboração própria.

realizado no governo anterior, ao que tudo indica, os contribuintes anteciparam a distribuição de lucros, acumulados no passado, que antes estavam reservados para o patrimônio, e que ora podem estar sendo pagos aos seus acionistas. Se for isso o caso, um efeito colateral será uma descapitalização de companhias brasileiras, e, de certa forma, do país (quando remessa ao exterior supera a distribuição doméstica).[5] Isso para não se comentar que a União deve ser dos maiores investidores (se não o maior, individualmente) a receber JCP no país, pois esta é a forma preferencial que bancos e empresas estatais utilizam para transferir seus lucros ao Tesouro Nacional – ou seja, se vier a ser extinto o mecanismo, parte do que entra liquidamente nos cofres como dividendos, viria a ser convertido em IRPJ e CSLL, ambos parcialmente vinculados.

À parte o mérito da figura dos JCP e sobre as alternativas (manutenção, extinção ou reforma),[6] é importante atentar e extrair lições da evolução atípica da arrecadação federal sobre os lucros das companhias em relação àqueles distribuídos para seus acionistas. Em particular, seria prudente, para não dizer necessário, se pensar nas possíveis reações às eventuais ações tomadas na reforma da tributação indireta, uma vez que também se observam evidências semelhantes sobre essa base de tributação.

As mudanças propostas pelo Executivo para alterações no sistema tributário, relativo à tributação sobre a renda são de menor porte se comparadas à reforma da tributação sobre o consumo. Uma vez que as reações

Tabela 1 **Arrecadação comparada entre 2023 e 2022 (jan-set) do IRPJ/CSLL e JCP**

R$ milhões constantes e variação real

Rubrica	R$ milhões - janeiro a setembro		Δ em R$ milhões	Δ em %
	2023	2022		
Subtotal IRPJ + CSLL	356.566	391.001	-34.435	-8,8%
Estimativa mensal	185.108	215.972	-30.864	-14,3%
Financeira	30.225	31.578	-1.353	-4,3%
Demais	154.883	184.394	-29.511	-16,0%
Declaração de ajuste	21.999	33.346	-11.347	-34,0%
Financeira	8.441	7.489	952	12,7%
Demais	13.558	25.857	-12.299	-47,6%
Balanço trimestral	37.545	37.869	-324	-0,9%
Lucro presumido	69.163	65.434	3.729	5,7%
Outros	42.751	38.380	4.371	11,4%
Juros sobre capital próprio	15.288	12.482	2.805	22,5%

Fontes: Receita Federal e Tesouro Nacional. Elaboração própria.

às mudanças tributárias tendem a se dar antes mesmo de implantada a ação, faz-se urgente o cálculo dos impactos esperados a esses movimentos. Trata-se de uma mudança de maior porte, para não dizer risco, de se criar uma tributação de bens e serviços que arrecade cerca de 12% do PIB. Ainda que não seja majoritário, responde por perto de 35% da carga tributária brasileira. Nenhum outro país de porte arrecada mais de 10% do PIB em IVA.

Enfim, a possível e provável reação à proposta de extinção dos JCP deveria servir de lição para se antecipar e pensar nos possíveis efeitos diante da proposta de criação de novos tributos sobre valor adicionado (ditos IBS e CBS). De pouco poderá adiantar apostar numa transição muito longa, como tempo para equacionar os problemas e as reações, quando o capitalismo moderno dispõe de sofisticados instrumentos para se antecipar a valor presente os caminhos e os valores futuros dos negócios, inclusive depois de impactados por mudanças tributárias.

[1]Veja a figura A.2 na página 96, disponível em: https://tinyurl.com/yuwvc57c.

[2]Para uma análise da história, lógica e experiências internacionais, dentre outras, merece destaque o artigo de Daniel Lima, Donovan Lessa e Roberto Pereira, "Juros sobre o capital próprio no direito brasileiro e a experiência europeia no combate ao viés pró-endividamento", de julho de 2023. Disponível em: https://tinyurl.com/yqzbhpu2.

[3]Entre outros, ver: https://tinyurl.com/ysmff23c e https://tinyurl.com/yjf2wuhf – inclusive, este resenha o conteúdo do livro: *Tributação da renda das pessoas jurídicas no Brasil e os juros sobre o capital próprio*, de José Afonso e Melina Lukic, FGV Direito e Juruá, 201.

[4]Veja slide 9, disponível em: Apresentação do PowerPoint (www.gov.br).
Sobre os valores estimados pelo governo a título de ganho com a extinção do instrumento, vale mencionar que um ganho líquido de R$ 10,5 bilhões com extinção dos JCP exigirá necessariamente um aumento real de R$ 29,7 bilhões em IRPJ/CSLL dos contribuintes que usavam tal mecanismo.
Há outro indireto para o orçamento federal quase sempre ignorado: a União também arrecada a título de resultados de participação societária na forma de JCP, além dos demais dividendos, provenientes dos bancos e demais empresas estatais. Em 2022, tal rubrica somou R$ 87 bilhões, enquanto o esperado pelo Executivo para 2023 é de R$ 49,9 bilhões. Tais receitas de participações podem ser usadas livremente pelo Tesouro Nacional. A eventual extinção daquele mecanismo e sua conversão em aumento do IRPJ/CSLL converterá parte daquela receita em fontes vinculadas, como aos fundos de participação, ao ensino e à seguridade social.

[5]Em 12 meses acumulados até setembro de 2023, as retenções dos JCP foram de R$ 11,7 sobre remessas ao exterior contra R$ 9,8 bilhões em distribuições domésticas – ou seja, se distribuiu 19% a mais em JCP para fora do que para dentro do país. Uma extrapolação simples com alíquota de 15%, se deduz que a base foi de R$ 143,5 bilhões.

[6]À parte, não custa mencionar que JCP não é uma forma de jabuticaba tributária. Reduzir o viés em favor do envidamento e contra a capitalização própria é objeto de antigos estudos (como um antigo do FMI, "Allowances for corporate equity in practice", 2006, em: https://tinyurl.com/2xcmezty), como tem sido efetivamente adotado por muitos outros países, sobretudo europeus (*vide*, por exemplo, "Comparing Europe's tax systems: corporate taxes", Tax Foundation, 2022. Disponível em: https://tinyurl.com/yvfqmwle).
Aliás, a União Europeia chegou a explorar a possibilidade de ampliar o uso de instrumentos nesse sentido, na iniciativa denominada DEBRA – Debt Equity Bias Reduction Allowance. Ver: https://tinyurl.com/yrw4ufqr .
Sobre esta proposta e eventuais lições para o Brasil, vale ver artigo de Marcelo Vicentini e Giovanna Failache, "A relevância dos JCP para a economia brasileira", 2023, em: https://tinyurl.com/24bs53dq.



Novo PAC e os desafios do governo para impulsionar o crescimento

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Junto às negociações para a aprovação da reforma tributária no Senado, uma faísca de tensão brotou na virada de outubro para novembro com a possibilidade de mudança da meta de resultado primário de 2024, para se acomodar um aumento de gastos. Por trás da ideia de revisão de um compromisso com poucos meses de vida, nascido junto com o novo arcabouço fiscal, havia um *leitmotiv*: garantir os recursos do Novo PAC, diante de uma agenda de obrigações já ampliada por outras despesas. "Para quem quer estar na Presidência, dinheiro bom é dinheiro transformado em obras",

declarou Lula em evento no início de novembro, ilustrando essa relação recorrente entre a defesa de flexibilidade do gasto público e a convicção do governo da importância do investimento em infraestrutura como vetor de geração de emprego, renda e PIB.

Levando em conta que 2024 não contará com os mesmos impulsos de crescimento de 2023 – tal como o excepcional desempenho do agronegócio e da balança comercial, como têm apontado os pesquisadores do FGV IBRE mensalmente no Boletim Macro (https://bit.ly/3QsAsfh) –, e o baixo nível de investimento que o país vem registrando, com retração projetada para este ano, a aposta no Novo PAC tem fundamento. Há na literatura econômica evidências de que o investimento público tem multiplicador fiscal maior – ou seja, maior potencial de geração de crescimento – e mais persistente ao longo do tempo em relação a outros gastos. "Assim, fazer com que o investimento ganhe espaço dentro do orçamento aumenta a produtividade do gasto, e isso é positivo", afirma Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do FGV IBRE, que possui estudos sobre o tema.

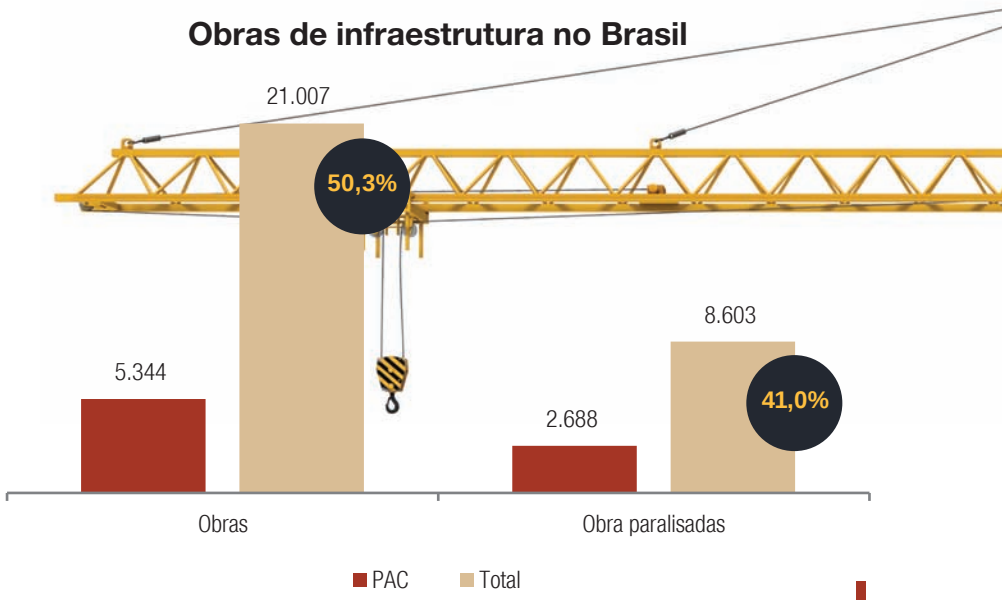
A possibilidade de o Novo PAC tirar o máximo proveito desse potencial ainda é difusa. A começar pelo conflito orçamentário refletido na própria busca por ampliação da margem de gasto para 2024. Esse aperto é sentido mesmo considerando que importante fatia do total de investimentos no programa virá do setor privado – R$ 612 bilhões, do total de R$ 1,7 trilhão previsto para o período de 2023 a 2030 – , e que a parte do investimento público também conta com o desembolso de estatais – grande parte da Petrobras –, o que torna a fração diretamente ligada ao Orçamento não tão maior do que o estimado como piso no novo arcabouço fiscal, de 0,6% do PIB indicado no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA). Para 2024, o PLOA prevê R$ 61,7 bilhões para o PAC, dos quais R$ 56,8 bilhões podem estar dentro do piso de investimentos. "Evitar contingenciamento depende da capacidade do governo de mobilizar mais recursos via tributos, e realocar para o PAC recursos de emendas parlamentares impositivas, que em 2024 totalizam R$ 37,6 bilhões", afirma Claudio Frischtak, diretor da consultoria Inter.B. Uma revisão de meta que evitasse esse contingenciamento, por sua vez, poderia trazer implicações fiscais

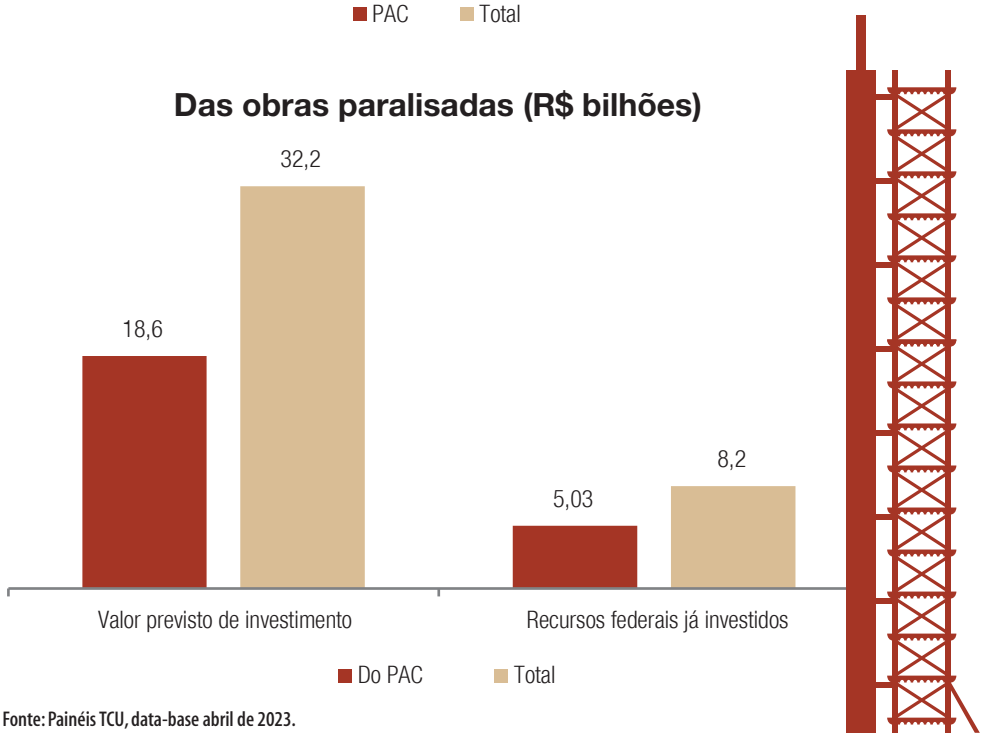
negativas, refletidas na política monetária. "Sem juros reais favoráveis, compromete-se o financiamento do setor privado, ator importante para o andamento do programa", lembra Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro IBRE.

Nem todas as variáveis que podem jogar contra ganhos de curto prazo são necessariamente negativas. Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do FGV IBRE, lembra que, como grande plano de ação governamental, o PAC dialoga com metas sinalizadas previamente pelo governo, como as relacionadas a uma agenda ecológica/ambiental, cujos efeitos econômicos não são imediatos. "Transformar uma matriz produtiva tem um custo de transição que não é trivial. Muitas vezes, envolve investir em tecnologias que, em termos de produtividade, podem inicialmente ter impacto negativo, ainda que no longo prazo produzam crescimento", lembra.

Passada a barreira da disponibilidade orçamentária, entretanto, o item que mais preocupa os pesquisadores ainda é o quão mais eficaz essa edição do programa poderá ser em relação às anteriores, que registraram diversos problemas de execução. De acordo ao Tribunal de Contas da União, no PAC 1 (2007-2010), que previa R$ 509 bilhões em investimentos, dos R$ 89,5 bilhões de investimento público autorizados para o programa, cerca de 69,2% foram efetivamente realizados, o que inclui restos a pagar classificados como PAC. No PAC 2, dos investimentos públicos autorizados que deveriam ter sido executados até 2014 (R$ 132 bilhões, de um total previsto de R$ 1,59 trilhão), 81% haviam sido efetivamente pagos.

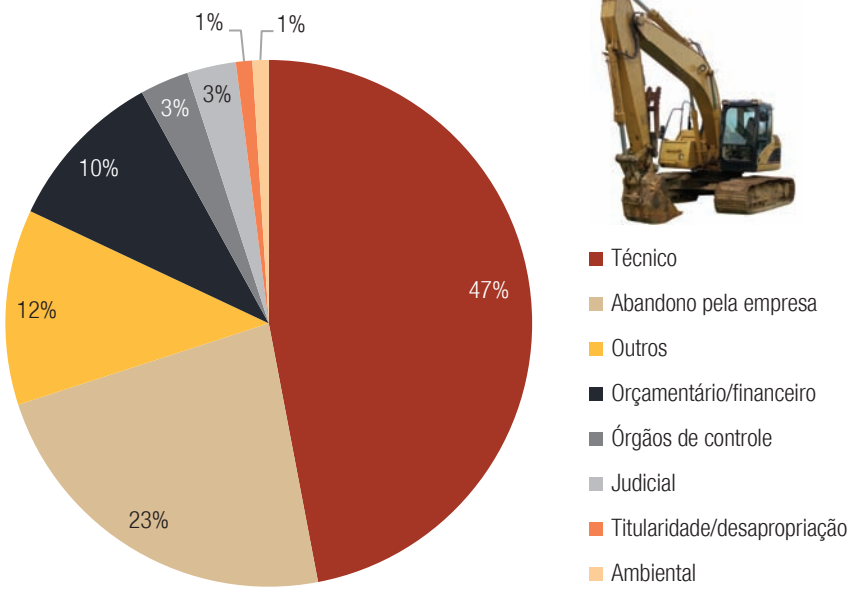
O TCU indica que, das obras de PACs anteriores ainda não concluídas, metade está paralisada, somando 2,6 mil. É um percentual maior do que o observado entre obras que não têm o selo PAC, nas quais o índice de paralisação é de 37%, somando outras 5,9 mil obras. Juntas, elas representam R$ 8,2 bilhões de recursos já investidos, demandando outros R$ 32 bilhões para serem concluídas, o que reforça os desafios de eficiência nesse campo. De acordo ao TCU, o percentual de obras





Fonte: Painéis TCU, data-base abril de 2023.

Principais motivos de paralisação de obras, dados do PAC



Fonte: Auditoria operacional sobre obras paralisadas, TCU, 2019.

paralisadas no Brasil aumentou de 29% em 2020 para 41% em 2023 indicando "problemas de coordenação, planejamento, priorização, monitoramento e avaliação", conforme descrito em comunicado.

"Um multiplicador fiscal é tão mais alto quanto maior for a qualidade do investimento. Com os problemas que verificamos, essa capacidade de impulsionar o PIB claramente perde potência", diz o economista Gabriel Leal de Barros, sócio da Ryo Asset. Ele ainda aponta que, para ajudar a ampliar o PIB potencial do país, à qualidade do investimento realizado ainda se soma a necessidade de ampliação da capacidade de execução de obras de impacto. Por exemplo, grandes corredores logísticos que aumentam a capacidade de escoamento da produção agrícola de forma competitiva. "Não é óbvio extrapolar esse impulso de curto prazo à capacidade de crescimento da economia. Para isso, é preciso escalabilidade", diz. Nesse sentido, o retrato de obras paradas de PACs anteriores também tem lições a ensinar. A ferrovia Transnordestina, cujo projeto atravessa o sertão do Piauí, Pernambuco e Ceará até chegar ao porto de Pecém, com potencial de transporte de produtos como grãos, fertilizantes, cimento e minério, é um dos exemplos emblemáticos na lista de obras inconclusas do PAC 1, com trechos que permanecem pendentes de contratação. No campo da educação básica – segmento que conta com 3.580 obras paradas (PAC e não PAC), maior número em termos absolutos –, Olavo Nogueira Filho, diretor do Todos pela Educação, aponta que a paralisação na construção de escolas e creches se dá especialmente em municípios de pequeno porte, onde a capacidade estatal é mais frágil e onde mais se demanda apoio para a formação do capital humano local (ver pág. 33).

Mesmo com essa herança angustiante, Venilton Tadini, Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), defende que há razões para otimismo com o atual impulso dado pelo governo. "Os desafios existem, mas há melhorias na governança da gestão pública desde o primeiro PAC, na relação entre Executivo, agências reguladoras e órgãos de fiscalização e controle", diz. "No campo das parcerias com o setor privado, há uma curva de aprendizado na estruturação de projetos, que pode ser observada desde o PPI ao papel do BNDES, no caso de PPPs e concessões. Há ainda melhoria nos estudos de viabilidade com taxas de retorno mais exequíveis, assim como na definição das matrizes de risco", enumera.

Mais conectados

Luiz Guilherme Rodrigues de Mello, diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional da Infraestrutura de Transportes (DNIT), também vê com mais otimismo a nova etapa do programa na sua área, apontando maior aderência entre a seleção de obras e os projetos já estruturados na autarquia. "No PAC 2, observamos muitos casos de obras em andamento que não estavam no programa, e obras selecionadas das quais ainda não contávamos com estudo de viabilidade", diz. "Uma

obra assim fica carimbada como inacabada, quando muitas vezes sequer é iniciada", afirma.

Mello conta que para essa melhora muito ajudou a estratégia de, no período marcado por significativo enxugamento de recursos, o DNIT optar por reforçar o departamento de estruturação de projetos, à espera da retomada. "Formamos um banco com mais de 26 mil km de estudos de viabilidade no modal rodoviário aprovados, e outros 13,87 mil km de novos estudos previstos até 2027", conta, indicando que isso permite abastecer a demanda por obras dos próximos três a quatro anos. O orçamento do DNIT, que chegou a R$ 36,48 bilhões em 2010, em valores constantes de 2022, caiu para R$ 7,25 bilhões no ano passado, antes da PEC da Transição. Além da reduzida capacidade de iniciar obras, essa queda resultou em um aumento de 60% na demanda por manutenção rodoviária somente nos últimos dois anos, para R$ 12,2 bilhões.

Este ano, o orçamento do DNIT já voltou aos dois dígitos, se aproximando dos R$ 20 bilhões. Agora, com o PAC, espera colocar para andar projetos por todo o país como duas pontes internacionais que (Bolívia-Guajará Mirim e Jaguarão-Uruguai), e rodovias do Amapá a Santa Catarina, passando por vias como a BR 101 na Bahia, que também aguarda o fim da seca de recursos.

Para Mello, o tema de maior preocupação se concentra na questão do licenciamento ambiental, que espera ver mitigada com a aprovação do PL 2.159/21, que visa unificar procedimentos e agilizar os processos. "Avançamos na tarefa de avaliação sobre a viabilidade técnica e econômica dos projetos. Sem uma decisão do órgão licenciador, entretanto, mantemos a incerteza sobre uma

Obras paralisadas – por setor

Setor	PAC	Total*
Educação básica	2.171	3.580
Saneamento	260	404
Habitação	90	100
Infraestrutura de transportes (DNIT)	74	250
Defesa civil	35	38
Esporte	35	316
Outros	14	604
Infraestrutura e mobilidade urbana	8	1.854
Turismo	1	650



Obras paralisadas – por unidade da Federação

top 5 em número de obras

	Nº de obras	Já investido (R$ bi)	Total previsto (R$ bi)	Nº de obras	Já investido (R$ bi)	Total previsto (R$ bi)
MA	375	0,2	0,8	879	0,3	1,5
BA	292	0,4	2	840	0,6	2,9
PA	305	0,2	1,3	674	0,3	2,1
MG	213	0,4	1,8	628	0,7	2,8
CE	190	0,2	0,7	574	0,5	1,6

***A rubrica total inclui outros segmentos; só selecionamos os que incluem obra PAC, para comparação. Fonte: Painéis TCU, data-base abril de 2023.**

etapa importante", diz. Tadini reforça o coro quanto a essa necessidade, listando uma série de outros temas da agenda legislativa que considera fundamentais para o bom andamento das obras de infraestrutura. "Temos da revisão da regulação do setor elétrico, o marco para exploração de energia eólica *offshore* e da inserção do hidrogênio como fonte de energia no Brasil a outros relativos ao ambiente de financiamento, que vão da securitização de recebíveis tributários ao novo marco das garantias", enumera, sendo este último recentemente aprovado.

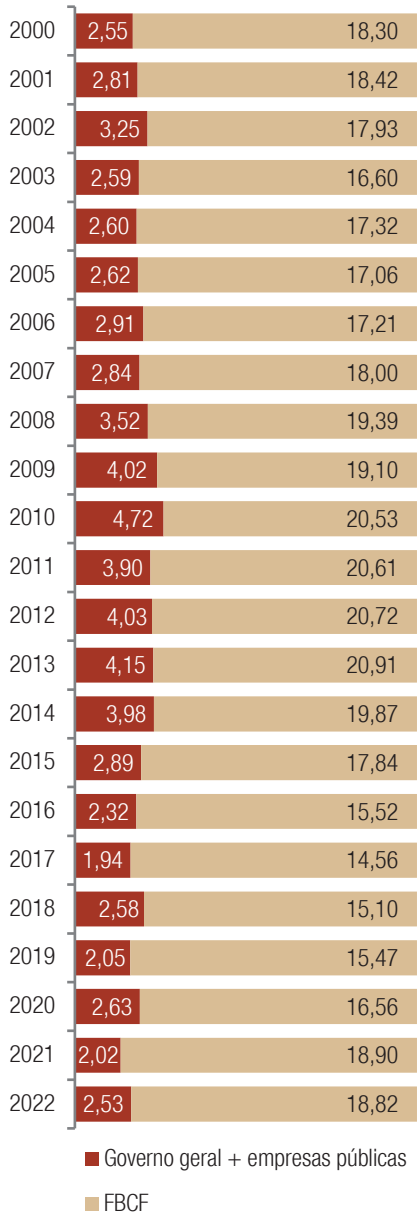
Lição e herança

Ao lado de eixos que trazem frescor ao programa, como a missão de garantir a conectividade em escolas, hospitais e áreas isoladas, ou que são ainda mais emergentes como prevenção de desastres com contenção de encostas, o PAC 3 tem também o desafio de lidar com o estoque que ficou, e tirar dele o aprendizado de como aprimorar as novas contratações. Sthefani Lara, sócia da Aragão e Ferraro Advogados, defende que a primeira tarefa, neste caso, será a da transparência. "Temos muito a avançar, em como dar mais publicidade sobre o que está sendo contratado, quanto de recurso público será alocado. Pensar que existe uma comunidade que conta muito com esses investimentos de infraestrutura é essencial, e possibilitar que ela acompanhe o processo faz muito sentido, inclusive do ponto de vista de política pública", diz. O TCU, por sua vez, também demonstrou preocupação em tornar o processo mais dinâmico, com o ministro Bruno Dantas sinalizando a intenção de tribunal atuar de forma preventiva em questões de falhas em projetos e problemas do fluxo financeiro, e assim evitar paralisação de obras.

No caso das obras paralisadas, o TCU pediu ao governo um plano de como retomá-las, sejam de PACs anteriores ou não. Da própria lista do Novo PAC, cerca de 43% das ações já correspondem a empreendimentos paralisados ou inacabados dos pacotes anteriores. Frischtak alerta para a necessidade de uma análise criteriosa do custo-benefício de cada projeto. "Muitas obras não são nada óbvias quanto à sua viabilização", alerta. Como ponto positivo, Sthefani cita a decisão do TCU de agosto reforçando a possibilidade de repactuação de contratos parados e que eventualmente estão enfrentando litígios em arbitragens e no Judiciário. "Já tínhamos na legislação espaço para pensar em uma repactuação contratual, mas havia insegurança dos próprios gestores públicos em interpretar até onde poderiam ir, se seria aceito pelo tribunal de contas", diz, salientando que um dos requisitos colocados pelo TCU é de que o tribunal participe da repactuação. "É algo importante para agora, mas também para o horizonte de longo prazo de duração desses contratos, de 25, 30 anos, em que muitas mudanças regulatórias, cenários políticos e econômicos podem impactar contratos e concessões."

Investimento no Brasil

(% do PIB)



Fonte: IBGE.

Assentado o terreno para que as empresas recomecem o jogo, há um elemento cujo impacto ainda é difícil de dimensionar, mas que pode afetar tanto projetos antigos quanto novos: a capacidade da atividade de engenharia e construção brasileira para lidar com um aumento tempestivo de demanda. O próprio

ministro da Casa Civil, Rui Costa, citou em uma de suas intervenções públicas a preocupação com o que chamou de desmonte de empreiteiras brasileiras afetadas pela Operação Lava Jato, seguido da recessão econômica que também comprometeu o volume de investimentos no setor. Dados da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (Paic), do IBGE, indicam uma importante queda do valor adicionado do setor entre 2014 e 2021. Um dado ilustrativo desse enxugamento é o número de pessoas empregadas no setor, que saiu de 900 mil em 2014 para 637 mil em 2021. Ana Maria Castelo, coordenadora de Projetos da Construção do FGV IBRE, destaca que essa preocupação também já se reflete nas Sondagens do IBRE. "Outubro foi o segundo mês consecutivo em que a falta de mão de obra qualificada liderou os quesitos apontados pelos empresários como limitadores de seus negócios", diz. "É um tema que está assumindo uma dimensão importante. Levando em conta que estamos em ano pré-eleitoral nos municípios, em que muitas obras podem ser contratadas, a tendência é de disputa por esses profissionais, inclusive competindo com o mercado imobiliário."

Outro desafio que conversa com esse cenário, aponta Sthefani, é como o programa prevê a inclusão de empresas de construção de pequeno e médio porte na operação de contratos. "Sendo negócios com capacidade de prestar serviços locais, isso poderia ampliar a concorrência e até melhorar a execução de algumas obras", afirma. "Com o final do prazo de inscrição de obras dentro do chamado PAC Seleções (em 10 de novembro), em que estados e municípios inscrevem seus projetos de interesse para concorrer pela verba do PAC, saberemos se haverá alguma diretriz para esse tipo de participação."



Fonte: Casa Civil.

Diferentes contextos

Outro ponto destacado por Claudio Frischtak, da Inter.B, são as dúvidas quanto à capacidade e interesse do investimento privado para os projetos do PAC. "Para mim, por exemplo, causou surpresa que os dois primeiros lotes da concessão do Sistema Rodoviário do Paraná (em agosto e setembro), que é um estado de grande dinamismo econômico, tenha sido tão pouco disputado – com dois concorrentes no primeiro leilão, e apenas um no segundo", diz. Para Frischtak, ainda que concessões rodoviárias possam trazer taxas de retorno apertadas, o custo de capital elevado e a concorrência de economias latino-americanas com melhor ambiente de negócios – ele cita Chile e México membros da OCDE –, não devem ser desconsiderados nessa

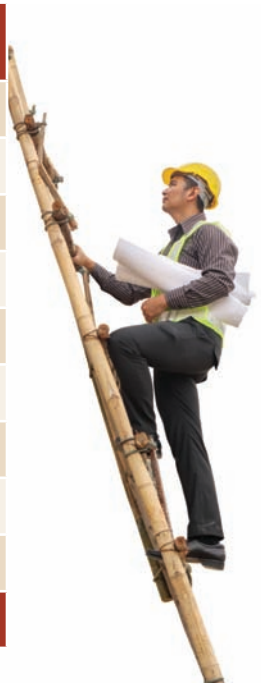
avaliação. "Não digo com isso que o Brasil não seja atraente ao investidor privado, mas que alguns setores poderão sentir mais dificuldades que outros", afirma.

Entre os que têm um horizonte mais promissor, Frischtak cita o setor de energia – foco de interesse global diante da agenda de transição energética, demandante de fontes renováveis. "Do ponto de vista de infraestrutura, de fato não me parece difícil emplacar os projetos do PAC, dentre os quais se destacam projetos de energia solar (R$ 41,5 bilhões de investimentos em 196 projetos de usinas fotovoltaicas), e eólica (120 projetos, somando R$ 22 bilhões), que representam mais de 80% dos projetos de geração", diz Joisa Dutra, diretora do Centro de Regulação e Infraestrutura (FGV Ceri). Joisa destaca que o marco do setor para a atração de investimento privado vem se consolidando desde o início dos anos 2000. Especialmente a partir de 2005, com o início dos leilões de geração do novo Marco (a Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a comercialização de energia), quando capacidade instalada de geração brasileira dobra em relação ao que se tinha, hoje superando o dobro. "Depois de 2016 – nem tanto fruto da regulação, mas ajudada por ela – há uma aceleração da descentralização, com a contratação no ambiente livre, principalmente das renováveis variáveis, primeiramente a eólica e logo a solar. Na sequência, temos um impulso da geração distribuída, e outro marco importante, que é a privatização da Eletrobras e suas distribuidoras, a partir de 2016", descreve. "Com base neste resumo, pode-se identificar algo que considero que as pessoas em geral percebem pouco, que é o processo gradual – ainda que não linear – de aumento do controle de ativos do setor elétrico para o capital privado a partir da década de 1990." E como isso conversa com o PAC?

Investimentos do Novo PAC

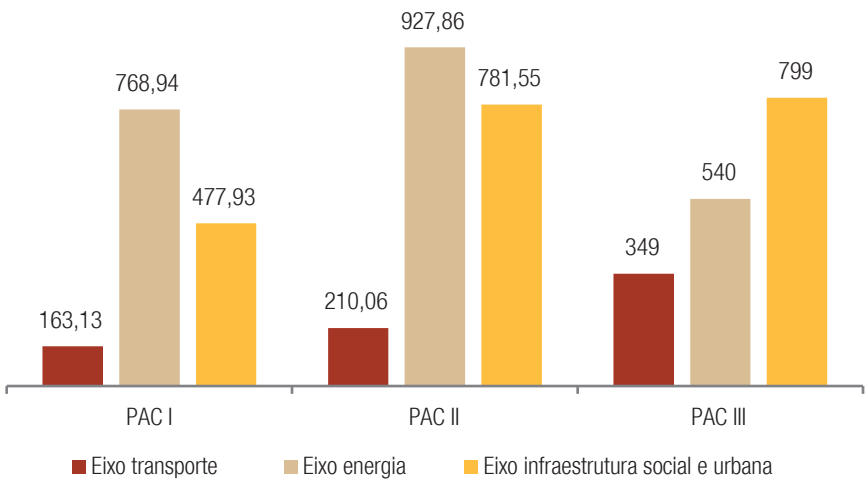
Eixo	Investimento 2023-26 (R$ bi)
Transporte eficiente e sustentável	220,9
Transição e segurança energética	417,5
Infraestrutura social inclusiva	2,1
Cidades sustentáveis e resilientes	557,1
Água para todos	25,6
Inclusão digital e conectividade	20,3
Inovação para indústria e defesa	27,8
Educação, ciência e tecnologia	36,7
Saúde	29,3
Total	**1,4 trilhão**

Fonte: Casa Civil.



Composição de investimentos PAC I, PAC II e Novo PAC, por principais eixos

(valores em R$ milhões de 2023)



Fonte: Tainari Taioka, Marina.

"A contribuição desse cenário é a de que se o Estado souber se coordenar, não houver contratempos com a regulação, e se garantir estabilidade de regras, o programa tende a prosperar. O Brasil é muito bem visto do ponto de vista do seu baixo conteúdo carbônico da matriz energética e elétrica, o que tende a colaborar para o sucesso dos projetos."

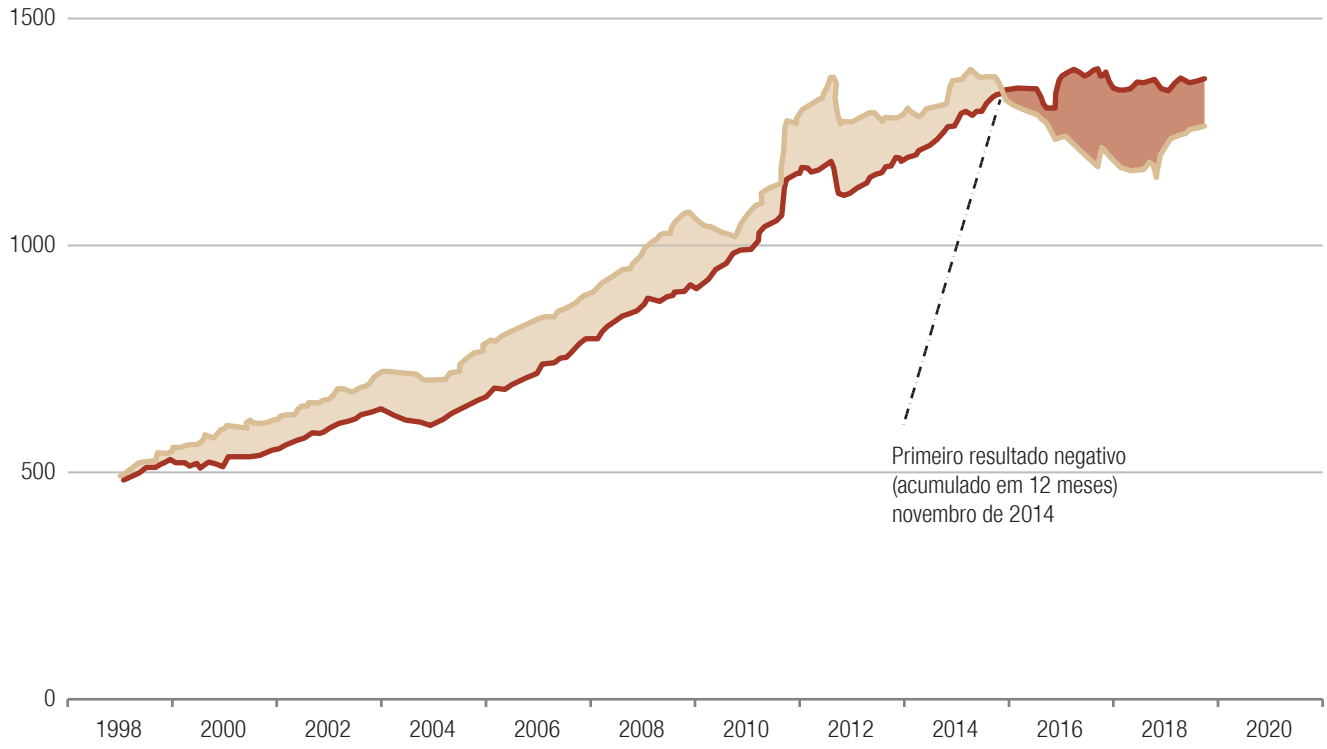
No campo da energia, Joisa aponta ainda o que classifica de tímido investimento previsto em pesquisa mineral (R$ 300 milhões), dado o papel de minerais críticos para a transição energética. E o desafio do governo brasileiro em vender-se internacionalmente como líder da transição energética tendo, ao mesmo tempo, um importante *pipeline* de exploração em óleo e gás. Os investimentos do novo PAC dedicados ao setor (R$ 360,2 bilhões, dos quais menos de 2% são dedicados à descarbonização na Petrobras) deixam claro esse plano.

Para Frischtak, os maiores desafios na atração de investimento privado estarão nos setores de transportes e o se saneamento "onde os volumes demandados ainda são grandes", diz. No caso dos transportes, ele destaca que há realidades diversas. "No caso das hidrovias, por exemplo, ainda falta legislação que facilite concessões. Já os portos contam com um bom marco, mas é preciso que o governo defina suas ambições", afirma, citando que a privatização do porto de Vitória (Companhia Docas do Espírito Santo, em março de 2022) deverá ser monitorada com lupa pelo governo para apoiar suas decisões futuras. "Considero que um dos casos mais complexos é o das ferrovias", diz o economista, eixo para o qual estão previstos R$ 94,2 bilhões. "A Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) tem um problema grave, que espero que seja resolvido, que é a falta de modernização do porto de Ilhéus. E seria importante, de fato, concluir os dois ramais faltantes da Transnordestina."

Armando Castelar, pesquisador associado do FGV IBRE, recorda que Fiol e Transnordestina são exemplos *master* do que a falta de projetos de qualidade pode representar em

Receitas e despesas primárias do governo central

Soma dos últimos 12 meses, atualizados pelo IPCA – R$ bilhões



Fonte: Tesouro.

termos de muito dinheiro investido e pouco resultado extraído. "Começa-se com muita vontade política e pouca preparação, e assim vão se descobrindo os problemas pelo caminho, e as obras são paralisadas. Esses projetos foram todos controlados, isso funcionou bem. Mas não é o controle que faz uma obra funcionar, mas a boa preparação."

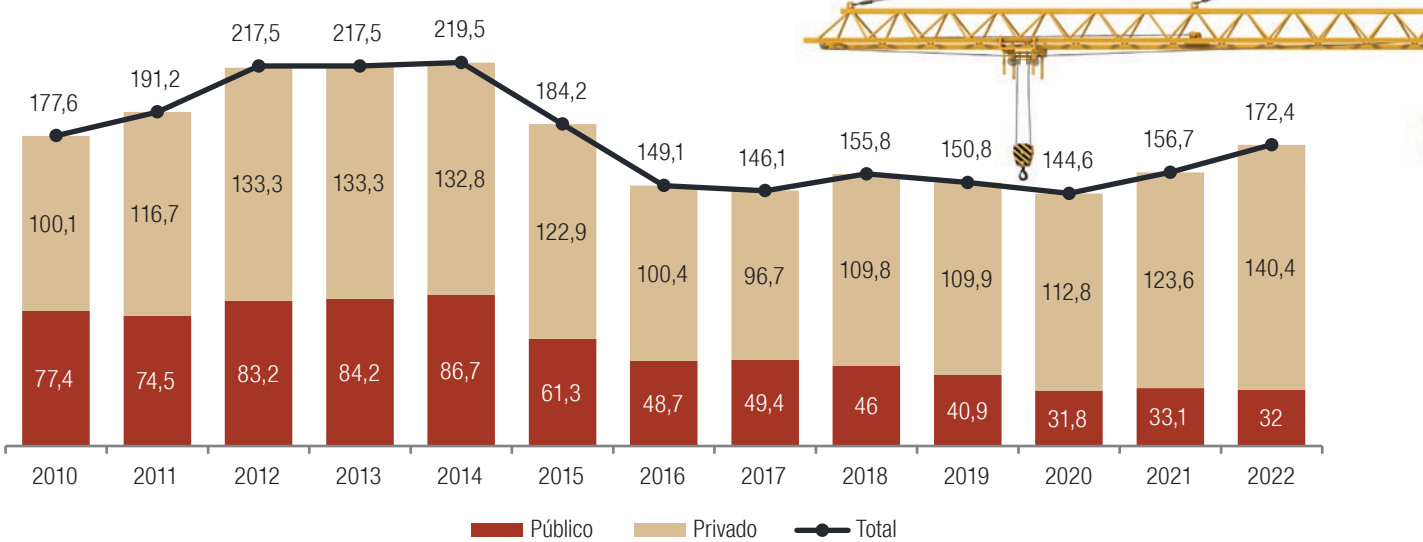
No caso do saneamento, Neuri Freitas, presidente da Associação das Empresas Estaduais de Saneamento Básico (Aesbe), lembra que o PAC prevê duas linhas de financiamento: recursos onerosos de agentes financiadores do governo (BNDES, CEF e BB) para os operadores privados, e recursos do Orçamento federal para os operadores estatais. No atual programa, os serviços de água e de esgoto estão divididos em eixos diferentes, e ambos terão seus projetos definidos por seleção entre os inscritos por cada ente no chamado PAC Seleções. "Com o fim das inscrições, agora saberemos os critérios de escolha", diz Freitas, indicando que entre os já conhecidos estava a prioridade a empreendimentos que já tivessem projeto e licenciamento aprovados. "Considero que será um programa benéfico para muitas cidades, especialmente as mais vulneráveis", diz. Mas destaca que será insuficiente para cobrir a demanda do setor, que precisa, de acordo à Aesbe, de um investimento de R$ 900 bilhões até 2033 para cumprir a meta de universalização prevista no Marco de Saneamento.

> No campo da energia, Joisa aponta ainda o que classifica de tímido investimento previsto em pesquisa mineral, dado o papel de minerais críticos para a transição energética

Jerson Kelman, ex-presidente da Sabesp, considera que, no campo das concessões privadas de saneamento, o sinal necessário para o sucesso do programa é garantir estabilidade de regras. "O que precisamos é de uma Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA) capaz de formular as diretrizes gerais da regulação do setor. Tal como outras áreas da infraestrutura, o saneamento é um investimento de longo prazo, para o qual uma precondição é ter previsibilidade", diz. Para Kelman, no campo do investimento público, uma prioridade dos recursos federais deveria ser garantir uma estrutura

Investimento público e privado na infraestrutura

em valores constantes de 2022 (R$ bilhões)



Fonte: Abdib.

tarifária, especialmente um desenho de tarifa social, que permita de fato o acesso amplo ao saneamento, "que é algo que ainda estamos distantes de conquistar".

Saber priorizar

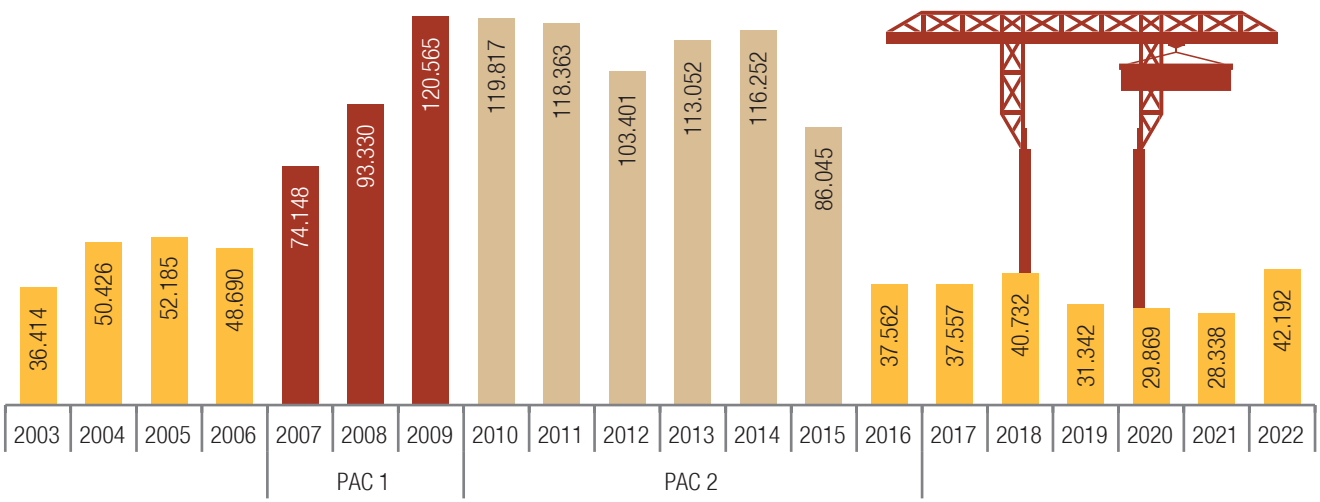
Diante do universo de demandas e coordenações que a Casa Civil terá de lidar, com ou sem restrição orçamentária, Frischtak destaca que será fundamental ao governo ter métricas claras na hora de priorizar projetos. "Ainda não identifico isso no programa, e é importante que em algum momento aconteça para que todos possam saber o que vem primeiro e por qual questão técnica." Para o diretor da Inter.B, também é importante que, nesse caminho de estimular o investimento, o governo saiba impulsionar bons instrumentos de financiamento, especialmente no âmbito do BNDES, sem errar na dose. "Se houve subsídio, que seja transparente e bem justificado. Tem que estar no orçamento, para que seu mérito seja avaliado."

Diante do universo de demandas e coordenações que a Casa Civil terá de lidar, será fundamental ao governo ter métricas claras na hora de priorizar projetos

Silvia Matos, do FGV IBRE, destaca boas iniciativas que tramitam no Congresso, como o projeto que cria as debêntures de infraestrutura. "Avançamos muito nos instrumentos privados de financiamento, e esse é um projeto que caminha na mesma direção, permitindo ao setor privado um caminho de captação direta do mercado de capitais", diz, reforçando, ainda, a importância do equilíbrio macroeconômico para permitir taxas de juros reais adequadas e um custo de capital mais baixo. "O protagonismo do setor privado nesta edição do PAC é positiva. Mas se o governo quiser agilizar demais esse processo, oferecer mais subsídio que o necessário para ter esse investidor, poderemos repetir a experiência ruim que vivemos, de cada quadro de desequilíbrio ampliar a pressão por recursos públicos, gerando discrepâncias que vão postergando a volta do superávit necessário para estabilizar a dívida, e não chegaremos ao círculo virtuoso de investimento em infraestrutura – e investimento em geral – que precisamos para ampliar o potencial de crescimento da economia."

Desembolso anual do BNDES em infraestrutura

(R$ milhões constantes de 2022)



Fonte: BNDES elaborado por Abdib.



Foto: Divulgação

Educação: governança mais efetiva



Olavo Nogueira Filho

Diretor-executivo do Todos Pela Educação

Quais desafios o Todos pela Educação identifica para uma alocação eficiente de recursos do Novo PAC em infraestrutura de educação?

O destaque positivo é a priorização de construção de equipamentos públicos em áreas de vulnerabilidade social. É aí que a falta de acesso à creche é mais acentuada, e é aí que a expansão das escolas de tempo integral precisa, de fato, ser priorizada. Então, isso é um acerto. O paradoxo, no entanto, é que, de modo geral, onde mais se precisa fazer essas obras é justamente onde a capacidade estatal é mais frágil, e isso acaba sendo determinante para municípios conseguirem executar esses programas. Basta ver que a maioria das obras paralisadas e inacabadas na educação básica está em municípios de pequeno porte, como mostrou um estudo recente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Os PAC 1 e 2 mostraram que a estruturação dos projetos e os procedimentos burocráticos para conseguir viabilizar uma obra não são simples. Assim, se o Ministério da Educação, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), não entrar com uma boa dose de apoio técnico, não colocar de pé uma governança mais efetiva, o risco está em termos um programa com baixíssimo impacto do ponto de vista de um dos seus objetivos principais.

Levantamento do TCU de obras anunciadas nos PAC 1 e 2 e não concluídas aponta que, do total, mais da metade se refere à área de educação básica. Em sua opinião, a que se deve essa liderança, e o que fazer para evitar uma repetição desse resultado?

A liderança se dá em termos absolutos de quantidade de obras paralisadas, mas quando se olha o percentual de obras paralisadas frente ao total de cada setor, que na educação está em 58%, há outros setores em situação similar, se não pior: 57% das obras na área de esportes estão paralisadas, mesmo percentual observado no setor do turismo; em agricultura, 55%; infraestrutura e mobilidade urbana, 52%; defesa civil, 70%. Então, o problema parece ser generalizado. Educação aparece tão na frente no valor absoluto porque há muita obra de creche. Assim, a saída para evitar a repetição de resultados na educação é a mesma para vários outros setores. De acordo a relatórios do TCU, isso passa principalmente por capacidade de planejamento, estruturação, gestão e financiamento adequado dessas obras. A boa notícia para a educação é que recentemente foi lançada uma ação específica – o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica –, via medida provisória, com uma série de novos regramentos para viabilizar a retomada dessas obras. É uma ação com forte liderança do MEC e, pelo menos no papel, prevê esforços para que, dessa vez, o resultado seja diferente. Caso o governo consiga mesmo destravar essa agenda, sem dúvida alguma será um dos grandes legados da pasta para a educação e para o país. (*S.M.*)



No campo da inovação, o Novo PAC contempla apoio a quatro centros de pesquisa avançada, com destaque para a criação do Órion, laboratório de biossegurança máxima. Quando o Órion entrar em operação, o Brasil terá capacidade de conduzir pesquisas com patógenos causadores de doenças graves e com alto grau de transmissibilidade – conhecidos como das classes 3 e 4 –, contribuindo para o desenvolvimento de novos diagnósticos, vacinas e tratamentos, e para a formação de profissionais nessa área. Com investimento previsto de R$ 1 bilhão, o laboratório será instalado no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), organização social vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) localizado em Campinas (SP).

Fernanda De Negri, diretora de Estudos Setoriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), diz que o Órion ilustra o modelo de infraestrutura de pesquisa do qual o Brasil carece. "Historicamente, temos laboratórios e instituições de pesquisa sempre muito pequenos, com poucos funcionários e pouco orçamento, e precisamos dar escala para a ciência brasileira. Isso requer uma quantidade de investimentos mais significativos pelo menos durante algum período de tempo", afirma. Ela destaca projetos grandes não se tiram da manga; requerem tempo e certo amadurecimento que o Brasil ainda não tem em muitas áreas. "Mas é algo que devemos perseguir, para criar a infraestrutura necessária para produzir inovação de impacto."

O atual cronograma do Órion prevê conclusão das obras até 2026, a partir de quando o complexo passará pelas fases de comissionamento técnico e científico e de certificações internacionais de segurança, para só então entrar em operação regular. Cumprindo tais etapas com sucesso, o Brasil será o primeiro país da América Latina com essa infraestrutura, e terá um diferencial em relação aos demais do tipo que existem no mundo: o de estar conectado a uma fonte de luz síncrotron – neste caso, o acelerador de partículas Sirius –, possibilitando estudos celulares em escala nanométrica.

"O sinal de prioridade dado pelo governo é positivo, mas só *ex post* saberemos se ganhar o selinho do Novo PAC tirará de fato esses projetos do papel", diz Fernanda. A própria história do Sirius ilustra essa expectativa, como a *Conjuntura Econômica* mostrou em matéria de junho de 2019 (confira aqui: https://bit.ly/3Svmhrt). Na época, José Roque da Silva, diretor do Sirius e diretor-geral do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), contou que o projeto inicial para construção do acelerador de partículas – com investimento de R$ 1,8 bilhão em valores de 2016 – foi bancá-lo envolvendo um conjunto maior de atores, como Petrobras, BNDES e Fapesp, mas a complexidade de um acordo fez com que em 2014 o Ministério de Ciência e Tecnologia decidisse abraçar o financiamento sozinho e incluí-lo no PAC. "Isso foi fundamental para avançarmos, pois tornou mais claro como seria a alocação de recursos", declarou o físico. Isso, entretanto, não foi suficiente para blindar o Sirius de contingenciamentos e, diante da falta de previsibilidade no desembolso de recursos, os gestores buscaram arranjos variados para não interromper o projeto. No caso da obra civil, de alto nível de especificidade, Roque contou que a saída encontrada foi dividir a obra em 13 partes, condicionando a

liberação de cada etapa à garantia do respectivo recurso.

Fernanda identifica o Novo PAC como uma tentativa de aglutinar iniciativas em andamento, ou no pipeline, o que não aponta a nada muito novo ou estrategicamente articulado, citando entre esses projetos já conhecidos o reator multipropósito, "há muito tempo previsto no orçamento", assim como investimentos de modernização em centros de pesquisa da Embrapa. Ela, que é autora, entre outras obras, do livro Novos Caminhos para a Inovação no Brasil (Editora Wilson Center, 2018), apoia a promoção de desenhos de gestão compartilhada no campo da pesquisa e inovação. "Algo parecido com o que existe nas organizações sociais, como acontece no CNPEM, onde o financiamento é público e a gestão é feita por uma entidade privada", exemplifica. "No mundo inteiro, o modelo bem-sucedido são instituições financiadas pelo setor público, mas geridas com um pouco mais de flexibilidade por instituições que tenham uma personalidade jurídica privada, sem fins lucrativos." Outra defesa da pesquisadora é de uma diversificação do ecossistema de inovação brasileiro, "que ainda é fortemente apoiado em universidades públicas, quando no mundo todo há uma miríade muito maior de instituições voltadas só para pesquisa", descreve, indicando que no Brasil são poucos os exemplos de instituições orientadas principalmente para pesquisa, entre as quais estão a Embrapa na agropecuária, e a Fiocruz na área da saúde.

A agenda de transição energética para uma economia global neutra em carbono é uma oportunidade importante para o Brasil promover pesquisa e desenvolvimento, diz Fernanda. "Mas é preciso um esforço integrado, junto com políticas de regulação, de financiamento, e uma série de outras políticas para constituir um arcabouço necessário para se caminhar mais efetivamente nessa direção", afirma, citando em especial a regulação do mercado de carbono. "A participação do Brasil nos debates internacionais sobre essa regulação do mercado de carbono também, porque, dependendo de como o mundo regular, a gente pode se dar melhor ou pior, então temos que ser mais ativos nessa agenda", afirma. "Temos que nos dedicar a estudar onde precisamos melhorar. A literatura diz que uma das grandes razões pelas quais as empresas adotam tecnologias mais sustentáveis na sua produção, como tecnologias que economizam energia, água, ou que poluem menos, é a regulação. Então, impor custos para a empresa que usa mal os recursos ambientais também é parte de um sistema que nos permita avançar nessa agenda do desenvolvimento sustentável."

Outro ponto dessa agenda verde destacado por Fernanda é a Amazônia. "Impressiona-me que não tenhamos um programa de pesquisa científica e tecnológica amplo para a Amazônia. Não tem país no mundo que possa fazer isso, a não ser o Brasil", afirma, indicando ainda janelas de oportunidade nos setores de saúde e tecnologia da informação. "No primeiro caso, temos uma população que está envelhecendo, e precisamos pensar em tecnologias para ampliar o acesso à saúde. Quanto às novas tecnologias da informação, como a inteligência artificial, podemos aproveitar esse momento inicial de desenvolvimento, quando existem menos barreiras de entrada e, consequentemente, mais chances para países que não são ricos começarem a entrar no jogo." (*S.M.*)

Projetos do Novo PAC em inovação e pesquisa

Modalidades	R$ bilhões
Centros de pesquisa avançada Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) Acelerador de Luz Síncroton Sirius Laboratório de Biossegurança NB4 Órion Reator Nuclear Multipropósito Brasileiro - RMB	4,8
Equipamentos de pesquisa em universidades (Pro-Infra)	4,4
Centros de pesquisa agropecuária	0,1
Equipamentos para pesquisa agropecuária	0,7
Infraestrutura para organizações estaduais de pesquisa agropecuária	0,2
TOTAL	**10,2**

Fonte: Casa Civil.

"As distopias das infraestruturas de uma metrópole têm como estudo de caso a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), o qual toma por base os dados informados nos diagnósticos e prognósticos feitos pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e Integrado (Pedui) elaborado entre 2016 e 2018,[1] sendo este o primeiro plano até hoje feito para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e com um olhar integrado entre as componentes, mobilidade, saneamento, resiliência ambiental, habitação, equipamentos sociais, patrimônio natural e cultural, desenvolvimento econômico, gestão pública, reconfiguração espacial e centralidades urbanas."

Episódio VI: Ser ou não ser porto *hub* de logística

Luiz Firmino Pereira e Rafael Souza
Pesquisadores do FGV CERI

Comércio mundial via marítima

Em um mundo cada vez mais global e conectado, é inviável viver isolado, sem comprar de ou vender para outros países, sejam manufaturas, *commodities*, alimentos ou bens de consumo. A escala e a logística envolvidas na carga, no transporte, armazenamento e distribuição desses produtos são críticas para a competitividade. Algumas cidades no mundo ganharam destaque por suas condições como *hub* de movimentação de cargas: Rotterdam na Europa, ou Singapura na Ásia, além de várias cidades chinesas com destaque para Xangai.

Dados da Organização Mundial do Comércio (OMC) apontam que o total de exportações globais atingiu valor superior a US$ 24 trilhões em 2023.[2] A participação do Brasil nestas exportações avançou de 1,12% para 1,39%, totalizando mais de US$ 334 bilhões no ano passado. A figura 1 apresenta as exportações totais globais trimestrais de 2016 ao segundo trimestre de 2023. Segundo a UNCTAD (2021),[3] 80% do transporte acontece por via marítima, com esse percentual sendo ainda maior para os países em desenvolvimento.

Os números apresentados evidenciam o tamanho do mercado que os portos do Rio de Janeiro podem explorar, levando-se em consideração as vantagens oferecidas pelos atributos da RMRJ, discutidos neste artigo.

Algumas lições dos portos da China

Para contextualizar as oportunidades existentes para os portos fluminenses, cabe fazer uma breve revisão sobre alguns estudos envolvendo alguns portos da China, país para o qual há um bom número de estudos sobre o tema.

Song e Geenhuizen (2014)[4] apresentam estimativas da elasticidade do produto da infraestrutura portuária para portos da China. Segundo os autores, os resultados indicam efeitos positivos claros do investimento em infraestruturas portuárias em todas as regiões estudadas. A análise aponta que as diferenças nos efeitos dos investimentos em infraestrutura nos portos chineses estão relacionadas ao tipo do porto (terrestre ou marítimo), o estágio de desenvolvimento econômico da região, a conectividade da rede internacional, os efeitos de interação com regiões adjacentes e (em menor grau) com a densidade da infraestrutura de transporte terrestre.

Ma *et al.* (2021)[5] avaliam os efeitos da integração de portos (IP) no crescimento econômico urbano de cidades da China. Buscam entender as causas de diferenças espaciais no desenvolvimento urbano que este-

jam associadas à integração dessas infraestruturas. Aqui são destacadas algumas conclusões: as IP podem estimular o crescimento econômico das cidades e os seus efeitos aumentam com o tempo; o efeito da integração portuária no crescimento econômico das cidades de pequeno e médio porte são mais evidentes do que aqueles nas cidades maiores.

Os atributos da RMRJ

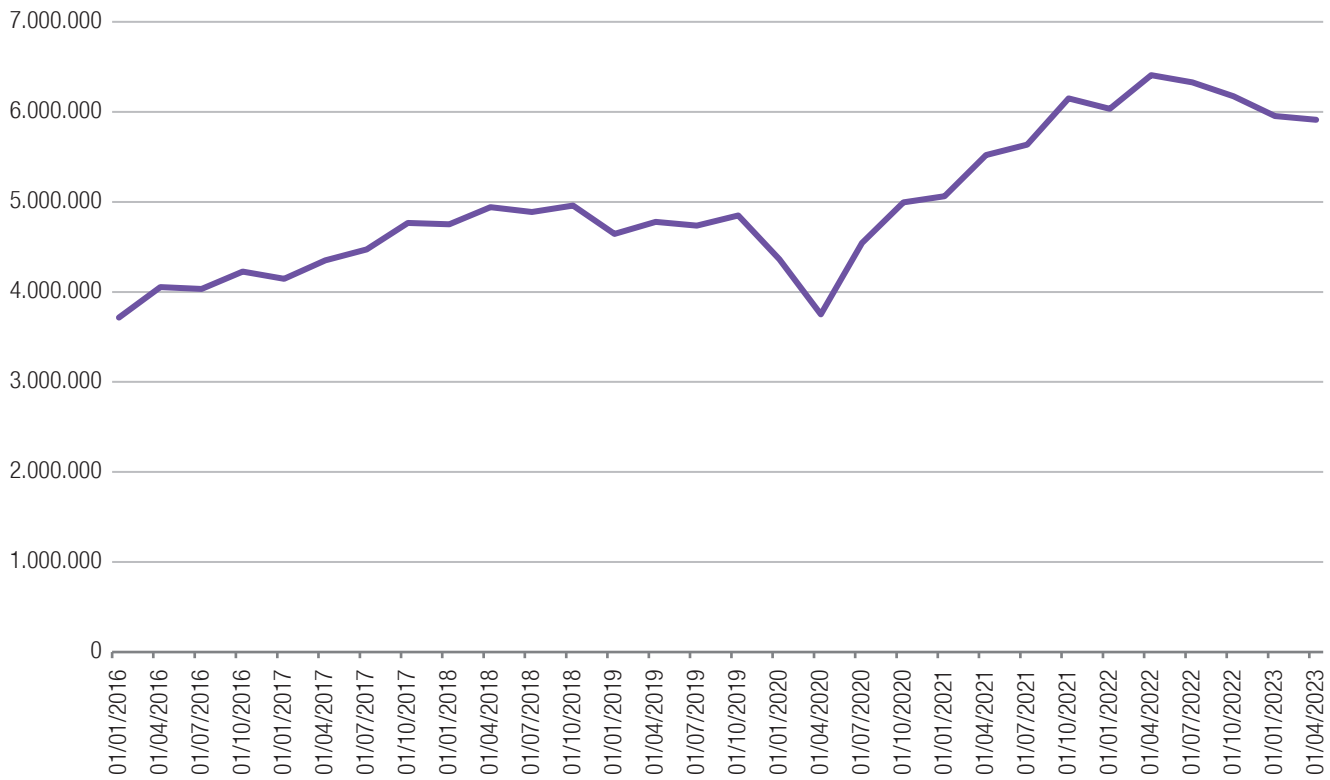
Como destacado em episódios anteriores, em relação aos aspectos logísticos não é diferente. As características únicas geográficas da RMRJ lhe conferem atributos que poucas regiões no mundo possuem: duas baías com águas protegidas e onde já estão estabelecidas atividades portuárias;[6] proximidade a grandes centros de consumo e de produção industrial; fácil conexão a um aeroporto internacional, malha férrea e rodoviária interessantes, que a qualificam como uma plataforma logística para o país.

O porto do Rio de Janeiro, como aconteceu em muitas cidades do mundo, determinou o crescimento urbano da cidade ao seu redor, o que nos tempos atuais acabou por se tornar fator limitador pela falta da chamada retroárea. É nesta que se dá a movimentação de carga/descarga e estocagem. Nos dias de hoje é fundamental que seja generosa, dadas as necessidades de escalas e de volumes a serem manobrados de forma economicamente viável. Como em outras partes do mundo, essas áreas centrais criadas a partir dos portos acabaram alvos de projetos de revitalização para requalificação do seu uso como urbano, assim aconteceu no caso do RJ com o projeto do Porto Maravilha.

A despeito das dificuldades para os dias atuais, o porto do Rio vem ampliando suas atividades, seja com o crescimento das áreas de atracação e pátios de carga e descarga criados artificialmente em lajes sobre pilotis na Baía de Guanabara, seja ampliando a retroárea com a criação de acesso exclusivo a terrenos um pouco afastados. Dois exemplos disso são o caso da alça recém-feita na ponte Rio-Niterói (que comporta uma pis-

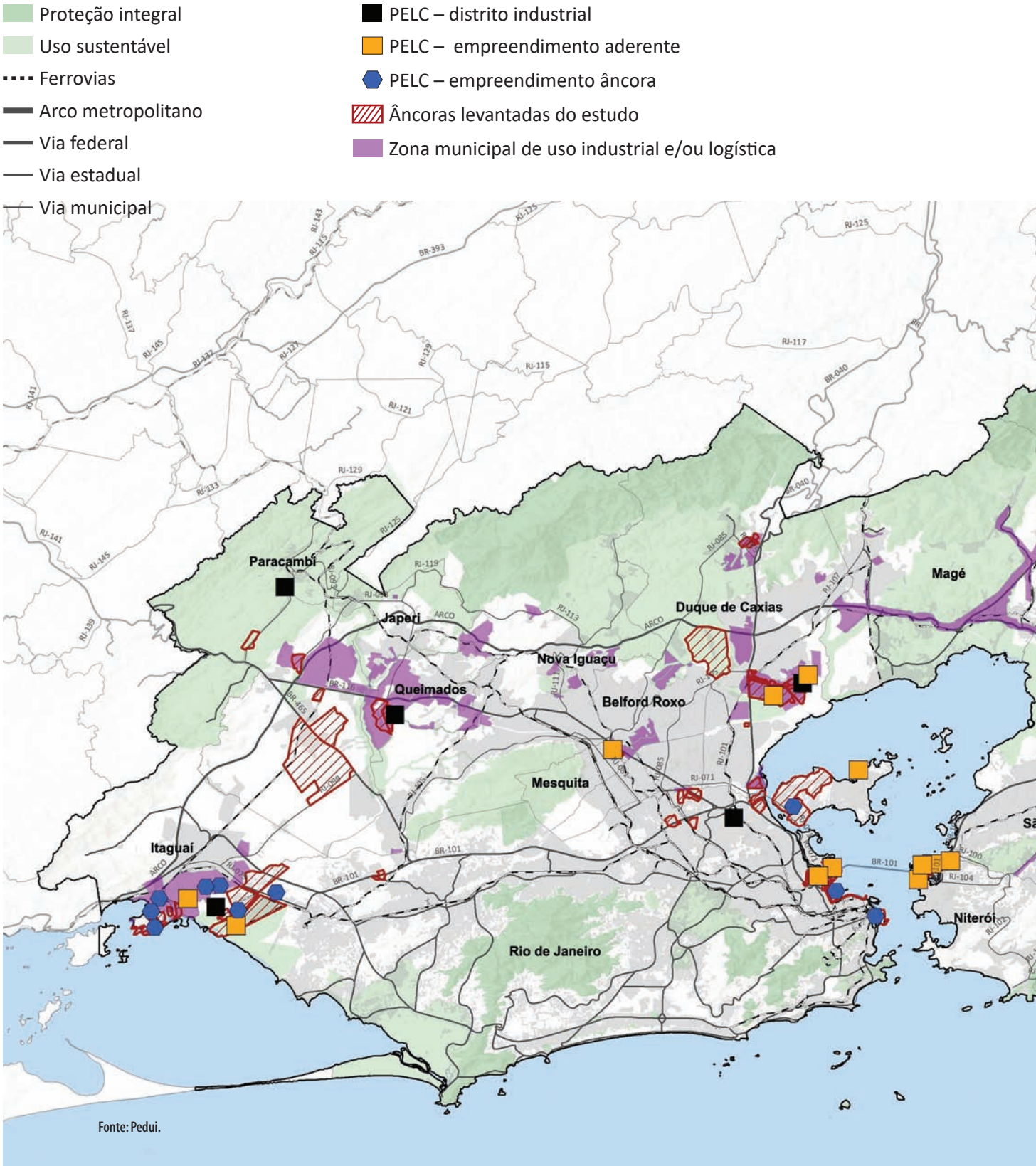
Figura 1 **Exportações totais globais**

(em milhões de dólares)



Fonte: OMC.

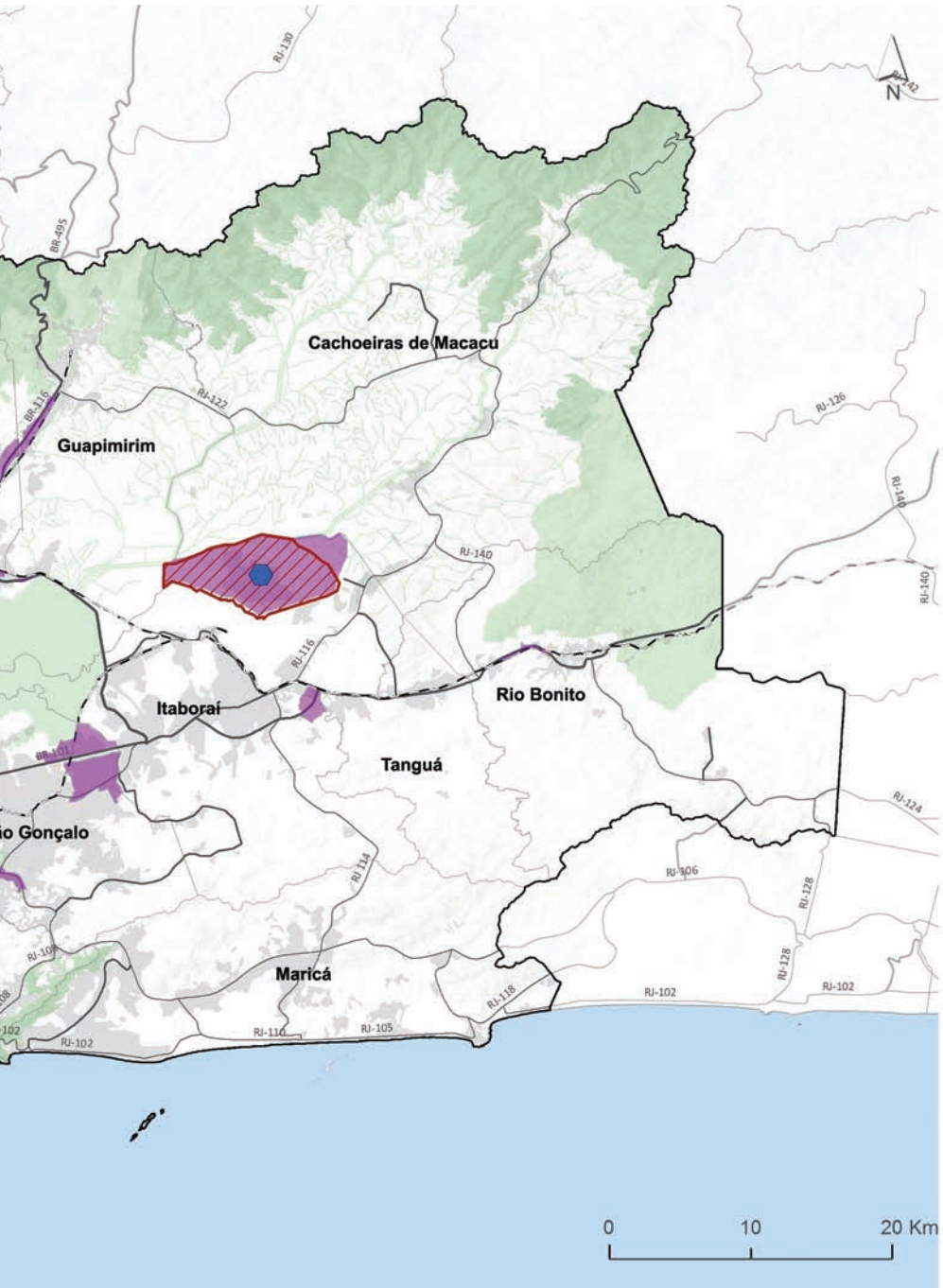
Figura 2 **Mapa com a localização das principais rodovias, ferrovias, áreas industriais ou logísticas e de proteção ou preservação ambiental**



Fonte: Pedui.

ta exclusiva ao tráfego de caminhões entre o porto e os terrenos ao longo da Linha Vermelha) e a construção de estruturas verticais para abrigar os veículos que vêm de Minas Gerais e são exportados pelo porto do Rio. Embora conte com o acesso por uma linha de trem, o porto do Rio tem grande limitação de acesso rodoviário, já que suas vias de acesso são as mesmas utilizadas por milhares de pessoas nos movimentos casa-trabalho diariamente, o que gera saturação com grandes congestionamentos.

A Baía de Sepetiba com o porto de Itaguaí e os portos adjacentes (Sudeste, Gerdau, CSA) por sua vez não encontra maiores problemas com retroáreas e acessos rodoviários. Além de possuir linha ferroviária por onde chegam minérios vindos principalmente de Minas Gerais, possui uma excelente conexão rodoviária decorrente do Arco Metropolitano, projetado e implantado a partir do porto de Itaguaí, e que contorna toda a região metropolitana, servindo de alça de acesso à Dutra (São Paulo), Washington Luiz (Minas Gerais), BR 101 norte (Espírito Santo) e à Av. Brasil como um dos acessos ao Rio de Janeiro capital. Possui possibilidades inúmeras de ampliação de retroárea e instalações logísticas ao longo do próprio Arco Metropolitano. E o principal, possui um dos melhores calados do país, mas que precisa ser duplicado para potencializar o tráfego marítimo.

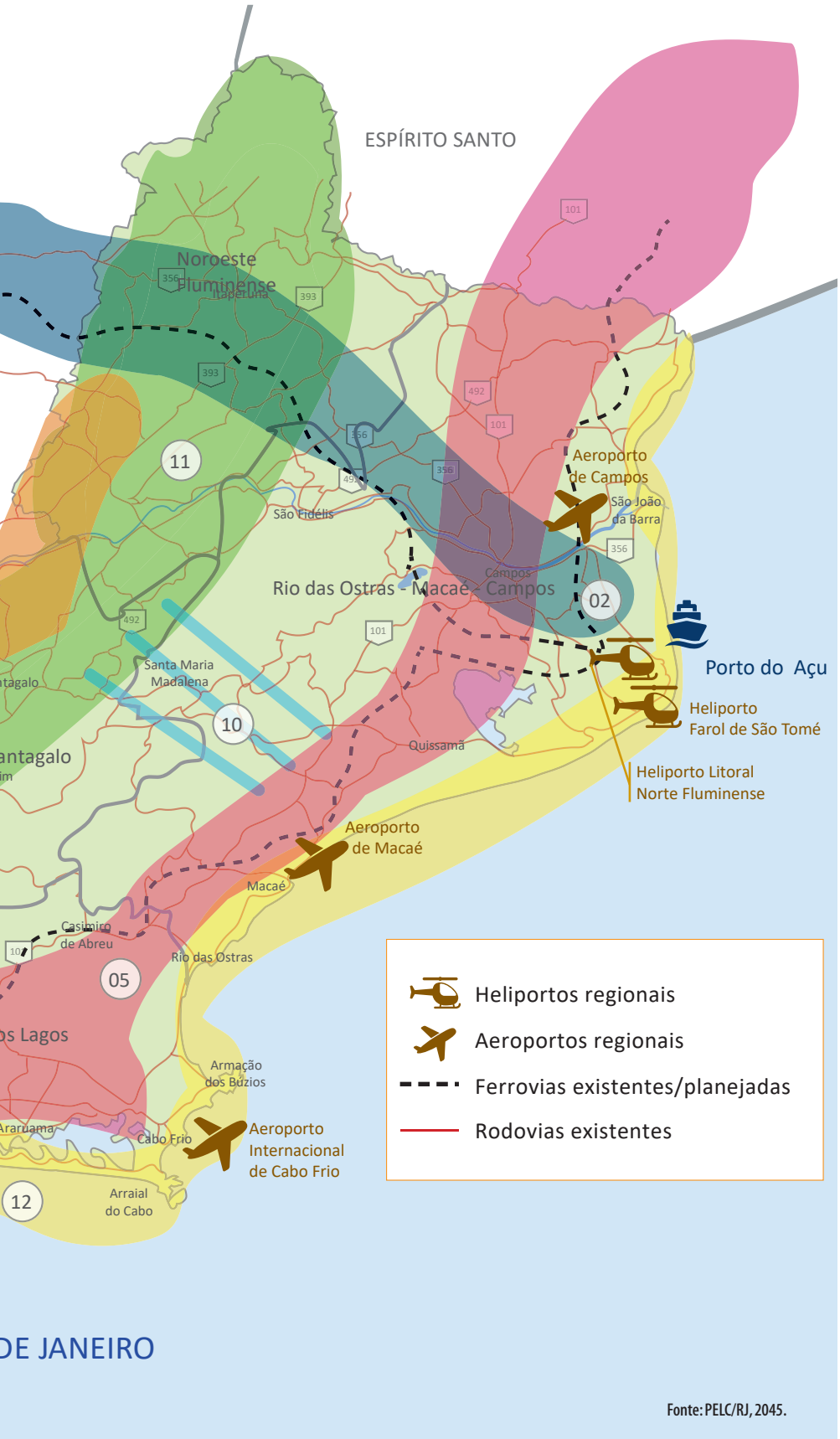


Existe uma linha férrea que interliga os dois portos, do Rio e de Itaguaí, o que permitiria certo grau de sinergia entre eles. Consta dos levantamentos feitos pelo Pedui propostas já cogitadas para a criação de zonas não alfandegadas ao longo dessa linha férrea, em área da Baixada Fluminense, o que traria outra perspectiva econômica para além das demais possibilidades. Ao centro da figura 2, na Ilha do Governador, se encontra o aeroporto do Rio, com potencial de transporte de cargas imenso e subutilizado.

O Plano Estratégico de Logística de Cargas do Rio de Janeiro (PELC/RJ 2045)[7] concluído em 2016 confirma a vocação de plataforma logística mundial, destacando as infraestruturas no mapa a seguir, que são chamadas de âncoras.

Figura 3 **Mapa logístico, PELC/RJ 2045, âncoras**





Fonte: PELC/RJ, 2045.

Oportunidades

Melhorar a eficiência portuária é muito mais importante do que apenas o aumento da infraestrutura física. Uma melhor gestão portuária requer conectividade do transporte terrestre e integração muito mais rápida dos portos com cadeias de abastecimento ligadas à economia regional.

Song e Geenhuizen (2014) sugerem que no curto prazo devem ser implementadas estratégias para estabelecer rapidamente as ligações entre os portos e os *clusters* ou polos de crescimento existentes, pelos quais o valor acrescentado pode ser aumentado. Eles também indicam que a conexão com institutos de pesquisa locais (universidades) é um bom caminho para promover um surgimento e crescimento mais forte de pequenas empresas de base tecnológica. No longo prazo, os autores apontam que poderiam ser criados *clusters* especializados e de elevado valor acrescentado de atividades econômicas relacionadas à atividade portuária, incluindo serviços avançados de produção marítima. Este poderia ser o caso do porto de Maricá e da geração de energia eólica *offshore*. Esta sugestão está em linha com o que Ma *et al.* (2021) apontam, que a integração de portos em uma mesma região é capaz de evitar o desperdício de escassos recursos portuários e promover melhor uso dos recursos regionais. Note-se que muito da infraestrutura necessária para a integração física já está construída e que a RMRJ possui diversas universidades e institutos de pesquisa.

A RMRJ possui uma característica ambiental única, conferida pela serra do Mar, a Baía de Gua-

nabara e suas baixadas, que acabam por formar um grande anfiteatro. A possibilidade de incrementar uma atividade como a de "plataforma logística internacional" é absolutamente interessante, pois o impacto ambiental é relativamente pequeno diante da geração de impostos, renda e emprego que proporciona, se comparado a outras atividades econômicas de alto valor agregado, como indústrias. O mais difícil para se tornar essa plataforma logística mundial está pronto; ainda que seja preciso avançar com a duplicação do canal de acesso marítimo em Sepetiba, a implantação da alça de acesso da Washington Luiz ao Galeão, a terceira pista no Galeão entre outras, pontos já destacados no Pedui. Claro que além disso seria necessário um entendimento entre os portos do Rio e Itaguaí para buscar sinergia e evitar uma concorrência predatória.

Simulações feitas nas oficinas do Pedui dão conta de que o Porto de Itaguaí é um dos poucos portos do país com capacidade de receber os meganavios[8] de carga com 400 metros e capacidade para cerca de 24.000 TEUs (um contêiner de 20 pés = 1 TEU), utilizados pela China e outros países, e que exigem maior calado. Outra simulação interessante foi a de que o custo de chegada de produtos a algumas regiões de São Paulo pode vir a ser menor entrando por Sepetiba do que por Santos.

Desafios

Como aponta este artigo, o potencial de plataforma logística nacional e internacional resta configurado, mas ainda bem aquém das possibilidades, o que a partir de uma gestão com um olhar mais amplo observando as sinergias do dois principais portos, o do Rio e de Itaguaí, assim como a otimização das infraestruturas aérea, ferroviária e rodoviária, podem empreender uma dinâmica ímpar, que permitam nos colocar no nível de outras áreas portuárias mundiais que ficaram conhecidas por serem *hubs* de cargas.

A capacidade de receber os meganavios reduz tremendamente os custos de frete, trazendo vantagens que certamente impactarão positivamente a economia como um todo

A capacidade de receber os meganavios reduz tremendamente os custos de frete, trazendo vantagens que certamente impactarão positivamente a economia como um todo, aos setores envolvidos na logística e a todos aqueles que serão beneficiados.

A atividade portuária deve ainda, em tempos de mudanças climáticas, se pautar por ações sustentáveis, que lhe confiram a chancela de porto verde, o que associado ao baixo impacto no território de suas atividades, e ao alto valor agregado e de geração de impostos, representa uma excelente atividade econômica para a RMRJ.

[1]https://www.modelarametropole.com.br.

[2]https://timeseries.wto.org/.

[3]https://unctad.org/publication/review-maritime-transport-2021.

[4]Song, L.; Van Geenhuizen, M. Port infrastructure investment and regional economic growth in China: Panel evidence in port regions and provinces. *Transport Policy*, v. 36, p. 173-183, 2014. ISSN 0967-070X. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.tranpol.2014.08.003.

[5]Ma, Q.; Jia, P.; She, X.; Haralambides, H.; Kuang, H. Port integration and regional economic development: Lessons from China. *Transport Policy*, v. 110, p. 430-439, 2021. ISSN 0967-070X. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.tranpol.2021.06.019.

[6]A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é uma província portuária por natureza, na qual são movimentadas cargas de 26 estados brasileiros. Nas duas baías existentes estão localizados os portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Sudeste, Niterói e Santa Cruz. Além disso, a execução dos projetos de Lago da Pedra em Itaguaí (Gerdau) e da Base da Marinha, em Itaguaí podem alavancar ainda mais o setor. Também existe um importante terminal portuário especializado: Torguá, na Baía de Guanabara, para petróleo e derivados (da Petrobras). Outro projeto é a construção do Terminal de Ponta Negra, em Maricá.

[7]O PELC/RJ 2045 é um plano estratégico de logística de cargas, que foi desenvolvido a partir de 2014 e concluído em 2016, com uma visão sistêmica da logística e da integração das modalidades de transporte de carga no estado do Rio de Janeiro. Com o foco na redução dos custos logísticos, este plano é uma ferramenta para direcionar e apoiar o estado a se tornar um sistema logístico de classe mundial.
Disponível em: http://arquivo.proderj.rj.gov.br/setrans_pelc_imagens/SCSEditalImprensa/arquivo/upload/D19.zip.

[8]"Estamos vendo um grande número de meganavios porta-contêineres sendo construídos", diz George Griffiths, editor de mercados de contêineres globais da empresa fornecedora de informações e análise de mercados S&P Global Commodity Insights. "A quantidade de navios com capacidade para transportar mais de 14 mil contêineres é imensa." Somente na última década, a capacidade média dos navios porta-contêineres aumentou de menos de 3 mil para cerca de 4,5 mil TEUs. E existem atualmente mais de 50 navios com capacidade de 21 mil TEUs ou mais. Praticamente todos eles foram construídos nos últimos cinco anos.
Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-62126269.


O MERCADO
PREFERE QUEM
TEM MAIS QUE MBA.
PREFERE FGV.
Conheça o amplo portfólio da FGV e escolha para o seu currículo uma instituição que é a número 1 no ranking do IGC – Índice Geral de Cursos do MEC.
Torne-se um profissional de referência na área de conhecimento ideal para você:
• Administração Pública
• Direito
• Economia e Finanças
• Estratégia e Negócios
• Gestão de Setores Específicos
• Liderança e Pessoas
• Marketing e Vendas
• Relações Internacionais
• Tecnologia e Ciência de Dados
MBA FGV
É MAIS QUE MBA, É FGV.
SAIBA MAIS E INSCREVA-SE: fgv.br/mba
3A BRASIL

As exportações brasileiras e o comércio mundial

Lia Baker Valls Pereira
Pesquisadora associada do FGV IBRE e professora da FCE/Uerj e da PPGRI/Uerj

O superávit da balança comercial em 2023 deverá atingir US$ 93 bilhões segundo estimativas da Secretaria de Comércio Exterior. Mais um ano onde o setor externo não traz riscos para a estabilidade macroeconômica do país. Esse comportamento tem sido a regra desde 2001, com exceções nos anos de 2013 e 2014. O acúmulo de superávits permitiu ao país garantir um estoque de reservas internacionais que, junto com o câmbio flexível, assegurou ao país um colchão de segurança. Crises cambiais que fizeram parte da história do setor externo do país parecem ser questões do passado, até o momento.

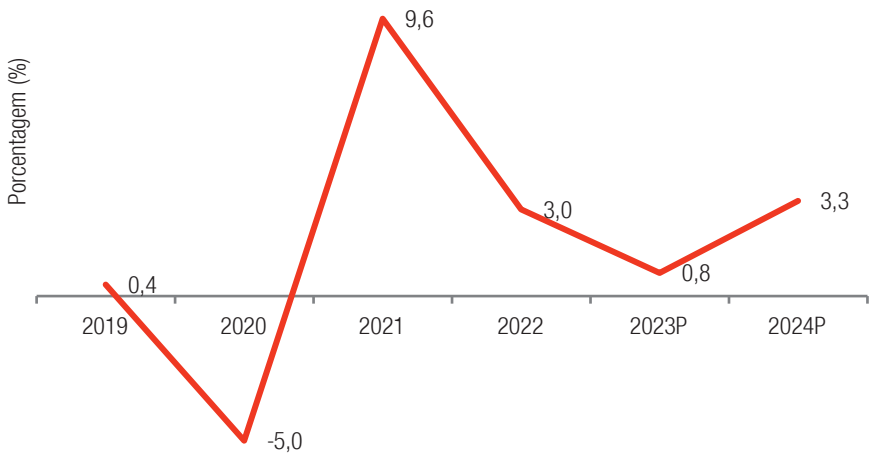
Uma segunda questão requer um olhar, além da macroeconomia. Nesse caso, o colchão de segurança está concentrado na consolidação das exportações de *commodities* e a maior dependência do mercado chinês.

Crescimento do comércio mundial

A Organização Mundial do Comércio (OMC) reviu as suas projeções para 2023 e espera que o volume do comércio mundial cresça 0,8% entre 2023 e 2024 e depois 3,3% entre 2023 e 2024 (gráfico 1). A OMC já previa uma desaceleração em 2023 na ordem de 1,7%, em abril. A queda na projeção para 0,8% é explicada pelos principais mercados mundiais com menor crescimento do volume exportado dos Estados Unidos e Europa (sai de 3,4% para 0,4% entre 2022 e 2023) e o pequeno efeito da retirada das restrições da China no desempenho da Ásia (sai de 0,4% para 0,6%). No caso das importações, o volume cai em todos os mercados. Para 2024, a melhora seria liderada pela Ásia, seguida da Europa, e uma recuperação generalizada das importações (gráfico 2).

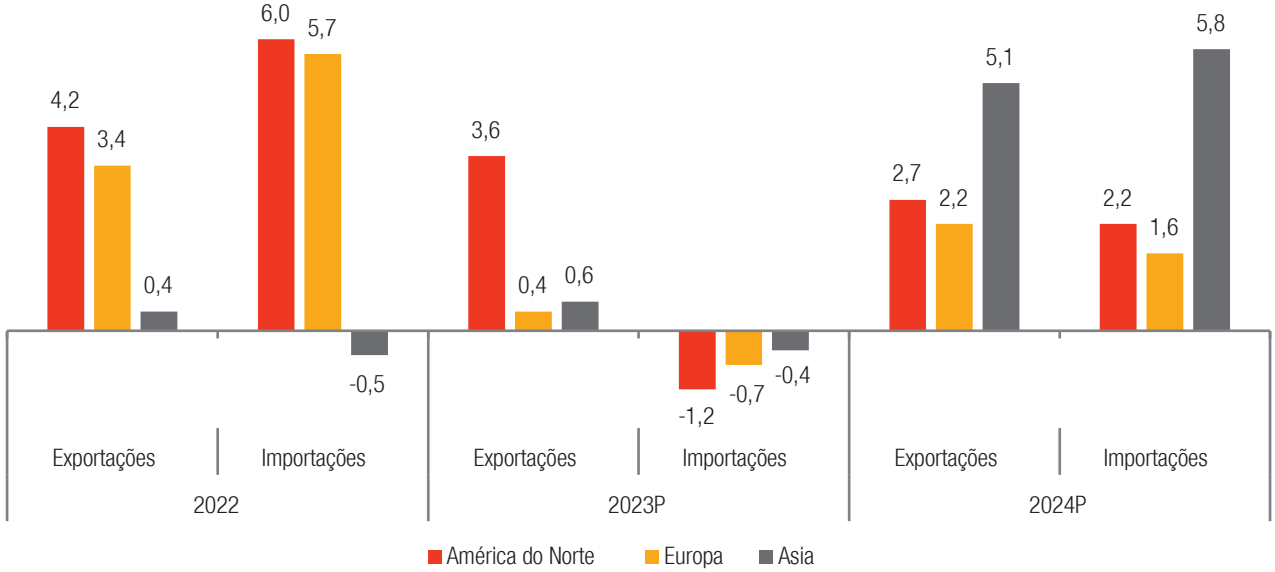
O gráfico 3 compara os volumes exportados e importados do Brasil e da América do Sul. Em 2022 e 2023, o crescimento das expor-

Gráfico 1 **Crescimento (%) do volume do comércio mundial de mercadorias***



* Média do volume exportado e importado. Obs.: Os números de 2023 e 2024 são projeções.
Fonte: World Trade Outlook and Statistics – outubro de 2023.
Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/gtos_updt_oct23_e.pdf.

Gráfico 2 **Crescimento (%) do volume do comércio mundial de mercadorias***

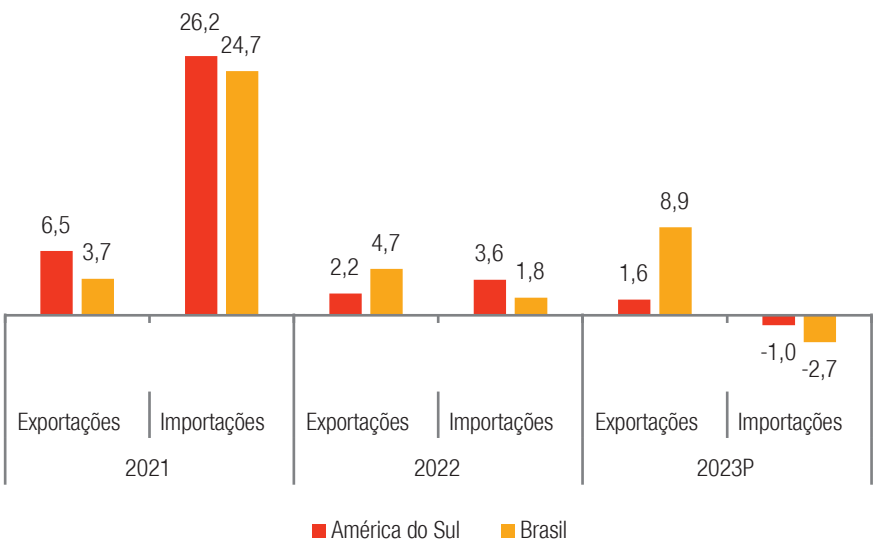


Obs.: Os números de 2023 para a América do Norte, Europa e Ásia são projeções. Para o Brasil é o resultado da comparação entre o acumulado do ano até setembro de 2022 e 2023.
Fonte: World Trade Outlook and Statistics – outubro de 2023.
Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/gtos_updt_oct23_e.pdf.

tações brasileiras é superior ao da América do Sul. Para 2024, a OMC projeta um crescimento de 0,6% no volume exportado e de 3,3% no volume importado para a América do Sul. Não há projeções para o Brasil, mas os resultados sugerem uma desaceleração para as exportações brasileiras. O resultado para 2023 até meados do ano foi influenciado pelos ganhos das exportações de soja pela seca na Argentina, outros agrícolas e o aumento das exportações da indústria extrativa.

Em síntese, o volume do comércio mundial em 2023 deverá desacelerar em relação a 2022, mas recupera em 2024 com aumento das importações nos principais mercados. No caso brasileiro, o cenário em 2024 será pior para as exportações do que em 2023, seguindo a tendência proposta pela OMC para a América do Sul. Nada, porém, que comprometa a estabilidade macroeconômica do país.

Gráfico 3 **Crescimento (%) do volume exportado e importado da América do Sul e do Brasil**



Fonte: Para o Brasil, os dados de 2023 são da base Icomex, FGV IBRE e se referem ao acumulado do ano até setembro.

O desempenho das exportações[1]

O Brasil foi o 26º maior exportador mundial em 2022. A participação do Brasil tem se mantido relativamente estável e não ultrapassou

Tabela 1 **Participação (%) nas exportações mundiais**

	1983	1993	2003	2022
América do Norte	**16,8**	**17,9**	**15,8**	**13,3**
Estados Unidos	11,2	12,6	9,8	8,5
Canadá	4,2	3,9	3,7	2,5
México	1,4	1,4	2,2	2,4
América do Sul, Central e Caribe	**4,5**	**3,0**	**3,1**	**3,4**
Brasil	1,2	1,0	1,0	1,4
Europa	**43,5**	**45,3**	**46,2**	**35,8**
Alemanha	9,2	10,3	10,2	6,8
África	**4,5**	**2,5**	**2,4**	**2,7**
África do Sul	1,0	0,7	0,5	0,5
Oriente Médio	**6,7**	**3,5**	**4,1**	**6,7**
Ásia	**19,1**	**26,0**	**26,1**	**35,1**
China	1,2	2,5	5,9	14,8
Japão	8,0	9,8	6,4	3,1
Índia	0,5	0,6	0,8	1,9

Tabela 2 **Participação (%) das exportações brasileiras nas exportações mundiais dos setores selecionados**

	2002	2008	2019	2021	2022
Manufaturas	0,7	0,8	0,5	0,5	n.d.
Siderúrgicos	2,7	2,3	2,8	2,5	2,8
Químicos	0,5	0,7	0,5	0,5	n.d.
Farmacêuticos	0,2	0,2	0,2	0,1	n.d.
Máquinas e material de transporte	0,6	0,7	0,4	0,4	n.d.
Equipamento de telecomunicações e eletrônicos	0,3	0,2	0,04	0,03	n.d.
Equipamento de informática	0,1	0,1	0,1	0,03	n.d.
Componentes eletrônicos e circuitos integrados	0,1	0,03	0,02	0,02	n.d.
Material de transporte	1,0	1,3	0,7	0,6	n.d.
Automóveis	0,8	1,2	0,6	0,6	n.d.
Têxteis	0,5	0,5	0,2	0,2	n.d.
Vestuário	0,1	0,1	0,0	0,0	n.d.

Fonte: https://stats.wto.org/.

1,5%, desde os anos de 1980 (tabela 1). O caso da China é amplamente conhecido com aumento de 1,2% para 14,2% entre 1983 e 2022 o que garante ao país o primeiro lugar na lista dos principais exportadores. Os dois outros destaques são a Índia com aumento de 0,5% para 1,9% e o México de 1,4% para 2,4%. Nesse último caso, a proximidade geográfica com os Estados Unidos impulsionou a formação de cadeias de produção regionais facilitada com o acordo de livre-comércio de 1994.

Os ganhos do Brasil no comércio mundial se concentram no setor agrícola, no setor de alimentos e no de combustíveis e minerais. A participação das exportações de produtos agrícolas brasileiros nas exportações mundiais aumentou de 2,8% em 2000 para 6,4%, em 2022. O país é o 3º maior exportador de produtos agrícolas depois da União Europeia e os Estados Unidos. O mesmo resultado se repete nas exportações de alimentos, a participação brasileira passou de 3,0% para 6,6% entre 2000 e 2022 e o país é o terceiro maior exportador. No caso dos combustíveis e minerais, o país não está na lista dos 10 principais exportadores, pois a OMC agrega todos os produtos desse setor. Destaca-se que, segundo o Instituto Brasileiro de Petróleo, o Brasil foi o 9º maior exportador de petróleo e derivados do mundo em 2022. No caso do minério de ferro, o Brasil é o segundo depois da Austrália.

Nas exportações de manufaturas, o Brasil não está entre os dez maiores exportadores. A participação do

país nunca ultrapassou 1% na série histórica da OMC desde os anos de 1950. Além disso caiu de 0,8% para 0,5% entre 2008 e 2019 e se manteve nesse patamar. Chama a atenção a ascensão do Vietnã para o 10º maior exportador de manufaturas com participação de 2,0%. Os investimentos chineses no país impulsionaram produtos do setor de telecomunicações e eletrônicos.

Entre os setores de manufaturas destacados pela OMC, o Brasil só está entre os dez maiores exportadores de produtos siderúrgicos ocupando a 9ª posição. Como descreve a tabela 2, em quase todos os setores o país perdeu participação.

Os resultados da OMC refletem as transformações da pauta de exportações do Brasil. A participação média das exportações de *commodities* era de 44% no período de 2002 a 2008, subiu para 58% entre 2009-2019 e foi de 68% entre 2020 e janeiro a setembro de 2023, no total das exportações brasileiras. Ao mesmo tempo, a pauta das *commodities* ficou concentrada em menos produtos. Em 2002, soja em grão, minério de ferro e petróleo bruto explicavam 31% das exportações; de soja, em 2012, 49% e 2023 (janeiro a setembro), 54%.

A transformação da pauta levou a uma queda na participação das exportações da indústria de transformação e aumento da agropecuária e da indústria extrativa. No período de 2002 a 2008, a média da participação das exportações da agropecuária no total exportada pelo Brasil era de 8,5%, subiu para 15,3% nos anos de 2009 a 2019 e depois para 21,1% de 2020 ao acumulado no ano até setembro de 2023. Nesses mesmos períodos, a participação da extrativa passou de 11,4%, para 20,4% e 24,2% e a da transformação caiu de 80% para 64% e 55%. A média anual de crescimento do volume exportado foi de 8,2% para a agropecuária, 6,1% para a extrativa e 2,6% para a indústria de transformação.

> A participação das exportações de produtos agrícolas brasileiros nas exportações mundiais aumentou de 2,8% em 2000 para 6,4%, em 2022

No comércio mundial, a participação das manufaturas fica ao redor de 65% a 68%. Em 2022 foi de 63% devido ao aumento em valor dos preços de energia. Em termos de volume a média anual de crescimento das exportações agrícolas foi de 2,2%, dos combustíveis e minerais de 1,2% e das manufaturas de 2,8%. O melhor desempenho do Brasil é na agropecuária e na extrativa e logo mesmo sendo um exportador relevante não consegue registrar um grande avanço na sua classificação das exportações mundiais, pois o desempenho nas exportações de manufaturas é relativamente mais fraco. Essa questão é relevante?

Na agenda internacional o tema da segurança alimentar associado à pobreza e desigualdade entre os países coloca o Brasil num lugar de destaque ao ser um dos maiores produtores agrícolas. Da mesma forma não se pode desconsiderar a importância do petróleo enquanto a transição energética está em curso. No entanto ao não ter uma participação maior nas exportações de manufaturas isso leva a uma maior pressão sobre o setor agropecuário e da indústria extrativa. E, portanto, sobre os principais mercados compradores, que no caso é a China. Além disso, seriam setores que geram menos empregos diretos que a indústria de transformação e os serviços.

As incertezas trazidas pelos conflitos bélicos e suas repercussões no jogo geopolítico, a primazia do princípio de segurança sobre o da eficiência levando a uma desaceleração da integração produtiva global associada às tensões da China com os Estados Unidos são algumas questões que tendem a reduzir o crescimento do comércio mundial e em termos de acirramento do conflito afetar as exportações de *commodities* do Brasil. No momento não vislumbramos esse cenário no próximo ano com uma possível extensão do conflito entre Hamas e a Israel para outros países da região.

[1]Os dados das exportações brasileiras são da base Icomex, FGV/IBRE.



CURSOS DE CURTA E MÉDIA DURAÇÃO.

PRESENCIAL | ONLINE | LIVE

3A BRASIL

ACELERE SUA CARREIRA COM A FGV.

Instituição número um em educação superior*.

Destaque-se na sua área de trabalho:

- Administração Pública • Direito • Economia e Finanças • Educação e Humanidades
- Estratégia e Negócios • Gestão de Setores Específicos • Liderança e Pessoas
- Marketing e Vendas • Relações Internacionais • Tecnologia e Ciência de Dados

Saiba mais e inscreva-se em
fgv.br/curta-e-media

FGV | EDUCAÇÃO EXECUTIVA

*Índice Geral de Cursos/MEC



Conjuntura Estatística

2	Índices Gerais de Preços – FGV
3	Preços ao Consumidor – Indicadores Industriais – Sondagem Industrial (FGV/IBRE)
4	Indicadores Industriais – Produção Física
7	Setor Externo
8	Emprego e Renda
9	Tabelas de correspondência dos índices econômicos que eram publicados na Revista

Seção fechada com dados disponíveis até o dia 31/10/2023

Notas

Nessa seção são publicados os índices da FGV mais utilizados pelo mercado, como o IGP-M, o IPC e o INCC, com as variações no ano e em 12 meses já calculadas.

Mas as séries também estão disponíveis no banco de dados FGV Dados, com acesso via Portal IBRE, https://portalibre.fgv.br seção índices institucionais, consultas gratuitas.

Os índices econômicos mais específicos (IPA, IPC, INCC), elaborados pelo FGV IBRE, publicados na antiga seção Índices Econômicos até a edição setembro de 2021, continuam sendo calculados mas o acesso passou a ser exclusivo para os usuários do banco de dados - FGV Dados, https://portalibre.fgv.br/fgv-dados na modalidade Standard.

Incluímos a partir da página 9 uma tabela de correspondência. A Coluna era a forma de identificação dos índices na revista. No FGV DADOS esses índices tem um código numérico associado.

Índices Gerais de Preços – base: ago. 94 = 100

	Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI)				Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M)				Índice de Preços ao Produtor Amplo Estágios de Processamento (IPA-EP-DI)				Índice Nacional do Custo da Construção (INCC-DI)			
Código FGV Dados	161384	Variação (%)			200045	Variação (%)			1416651	Variação (%)			1464783	Variação (%)		
Período	Índices[1]	no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]	Índices[1]	no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]	Índices[1]	no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]	Índices[1]	no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]
2016	639,431	–	10,19	7,18	647,435	–	10,40	7,17	694,489	–	11,45	7,73	673,014	–	6,50	6,13
2017	645,589	–	0,96	-0,42	654,338	–	1,07	-0,52	689,344	–	-0,74	-2,52	706,729	–	5,01	4,25
2018	683,125	–	5,81	7,10	690,916	–	5,59	7,54	737,148	–	6,93	8,75	733,766	–	3,83	3,84
2019	724,432	–	6,05	7,70	733,535		6,17	7,30	789,562	–	7,11	9,63	763,558	–	4,06	4,15
2020	818,942	–	13,05	23,08	826,322		12,65	23,14	930,424	–	17,84	31,72	803,632	–	5,25	8,81
2021																
Jan.	951,395	2,91	2,91	26,55	958,844	2,58	2,58	25,71	1.132,015	3,92	3,92	37,06	852,809	0,89	0,89	9,37
Fev.	977,133	2,71	5,69	29,95	983,063	2,53	5,17	28,94	1.170,548	3,40	7,46	41,77	868,929	1,89	2,80	11,07
Mar.	998,344	2,17	7,99	30,63	1.011,948	2,94	8,26	31,10	1.200,887	2,59	10,24	42,12	880,265	1,30	4,14	12,23
Abr.	1.020,495	2,22	10,38	33,46	1.027,211	1,51	9,89	32,02	1.235,764	2,90	13,45	46,10	888,191	0,90	5,08	12,99
Mai.	1.055,167	3,40	14,13	36,53	1.069,289	4,10	14,39	37,04	1.287,702	4,20	18,21	49,59	907,899	2,22	7,41	15,26
Jun.	1.056,343	0,11	14,26	34,53	1.075,733	0,60	15,08	35,75	1.284,349	-0,26	17,91	45,96	927,512	2,16	9,73	17,36
Jul.	1.071,615	1,45	15,91	33,35	1.084,095	0,78	15,98	33,83	1.305,535	1,65	19,85	43,85	935,359	0,85	10,66	16,98
Ago.	1.070,147	-0,14	15,75	28,21	1.091,290	0,66	16,75	31,12	1.300,062	-0,42	19,35	35,86	939,699	0,46	11,17	16,68
Set.	1.064,310	-0,55	15,12	23,43	1.084,312	-0,64	16,00	24,86	1.284,846	-1,17	17,95	28,64	944,520	0,51	11,74	15,93
Out.	1.081,301	1,60	16,96	20,95	1.091,283	0,64	16,74	21,73	1.309,257	1,90	20,19	25,01	952,596	0,86	12,70	14,94
Nov.	1.075,022	-0,58	16,28	17,16	1.091,483	0,02	16,77	17,89	1.294,111	-1,16	18,80	19,61	959,001	0,67	13,46	14,25
Dez.	1.088,489	1,25	17,74	17,74	1.100,988	0,87	17,78	17,78	1.314,068	1,54	20,64	20,64	962,321	0,35	13,85	13,85
2022																
Jan.	1.110,398	2,01	2,01	16,71	1.120,999	1,82	1,82	16,91	1.347,788	2,57	2,57	19,06	969,184	0,71	0,71	13,65
Fev.	1.127,077	1,50	3,55	15,35	1.141,546	1,83	3,68	16,12	1.374,002	1,94	4,56	17,38	972,904	0,38	1,10	11,97
Mar.	1.153,777	2,37	6,00	15,57	1.161,418	1,74	5,49	14,77	1.412,492	2,80	7,49	17,62	981,244	0,86	1,97	11,47
Abr.	1.158,546	0,41	6,44	13,53	1.177,809	1,41	6,98	14,66	1.415,143	0,19	7,69	14,52	990,543	0,95	2,93	11,52
Mai.	1.166,542	0,69	7,17	10,56	1.183,953	0,52	7,54	10,72	1.422,937	0,55	8,28	10,50	1.013,164	2,28	5,28	11,59
Jun.	1.173,831	0,62	7,84	11,12	1.190,882	0,59	8,16	10,70	1.429,130	0,44	8,76	11,27	1.034,824	2,14	7,53	11,57
Jul.	1.169,426	-0,38	7,44	9,13	1.193,337	0,21	8,39	10,08	1.424,534	-0,32	8,41	9,11	1.043,760	0,86	8,46	11,59
Ago.	1.162,956	-0,55	6,84	8,67	1.185,004	-0,70	7,63	8,59	1.415,604	-0,63	7,73	8,89	1.044,679	0,09	8,56	11,17
Set.	1.148,811	-1,22	5,54	7,94	1.173,793	-0,95	6,61	8,25	1.391,818	-1,68	5,92	8,33	1.045,616	0,09	8,66	10,70
Out.	1.141,733	-0,62	4,89	5,59	1.162,391	-0,97	5,58	6,52	1.377,399	-1,04	4,82	5,20	1.046,896	0,12	8,79	9,90
Nov.	1.139,734	-0,18	4,71	6,02	1.155,829	-0,56	4,98	5,90	1.371,429	-0,43	4,37	5,97	1.050,701	0,36	9,18	9,56
Dez.	1.143,225	0,31	5,03	5,03	1.161,006	0,45	5,45	5,45	1.375,857	0,32	4,70	4,70	1.051,632	0,09	9,28	9,28
2023																
Jan.	1.143,861	0,06	0,06	3,01	1.163,465	0,21	0,21	3,79	1.373,290	-0,19	-0,19	1,89	1.056,418	0,46	0,46	9,00
Fev.	1.144,271	0,04	0,09	1,53	1.162,761	-0,06	0,15	1,86	1.372,691	-0,04	-0,23	-0,10	1.056,896	0,05	0,50	8,63
Mar.	1.140,357	-0,34	-0,25	-1,16	1.163,359	0,05	0,20	0,17	1.362,964	-0,71	-0,94	-3,51	1.060,116	0,30	0,81	8,04
Abr.	1.128,805	-1,01	-1,26	-2,57	1.152,307	-0,95	-0,75	-2,17	1.341,662	-1,56	-2,49	-5,19	1.061,635	0,14	0,95	7,18
Mai.	1.102,506	-2,33	-3,56	-5,49	1.131,058	-1,84	-2,58	-4,47	1.296,489	-3,37	-5,77	-8,89	1.067,919	0,59	1,55	5,40
Jun.	1.086,474	-1,45	-4,96	-7,44	1.109,230	-1,93	-4,46	-6,86	1.268,863	-2,13	-7,78	-11,21	1.075,540	0,71	2,27	3,93
Jul.	1.082,105	-0,40	-5,35	-7,47	1.101,204	-0,72	-5,15	-7,72	1.261,148	-0,61	-8,34	-11,47	1.076,626	0,10	2,38	3,15
Ago.	1.082,593	0,05	-5,30	-6,91	1.099,710	-0,14	-5,28	-7,20	1.262,445	0,10	-8,24	-10,82	1.078,412	0,17	2,55	3,23
Set.	1.087,419	0,45	-4,88	-5,34	1.103,740	0,37	-4,93	-5,97	1.268,883	0,51	-7,78	-8,83	1.082,104	0,34	2,90	3,49

Notas: [1]De 1995 a 2016, média do ano. [2]De 1995 a 2016, média sobre média. [3]De 1995 a 2016, dezembro sobre dezembro. Fonte: FGV IBRE.

Índices de Preços ao Consumidor

Período	IPC-BR -DI (FGV)							INPC (IBGE)[4]				IPCA (IBGE)[4]			
	Índice[1] (Base: Ago. 94 = 100)	Variação (%)			Bens Comercializáveis	Bens Não Comercializáveis		Índice[1] (Base: Dez. 93 = 100)	Variação (%)			Índice[1] (Base: Dez. 93 = 100)	Variação (%)		
						Total	Tarifas Públicas								
		no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]	Índices (Base: Ago. 94 = 100)[1]				no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]		no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]
Código FGV Dados	1390594				1001440	1001441	1001442	1004964	2421			1004963	156038		
2016	518,122	–	8,54	6,18	377,175	706,476	886,816	4.858,19	–	9,32	6,58	4.686,79	–	8,74	6,29
2017	537,700	–	3,78	3,23	387,717	736,560	930,899	5.002,44	–	2,97	2,07	4.848,31	–	3,45	2,95
2018	558,201	–	3,81	4,32	393,114	773,213	1001,608	5.146,17	–	2,87	3,43	5.025,99	–	3,66	3,75
2019	581,130	–	4,11	4,11	404,696	809,148	1053,246	5.339,34	–	3,75	4,48	5.213,61	–	3,73	4,31
2020	601,080	–	3,43	5,17	426,893	829,880	1078,144	5.532,30	–	3,61	5,45	5.381,06	–	3,21	4,52
2021															
Jan.	623,016	0,27	0,27	4,84	451,481	853,314	1113,129	5.762,23	0,27	0,27	5,53	5.574,49	0,25	0,25	4,56
Fev.	626,371	0,54	0,81	5,41	453,076	858,540	1127,817	5.809,48	0,82	1,09	6,22	5.622,43	0,86	1,11	5,20
Mar.	632,616	1,00	1,81	6,10	456,519	867,913	1156,524	5.859,44	0,86	1,96	6,94	5.674,72	0,93	2,05	6,10
Abr.	634,057	0,23	2,05	6,54	457,957	869,590	1157,512	5.881,71	0,38	2,35	7,59	5.692,31	0,31	2,37	6,76
Mai.	639,187	0,81	2,87	7,98	460,016	877,875	1179,277	5.938,17	0,96	3,33	8,90	5.739,56	0,83	3,22	8,06
Jun.	643,275	0,64	3,53	8,29	462,239	884,029	1195,903	5.973,80	0,60	3,95	9,22	5.769,98	0,53	3,77	8,35
Jul.	649,194	0,92	4,48	8,76	464,971	893,319	1220,312	6.034,73	1,02	5,01	9,85	5.825,37	0,96	4,76	8,99
Ago.	653,798	0,71	5,22	8,95	469,248	898,917	1231,607	6.087,84	0,88	5,94	10,42	5.876,05	0,87	5,67	9,68
Set.	663,168	1,43	6,73	9,60	473,637	913,584	1271,859	6.160,89	1,20	7,21	10,78	5.944,21	1,16	6,90	10,25
Out.	668,289	0,77	7,56	9,73	476,901	920,938	1288,141	6.232,36	1,16	8,45	11,08	6.018,51	1,25	8,24	10,67
Nov.	675,519	1,08	8,72	9,89	480,118	932,380	1318,223	6.284,71	0,84	9,36	10,96	6.075,69	0,95	9,26	10,74
Dez.	679,386	0,57	9,34	9,34	484,379	936,567	1328,462	6.330,59	0,73	10,16	10,16	6.120,04	0,73	10,06	10,06
2022															
Jan.	682,690	0,49	0,49	9,58	487,915	940,223	1316,678	6.373,00	0,67	0,67	10,60	6.153,09	0,54	0,54	10,38
Fev.	684,619	0,28	0,77	9,30	489,702	942,566	1312,308	6.436,73	1,00	1,68	10,80	6.215,24	1,01	1,56	10,54
Mar.	693,857	1,35	2,13	9,68	494,258	956,849	1338,972	6.546,80	1,71	3,42	11,73	6.315,93	1,62	3,20	11,30
Abr.	701,353	1,08	3,23	10,61	499,131	967,545	1355,693	6.614,89	1,04	4,49	12,47	6.382,88	1,06	4,29	12,13
Mai.	704,878	0,50	3,75	10,28	504,433	970,279	1358,648	6.644,66	0,45	4,96	11,90	6.412,88	0,47	4,78	11,73
Jun.	709,569	0,67	4,44	10,31	507,419	977,014	1371,965	6.685,86	0,62	5,61	11,92	6.455,85	0,67	5,49	11,89
Jul.	701,098	-1,19	3,20	8,00	509,807	958,934	1303,588	6.645,74	-0,60	4,98	10,12	6.411,95	-0,68	4,77	10,07
Ago.	697,085	-0,57	2,61	6,62	511,514	949,932	1270,114	6.625,14	-0,31	4,65	8,83	6.388,87	-0,36	4,39	8,73
Set.	697,195	0,02	2,62	5,13	511,857	949,877	1270,327	6.603,94	-0,32	4,32	7,19	6.370,34	-0,29	4,09	7,17
Out.	702,014	0,69	3,33	5,05	515,508	956,363	1284,305	6.634,98	0,47	4,81	6,46	6.407,93	0,59	4,70	6,47
Nov.	706,020	0,57	3,92	4,52	519,949	960,675	1290,761	6.660,19	0,38	5,21	5,97	6.434,20	0,41	5,13	5,90
Dez.	708,492	0,35	4,28	4,28	522,800	963,250	1291,621	6.706,15	0,69	5,93	5,93	6.474,09	0,62	5,79	5,79
2023															
Jan.	714,151	0,80	0,80	4,61	524,598	972,748	1301,059	6.737,00	0,46	0,46	5,71	6.508,40	0,53	0,53	5,77
Fev.	716,557	0,34	1,14	4,67	525,714	976,518	1303,088	6.788,87	0,77	1,23	5,47	6.563,07	0,84	1,37	5,60
Mar.	721,889	0,74	1,89	4,04	526,795	985,930	1325,037	6.832,32	0,64	1,88	4,36	6.609,67	0,71	2,09	4,65
Abr.	725,481	0,50	2,40	3,44	528,743	991,352	1332,151	6.868,53	0,53	2,42	3,83	6.649,99	0,61	2,72	4,18
Mai.	726,068	0,08	2,48	3,01	529,588	991,834	1324,747	6.893,26	0,36	2,79	3,74	6.665,28	0,23	2,95	3,94
Jun.	725,341	-0,10	2,38	2,22	524,759	994,099	1329,682	6.886,37	-0,10	2,69	3,00	6.659,95	-0,08	2,87	3,16
Jul.	725,845	0,07	2,45	3,53	523,694	995,874	1334,949	6.880,17	-0,09	2,59	3,53	6.667,94	0,12	2,99	3,99
Ago.	724,283	-0,22	2,23	3,90	522,292	993,937	1330,906	6.893,93	0,20	2,80	4,06	6.683,28	0,23	3,23	4,61
Set.	726,261	0,27	2,51	4,17	520,591	999,030	1346,743	6.901,51	0,11	2,91	4,51	6.700,66	0,26	3,50	5,19

Notas: [1]De 1995 a 2016, média do ano. [2]De 1995 a 2016, média sobre média. [3]De 1995 a 2016, dezembro sobre dezembro. [4]A partir de Janeiro/2012 índices calculados pela nova estrutura de ponderação/classificação (POF 2008/2009) dos produtos e serviços e pesos regionais atualizados. Os indicadores IPC-BR-DI Bens Comercializáveis e IPC-BR-DI Bens Não Comercializáveis não foram disponibilizados até o fechamento desta edição. Fontes: FGV IBRE e IBGE.

Índices de Preços ao Consumidor

Período	IPC (FIPE)				Custo de Vida (DIEESE)	Valor da Cesta Básica (DIEESE)	
	Índice[1] (Base: Jun. 94 = 100)	Variação (%)			Variação (%)	Valor Nominal[1]	
		no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]	no Mês	RJ	SP
Código FGV Dados	1006777	100199				100563	1001836
202016	469,422	–	9,13	6,54	–	444,41	456,48
2017	483,489	–	3,00	2,27	–	425,07	434,88
2018	496,066	–	2,60	3,02	–	440,26	444,49
2019	542,961	–	9,45	17,18	–	285,31	460,38
2020	601,080	–	10,70	5,17	–	1,74	426,89
2021							
Jan.	623,016	0,27	0,27	4,84	-	0,27	451,48
Fev.	626,371	0,54	0,81	5,41	-	0,81	453,08
Mar.	632,616	1,00	1,81	6,10	-	1,81	456,52
Abr.	634,057	0,23	2,05	6,54	-	2,05	457,96
Mai.	639,187	0,81	2,87	7,98	-	2,87	460,02
Jun.	643,275	0,64	3,53	8,29	-	3,53	462,24
Jul.	649,194	0,92	4,48	8,76	-	4,48	464,97
Ago.	653,798	0,71	5,22	8,95	-	5,22	469,25
Set.	663,168	1,43	6,73	9,60	-	6,73	473,64
Out.	668,289	0,77	7,56	9,73	-	7,56	476,90
Nov.	675,519	1,08	8,72	9,89	-	8,72	480,12
Dez.	679,386	0,57	9,34	9,34	-	9,34	484,38
2022							
Jan.	682,690	0,49	0,49	9,58	-	0,49	487,92
Fev.	684,619	0,28	0,77	9,30	-	0,77	489,70
Mar.	693,857	1,35	2,13	9,68	-	2,13	494,26
Abr.	701,353	1,08	3,23	10,61	-	3,23	499,13
Mai.	704,878	0,50	3,75	10,28	-	3,75	504,43
Jun.	709,569	0,67	4,44	10,31	-	4,44	507,42
Jul.	701,098	-1,19	3,20	8,00	-	3,20	509,81
Ago.	697,085	-0,57	2,61	6,62	-	2,61	511,51
Set.	697,195	0,02	2,62	5,13	-	2,62	511,86
Out.	702,014	0,69	3,33	5,05	-	3,33	515,51
Nov.	706,020	0,57	3,92	4,52	-	3,92	519,95
Dez.	708,492	0,35	4,28	4,28	-	4,28	522,80
2023							
Jan.	714,151	0,80	5,12	4,61	-	0,80	524,60
Fev.	716,557	0,34	5,47	4,67	-	1,14	525,71
Mar.	721,889	0,74	6,26	4,04	-	1,89	526,80
Abr.	725,481	0,50	6,78	3,44	-	2,40	528,74
Mai.	726,068	0,08	6,87	3,01	-	2,48	529,59
Jun.	725,341	-0,10	6,76	2,22	-	2,38	524,76
Jul.	725,845	0,07	6,84	3,53	-	2,45	523,69
Ago.	724,283	-0,22	6,61	3,90	-	2,23	522,29
Set.	726,261	0,27	6,90	4,17	-	2,51	520,59

Indicadores Industriais

Período	Sondagem Industrial (FGV/IBRE)[1]				
	Índice de Confiança da Indústria (CNAE 2.0)[2]				Nível de Utilização da Capacidade Instalada (%) sem Ajuste Sazonal (CNAE 2.0)[2]
	Sem Ajuste Sazonal	Com Ajuste Sazonal	Situação Atual sem Ajuste Sazonal	Expectativas sem Ajuste Sazonal	
Código FGV Dados	1416209	1416212	1416210	1416211	1412616
202016	82,2	82,2	82,1	83,6	73,9
2017	92,5	92,6	90,7	95,0	74,4
2018	98,7	98,6	97,8	99,7	75,9
2019	396,3	502,1	2298,1	58,2	44,5
2020	829,9	1078,1	5532,3	3,6	1,5
2021					
Jan.	853,3	1.113,1	5.762,2	5,5	0,3
Fev.	858,5	1.127,8	5.809,5	6,2	1,1
Mar.	867,9	1.156,5	5.859,4	6,9	2,0
Abr.	869,6	1.157,5	5.881,7	7,6	2,3
Mai.	877,9	1.179,3	5.938,2	8,9	3,3
Jun.	884,0	1.195,9	5.973,8	9,2	4,0
Jul.	893,3	1.220,3	6.034,7	9,9	5,0
Ago.	898,9	1.231,6	6.087,8	10,4	5,9
Set.	913,6	1.271,9	6.160,9	10,8	7,2
Out.	920,9	1.288,1	6.232,4	11,1	8,5
Nov.	932,4	1.318,2	6.284,7	11,0	9,4
Dez.	936,6	1.328,5	6.330,6	10,2	10,2
2022					
Jan.	940,2	1.316,7	6.373,0	10,6	0,7
Fev.	942,6	1.312,3	6.436,7	10,8	1,7
Mar.	956,8	1.339,0	6.546,8	11,7	3,4
Abr.	967,5	1.355,7	6.614,9	12,5	4,5
Mai.	970,3	1.358,6	6.644,7	11,9	5,0
Jun.	977,0	1.372,0	6.685,9	11,9	5,6
Jul.	958,9	1.303,6	6.645,7	10,1	5,0
Ago.	949,9	1.270,1	6.625,1	8,8	4,7
Set.	949,9	1.270,3	6.603,9	7,2	4,3
Out.	956,4	1.284,3	6.635,0	6,5	4,8
Nov.	960,7	1.290,8	6.660,2	6,0	5,2
Dez.	963,3	1.291,6	6.706,2	5,9	5,9
2023					
Jan.	972,7	1.301,1	6.737,0	5,7	0,5
Fev.	976,5	1.303,1	6.788,9	5,5	1,2
Mar.	985,9	1.325,0	6.832,3	4,4	1,9
Abr.	991,4	1.332,2	6.868,5	3,8	2,4
Mai.	991,8	1.324,7	6.893,3	3,7	2,8
Jun.	994,1	1.329,7	6.886,4	3,0	2,7
Jul.	995,9	1.334,9	6.880,2	3,5	2,6
Ago.	993,9	1.330,9	6.893,9	4,1	2,8
Set.	999,0	1.346,7	6.901,5	4,5	2,9

Notas: Índices de preços - [1]De 1995 a 2016, média do ano. [2]De 1995 a 2016, média sobre média. [3]De 1995 a 2016, dezembro sobre dezembro. Indicadores Industriais - Sondagem Industrial / FGV - [1]De 2001 a 2016, média do ano.[2] Seguindo as melhores práticas estatísticas internacionais, a partir de novembro de 2015 a classificação setorial de empresas e produtos/serviços das sondagens empresariais produzidas pelo IBRE/FGV será atualizada para o sistema da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) em sua versão 2.0. Informamos que, a partir do mês de março e enquanto durar o período de isolamento social devido à pandemia da COVID-19, o DIEESE suspendeu a pesquisa do Índice de Custo de Vida na Cidade de São Paulo. Fontes: Fipe e Dieese (Índices de preços), FGV IBRE (Sondagem Industrial).

Indicadores Industriais – Produção Física[1]

Período	Indústria Geral				Indústria Extrativa Mineral[2]			
	Variação (%)		(Base média 2022=100[3])		Variação (%)		(Base média 2022=100[3])	
	Acumulado no Ano[1]	Acumulado em 12 Meses	Base Fixa[2]	Base Fixa Dessazonalizada	Acumulado no Ano[1]	Acumulado em 12 Meses[1]	Base Fixa[2]	Base Fixa Dessazonalizada
Código FGV Dados			1416147	1416146			1416149	1416150
2016	-6,43	–	99,04	–	-9,43	–	112,16	–
2017	2,52	–	101,54	–	4,52	–	117,23	–
2018	0,96	–	102,52	–	0,01	–	117,25	–
2019	-1,08	–	101,41	–	-9,70	–	105,87	–
2020	-4,45	–	96,89	–	-3,38	–	102,29	–
2021								
Jan.	2,36	-4,21	95,45	105,92	0,31	-1,97	102,01	104,57
Fev.	1,32	-4,17	92,15	104,16	-3,02	-2,49	86,65	100,71
Mar.	4,35	-3,10	100,32	101,80	-2,00	-2,46	96,49	101,46
Abr.	10,54	1,17	94,72	99,92	-0,62	-2,82	97,08	103,97
Mai.	13,17	4,90	102,96	101,24	1,80	-1,50	105,65	104,52
Jun.	12,99	6,65	102,41	100,78	2,19	-1,08	104,31	104,48
Jul.	11,03	7,04	107,53	99,17	1,38	-1,45	109,99	103,86
Ago.	9,31	7,24	108,81	99,43	0,98	-1,42	114,73	108,53
Set.	7,55	6,46	106,61	99,14	1,25	-0,76	112,52	107,09
Out.	5,74	5,65	104,57	98,65	0,62	-0,61	102,42	96,98
Nov.	4,74	5,02	100,56	98,69	0,96	0,54	101,89	102,37
Dez.	3,93	3,93	92,30	100,26	1,03	1,03	106,41	102,75
2022								
Jan.	-5,58	3,28	90,13	100,17	-6,02	0,50	95,87	97,96
Fev.	-4,11	3,05	89,77	100,84	-2,87	1,07	87,37	101,31
Mar.	-3,35	2,05	98,37	100,20	-1,62	1,13	97,30	102,47
Abr.	-2,55	-0,04	94,63	100,64	-1,54	0,74	95,78	102,26
Mai.	-2,07	-1,71	102,66	100,23	-3,36	-1,00	95,17	95,08
Jun.	-1,81	-2,64	101,80	100,10	-3,77	-1,80	98,39	97,93
Jul.	-1,59	-2,79	107,15	101,04	-3,78	-1,90	105,74	100,75
Ago.	-1,14	-2,59	110,72	99,70	-4,22	-2,41	106,81	99,45
Set.	-1,12	-2,32	105,57	98,45	-4,50	-3,28	105,16	100,10
Out.	-0,87	-1,50	105,86	99,73	-3,06	-2,05	112,65	106,21
Nov.	-0,72	-1,06	101,38	99,93	-3,12	-2,70	98,16	99,50
Dez.	-0,70	-0,70	91,95	99,93	-3,24	-3,24	101,60	97,65
2023								
Jan.	0,27	-0,24	90,37	99,60	2,03	-2,60	97,81	100,84
Fev.	-1,08	-0,22	87,58	99,40	3,47	-2,30	91,79	105,20
Mar.	-0,37	0,02	99,28	100,55	3,42	-2,10	100,53	105,37
Abr.	-0,96	-0,19	92,08	99,89	2,97	-1,87	97,36	104,46
Mai.	-0,35	0,00	104,57	100,20	4,79	-0,10	106,56	105,72
Jun.	-0,24	0,07	102,07	100,17	5,86	1,28	109,20	108,71
Jul.	-0,38	0,00	105,93	99,60	6,03	2,24	113,12	107,01
Ago.	-0,27	-0,12	111,24	100,05	5,73	3,25	110,85	104,12

Notas: [1]Indicadores industriais - A partir de maio de 2014, dados referentes à nova série de índices mensais da produção industrial, elaborados com base na Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física - PIM-PF reformulada. [2]De 2002 a 2023, média do ano. A série reformulada tem início em janeiro de 2002. [3]Número índice, 2022=100 a partir de Janeiro de 2023. Fontes: IBGE - (Indicadores industriais).

Indicadores Industriais – Produção Física[1]

Período	Indústria de Transformação				Por Gêneros Industriais[2]						Por Categoria de Uso[2]			
	Variação (%)		Base Fixa[2]	Base Fixa com Ajustamento Sazonal	Metalurgia	Fabricação de Máquinas e Equipamentos	Fabricação de Produtos Têxteis	Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	Fabricação de Bebidas	Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	Bens de Capital	Bens Intermediários	Bens de Consumo Duráveis	Bens de Consumo semi e Não Duráveis
	Acumulado no Ano[1]	Acumulado em 12 Meses	(base: média 2022=100[3])		Índices de Base Fixa com Ajustamento Sazonal (base: média 2022=100[3])						Índices de Base Fixa sem Ajustamento Sazonal (base: média 2022=100[3])			
Código FGV Dados			1416148	1416151	1416156	1416157	1416153	1416155	1416152	1416154	1416158	1416159	1416161	1416162
2016	-5,98	–	97,38	97,30	92,92	80,66	110,45	92,19	91,58	88,54	76,81	98,94	101,39	105,36
2017	2,23	–	99,55	99,77	97,30	82,94	117,25	88,33	92,27	91,43	81,57	100,62	114,82	106,28
2018	1,11	–	100,65	100,67	101,26	85,83	114,33	88,92	93,05	96,02	87,37	100,71	123,85	105,95
2019	0,19	–	100,84	100,83	98,29	86,08	113,60	90,42	96,99	92,44	86,82	98,54	126,49	107,03
2020	-4,60	–	96,21	96,01	91,24	82,48	105,34	94,40	96,79	93,63	78,47	97,51	101,46	100,60
2021														
Jan.	2,64	-4,51	94,62	105,84	106,16	102,06	138,35	95,13	100,67	97,54	87,07	95,69	105,77	95,33
Fev.	1,90	-4,39	92,85	104,35	106,78	103,51	127,80	96,63	97,00	101,55	92,79	90,52	107,78	92,10
Mar.	5,21	-3,18	100,80	101,76	105,02	102,85	122,45	98,24	89,36	98,96	102,07	99,96	118,06	96,03
Abr.	12,13	1,71	94,43	99,27	105,34	101,62	113,34	87,09	95,85	96,26	94,58	95,45	106,49	89,88
Mai.	14,80	5,78	102,62	100,59	108,60	101,84	112,52	86,44	98,08	96,24	101,96	103,81	105,58	100,74
Jun.	14,53	7,72	102,18	100,56	110,94	103,71	110,92	90,23	104,20	94,53	102,25	104,29	96,51	99,41
Jul.	12,39	8,22	107,22	98,76	106,58	103,40	108,73	92,72	92,89	94,60	108,48	108,63	99,32	106,65
Ago.	10,48	8,45	108,07	98,62	106,52	101,26	114,25	90,51	97,41	94,46	107,62	109,72	103,09	108,61
Set.	8,42	7,46	105,86	98,71	104,62	103,96	110,51	93,52	99,45	96,07	103,47	106,47	101,98	109,51
Out.	6,43	6,52	104,84	98,69	101,63	100,54	104,67	98,24	96,96	97,81	106,81	103,49	99,69	107,71
Nov.	5,25	5,63	100,39	98,00	98,22	101,20	107,71	97,56	94,43	97,24	102,13	98,25	105,09	104,70
Dez.	4,32	4,32	90,52	99,62	102,47	101,86	106,19	98,52	98,35	98,62	94,02	91,90	92,21	91,96
2022														
Jan.	-5,79	3,63	89,15	99,99	98,48	95,08	104,18	98,46	93,61	99,26	82,86	93,61	79,07	85,21
Fev.	-4,35	3,30	90,18	100,77	101,02	100,74	102,16	95,95	94,86	96,45	96,19	90,80	89,99	85,62
Mar.	-3,60	2,16	98,56	100,09	102,43	102,88	100,30	91,43	100,99	98,38	106,54	100,03	101,19	92,08
Abr.	-2,71	-0,16	94,44	100,48	101,97	102,29	103,12	101,20	107,45	99,99	94,82	96,70	91,56	90,44
Mai.	-1,87	-1,78	103,94	100,82	100,81	103,86	104,65	104,53	104,69	96,63	108,36	101,46	102,16	104,14
Jun.	-1,51	-2,72	102,38	100,80	98,41	102,92	104,43	103,53	103,11	102,55	101,94	101,29	98,52	103,39
Jul.	-1,25	-2,88	107,39	101,28	100,77	100,16	103,21	108,11	102,87	104,34	101,87	106,85	98,55	110,70
Ago.	-0,67	-2,57	111,39	99,97	102,08	102,95	98,41	102,31	103,67	102,48	112,41	108,99	116,02	113,75
Set.	-0,62	-2,15	105,64	98,72	94,48	100,44	96,64	98,79	98,90	100,76	102,08	104,15	112,11	108,75
Out.	-0,56	-1,41	104,71	98,69	99,34	96,99	97,72	97,55	92,58	99,17	101,82	104,99	110,65	108,39
Nov.	-0,38	-0,81	101,93	99,75	103,61	97,17	92,88	98,82	99,41	99,64	102,07	99,40	111,91	104,23
Dez.	-0,36	-0,36	90,31	99,66	96,59	94,31	95,75	98,41	97,78	99,93	89,03	91,72	88,28	93,30
2023														
Jan.	-0,05	0,09	89,10	98,84	95,69	94,86	98,48	97,09	98,92	98,59	77,28	92,04	89,97	89,28
Fev.	-1,87	0,03	86,87	98,47	97,38	94,09	99,90	97,77	102,74	98,10	83,55	88,28	92,00	86,20
Mar.	-1,02	0,26	99,07	99,87	98,05	100,97	100,35	100,17	103,43	98,11	105,26	98,98	112,55	96,55
Abr.	-1,64	-0,01	91,18	99,20	97,19	88,90	100,76	103,81	100,37	98,19	80,22	94,06	91,95	90,25
Mai.	-1,22	-0,10	104,23	99,15	99,25	101,26	101,73	111,70	101,00	97,72	96,13	104,58	113,47	105,21
Jun.	-1,27	-0,24	100,85	98,92	98,70	95,62	101,61	108,02	100,61	97,33	90,62	103,09	94,54	103,24
Jul.	-1,46	-0,48	104,70	98,62	97,94	90,89	101,37	109,19	99,43	98,06	84,67	106,86	95,06	110,37
Ago.	-1,27	-0,76	111,31	99,58	96,86	94,72	100,38	109,37	100,76	98,07	95,06	109,47	119,27	117,73

Indicadores industriais - [1]A partir de maio de 2014, dados referentes à nova série de índices mensais da produção industrial, elaborados com base na Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física - PIM-PF reformulada. A série reformulada tem início em janeiro de 2002.[2]De 2002 a 2015, média do ano.[3]Número Índice, 2022=100 a partir de Janeiro de 2023. Fonte: IBGE - (Indicadores industriais).

Setor Externo (US$ milhões)

Período	Taxa de Câmbio Real[1] (Índice-Base: Jan. 99 = 100)		Dados mensais e anuais (US$ milhões)										
			Balança Comercial			Balanço de Pagamentos (BPM6)*							
	R$/US$[2]	Efetiva[2]	Total de Exportação	Total de Importação	Saldo	Transações Correntes (Saldo)	Balança Comercial e Serviços	Serviços	Renda Primária	Renda Secundária	Conta Capital	Conta Financeira	Erros e Omissões
Código FGV Dados	1003592	1003597	98585	98593	98577	1428412	1428438	1428415	1428439	1428440	1428427	1428430	1428441
2016	65,62	56,60	179.526	139.322	40.203	-30.529	7.888	-36.656	-41.543	3.126	274	-22.192	8.064
2017	62,22	54,29	214.988	158.952	56.038	-25.338	15.697	-41.628	-43.170	2.135	379	-20.406	4.552
2018	68,72	60,52	231.890	185.322	46.568	-54.794	4.045	-39.328	-58.824	-15	440	-55.784	-1.429
2019	69,77	59,07	221.128	185.927	35.200	-68.022	-11.934	-38.481	-57.272	1.184	369	-67.347	305
2020	77,13	65,82	209.180	158.787	50.394	-28.208	7.712	-24.657	-38.264	2.344	4.141	-16.260	7.806
2021													
Jan.	67,47	62,81	14.948	15.167	-220	-8.666	-4.263	-1.644	-4.686	284	23	-8.691	-48
Fev.	67,08	61,57	16.375	14.539	1.836	-4.416	-2.296	-1.940	-2.408	289	21	-4.718	-323
Mar.	68,38	61,76	24.336	17.865	6.470	-8.556	-2.186	-1.672	-6.887	518	23	-9.103	-570
Abr.	66,33	60,07	26.059	16.096	9.963	3.403	6.917	-1.842	-3.690	176	9	2.902	-510
Mai.	60,61	54,98	26.201	17.665	8.536	1.996	5.100	-2.277	-3.326	222	-13	1.954	-29
Jun.	58,16	52,22	28.258	17.844	10.414	1.669	5.155	-2.297	-3.695	209	20	1.283	-406
Jul.	59,59	53,46	25.509	18.129	7.380	-3.676	4.060	-2.202	-7.987	251	30	-4.819	-1.172
Ago.	60,83	54,30	27.216	19.557	7.659	-2.219	3.227	-2.443	-5.658	212	36	-2.160	23
Set.	62,73	56,11	24.376	19.975	4.401	-3.631	222	-2.329	-4.122	269	21	-4.697	-1.088
Out.	66,34	59,60	22.603	20.539	2.064	-6.012	-1.110	-2.478	-5.198	296	16	-8.707	-2.711
Nov.	67,51	60,37	20.502	21.612	-1.110	-8.509	-5.094	-2.761	-3.619	205	22	-7.272	1.215
Dez.	67,69	61,48	24.432	20.419	4.013	-7.741	-324	-3.073	-7.693	276	16	-6.140	1.585
Acum. Ano/21	64,39	58,23	280.815	219.407	61.406	-46.358	9.407	-26.957	-58.971	3.207	226	-50.168	-4.035
2022													
Jan.	66,10	62,48	19.780	19.839	-59	-8.164	-3.951	-2.596	-4.470	257	20	-8.146	-2
Fev.	62,13	57,67	23.513	18.884	4.629	-2.857	661	-2.894	-3.773	254	33	-2.881	-57
Mar.	59,38	48,84	29.422	21.809	7.613	-1.949	2.714	-3.380	-4.920	256	33	-2.753	-836
Abr.	56,52	51,01	28.970	20.743	8.227	797	3.575	-3.249	-3.040	263	22	1.198	378
Mai.	59,62	51,44	29.643	24.685	4.958	-4.209	-118	-3.485	-4.433	342	-43	-3.357	896
Jun.	62,23	52,52	32.742	23.852	8.890	941	3.120	-4.217	-2.647	469	21	-136	-1.099
Jul.	64,79	55,29	29.844	24.487	5.357	-5.285	930	-3.200	-6.572	357	33	-6.689	-1.436
Ago.	61,83	53,23	30.787	26.680	4.107	-7.016	-1.196	-3.748	-6.146	326	60	-6.875	81
Set.	64,03	53,84	28.587	24.893	3.695	-6.425	-1.030	-3.089	-6.288	377	26	-7.700	-786
Out.	65,83	53,38	26.852	23.477	3.375	-5.808	-1.557	-3.566	-4.568	317	15	-7.039	-1.246
Nov.	67,06	54,66	27.652	21.452	6.200	-1.674	2.038	-2.631	-4.010	298	14	-293	1.367
Dez.	65,58	55,76	26.342	21.809	4.533	-11.455	-652	-3.563	-11.029	226	12	-10.701	742
Acum. Ano/22	62,93	54,18	334.134	272.610	61.525	-53.104	4.536	-39.618	-61.897	3.742	245	-55.371	-1.996
2023													
Jan.	65,93	57,96	22.821	20.511	2.309	-8.946	-1.487	-2.396	-7.540	81	36	-8.223	687
Fev.	65,42	56,92	20.241	17.674	2.567	-4.367	93	-2.149	-4.599	139	48	-4.410	-90
Mar.	65,14	50,50	32.808	22.072	10.737	679	6.183	-3.083	-5.598	93	26	2.145	1.440
Abr.	63,93	54,66	27.081	19.151	7.930	-877	4.209	-3.142	-4.991	-95	23	-1.311	-457
Mai.	64,13	53,92	32.668	21.704	10.964	194	6.101	-3.227	-5.942	36	21	404	189
Jun.	64,43	53,00	29.608	19.529	10.079	-1.367	4.597	-3.588	-6.161	197	6	-276	1.086
Jul.	64,70	53,41	28.358	20.081	8.276	-4.096	3.568	-2.987	-7.733	68	22	-5.455	-1.381
Ago.	67,61	54,34	30.994	21.447	9.547	-740	4.778	-2.879	-5.642	124	54	-1.115	-429
Set.	67,82	53,47	28.431	19.527	8.904	-1.375	3.933	-3.279	-5.468	161	55	-2.189	-870

Notas: Para dados anuais, apresenta-se o valor acumulado no ano / [1]Para dados anuais, dá-se a média do ano. [2] Deflacionada pelo IPA; A partir da edição de out/02, a base da série passa a ser janeiro de 1999, e a cesta de moedas e seus respectivos pesos no cálculo da taxa efetiva passam a ser: euro (0,465094), dólar norte-americano (0,270294), o iene japonês (0,103379), o peso argentino (0,097698), e libra esterlina (0,063535). *Em abril de 2015, o Banco Central do Brasil passou a divulgar as estatísticas de setor externo da economia brasileira em conformidade com a sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento (BPM6), do Fundo Monetário Internacional (FMI).
Fontes: FGV IBRE, Banco Central e SECEX.

*Emprego e Renda - PNADc

Período	Taxas (em Pontos Percentuais)			Rendimento Médio Real Habitual (em reais)							Massa de Rendimento Médio Real Habitual de Pessoas Ocupadas (todos os trabalhos) em milhões de Reais
					Posição na Ocupação (trabalho principal)						
	Taxa de Desocupação	Nível da Ocupação	Taxa de Participação na Força de Trabalho	Pessoas Ocupadas (todos os trabalhos)	Empregado no Setor Privado com Carteira (exclusive trabalhadores domésticos)	Empregado no Setor Privado sem Carteira (exclusive trabalhadores domésticos)	Trabalhador Doméstico	Empregado no Setor Público (inclusive servidor estatutário e militar)	Empregador	Conta Própria	
Código FGV Dados	1416236	1428442	1428443	1428444	1428445	1428446	1428447	1428448	1428449	1428450	1428451
2020											
Jan.	11,4	56,2	63,4	2.950	2.771	1.835	1.142	4.733	7.587	2.181	274.661
Fev.	11,8	55,9	63,4	2.953	2.801	1.842	1.143	4.730	7.532	2.177	273.619
Mar.	12,4	55,0	62,7	2.978	2.828	1.869	1.145	4.679	7.420	2.196	271.384
Abr.	12,7	53,2	60,9	3.010	2.856	1.909	1.152	4.618	7.454	2.215	265.477
Mai.	13,1	51,1	58,8	3.060	2.879	1.988	1.162	4.630	7.521	2.219	259.513
Jun.	13,6	49,5	57,3	3.107	2.860	1.964	1.167	4.707	7.897	2.250	255.293
Jul.	14,1	48,7	56,7	3.144	2.861	2.059	1.162	4.780	8.032	2.281	254.088
Ago.	14,8	48,5	57,0	3.139	2.863	2.029	1.146	4.825	8.113	2.272	253.092
Set.	14,9	49,0	57,6	3.142	2.862	2.043	1.130	4.880	8.401	2.245	255.790
Out.	14,6	50,0	58,6	3.095	2.866	1.949	1.099	4.874	8.149	2.213	257.694
Nov.	14,4	50,8	59,3	3.063	2.852	1.909	1.083	4.822	8.068	2.196	258.880
Dez.	14,2	51,1	59,5	3.017	2.829	1.917	1.072	4.819	7.522	2.197	256.985
2021											
Jan.	14,5	51,1	59,7	3.010	2.815	1.915	1.087	4.835	7.434	2.184	256.268
Fev.	14,6	51,1	59,8	2.983	2.780	1.852	1.088	4.902	7.143	2.177	254.358
Mar.	14,9	50,9	59,8	2.992	2.776	1.889	1.087	4.835	7.233	2.256	254.505
Abr.	14,8	51,1	60,0	2.956	2.772	1.879	1.083	4.774	7.000	2.213	252.711
Mai.	14,7	51,4	60,3	2.954	2.745	1.915	1.084	4.727	7.107	2.228	254.408
Jun.	14,2	52,1	60,8	2.909	2.759	1.892	1.078	4.674	6.954	2.132	254.054
Jul.	13,7	52,8	61,2	2.883	2.734	1.884	1.062	4.622	7.016	2.167	255.455
Ago.	13,1	53,4	61,5	2.842	2.712	1.832	1.060	4.547	6.949	2.162	254.825
Set.	12,6	54,1	61,9	2.792	2.675	1.807	1.044	4.417	6.864	2.132	253.800
Out.	12,1	54,6	62,1	2.750	2.636	1.716	1.043	4.354	6.915	2.124	252.740
Nov.	11,6	55,1	62,3	2.714	2.605	1.707	1.036	4.309	6.785	2.110	252.169
Dez.	11,1	55,6	62,5	2.692	2.588	1.707	1.049	4.308	6.436	2.115	252.352
2022											
Jan.	11,2	55,3	62,3	2.719	2.614	1.741	1.054	4.273	6.565	2.126	254.020
Fev.	11,2	55,2	62,2	2.722	2.626	1.757	1.074	4.231	6.516	2.133	253.744
Mar.	11,1	55,2	62,1	2.733	2.647	1.755	1.081	4.238	6.562	2.139	254.912
Abr.	10,5	55,8	62,4	2.722	2.650	1.817	1.076	4.179	6.332	2.140	257.394
Mai.	9,8	56,4	62,5	2.740	2.632	1.863	1.073	4.199	6.233	2.177	261.977
Jun.	9,3	56,8	62,6	2.761	2.643	1.870	1.076	4.232	6.390	2.179	266.188
Jul.	9,1	57,0	62,7	2.800	2.649	1.881	1.091	4.244	6.716	2.205	271.024
Ago.	8,9	57,1	62,7	2.824	2.685	1.865	1.091	4.275	6.950	2.202	274.352
Set.	8,9	57,2	62,7	2.862	2.717	1.876	1.093	4.329	7.032	2.240	278.942
Out.	8,3	57,4	62,6	2.881	2.731	1.901	1.098	4.387	6.877	2.278	281.890
Nov.	8,1	57,4	62,4	2.908	2.743	1.927	1.104	4.386	7.048	2.336	284.886
Dez.	7,9	57,2	62,1	2.915	2.746	1.922	1.117	4.397	6.979	2.375	284.754
2023											
Jan.	8,4	56,7	61,9	2.928	2.744	1.954	1.122	4.447	7.242	2.366	284.115
Fev.	8,6	56,4	61,7	2.927	2.758	1.963	1.133	4.471	7.173	2.348	282.576
Mar.	8,8	56,1	61,6	2.934	2.754	2.012	1.138	4.437	7.314	2.331	282.412
Abr.	8,5	56,2	61,4	2.925	2.741	1.978	1.141	4.433	7.194	2.334	282.042
Mai.	8,3	56,4	61,5	2.920	2.731	1.972	1.138	4.395	7.295	2.341	282.700
Jun.	8,0	56,6	61,6	2.933	2.731	1.958	1.146	4.404	7.501	2.348	285.243
Jul.	7,9	56,8	61,7	2.943	2.741	1.974	1.150	4.457	7.560	2.351	287.672
Ago.	7,8	57,0	61,8	2.952	2.765	1.992	1.149	4.455	7.507	2.349	289.421
Set.	7,7	57,1	61,8	2.982	2.782	2.006	1.136	4.497	7.579	2.401	292.952

Nota:*A divulgação fornece aos usuários da pesquisa dados sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil, atualizados mensalmente através de trimestres móveis. Assim, a cada mês serão divulgadas informações referentes ao último trimestre móvel.
**A partir de 30 de novembro de 2021, essas estimativas passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Consequentemente, a série histórica deste indicador foi atualizada. Fonte: IBGE.



Tabela de correspondência dos índices econômicos que eram publicados na revista Conjuntura Econômica até a edição de setembro de 2021

As séries que eram publicadas na revista Conjuntura Econômica estão reunidas na modalidade de acesso Standard do banco de dados FGV DADOS.

SIMG – Superintendência de Infraestrutura e Mercados Globais – Gestão de Produtos

Contato: ibre@fgv.br

Tabela de correspondência dos índices econômicos que eram publicados na revista Conjuntura Econômica para o banco de dados FGV DADOS

As séries em verde podem ser consultadas gratuitamente no site do FGV DADOS

Coluna	Página	Índices – Descrição	Código FGVDADOS
		Índice Geral de Preços - IGP e seus componentes - IPA, IPC e INCC	
1	II	Índice Geral de Preços - Oferta Global - IGP-OG	161392
2	II	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI	161384
3	II	IPA- Origem - OG- DI- Total	1420484
4	II	IPA-EP-DI - Todos os itens	1416651
6	II	INCC-DI - Total - Média Geral	1464783
7	II	Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M	200045
8	II	IGP-10	209425
9	II	IPA- Origem - OG-DI- Produtos Agropecuários	1420485
10	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais	1420515
11	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria Extrativa	1420516
12	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação	1420532
13	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Agropecuários - Lavouras Temporárias	1420487
14	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Agropecuários - Lavouras Permanentes	1420500
15	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Agropecuários - Pecuária	1420509
16	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria Extrativa - Carvão Mineral	1420517
17	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria Extrativa - Minerais Metálicos	1420520
18	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria Extrativa - Minerais não Metálicos	1420526
19A	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação -Prod. Alimentícios	1420533
19B	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Bebidas	1420589
20	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Fumo Processado e Produtos do Fumo	1420599
21	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos Têxteis	1420604
22	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Artigos do Vestuário	1420618
23	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Couros e Calçados	1420630
24	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos de Madeira	1420643
25	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Celulose, Papel e Prod. Papel	1420653
26	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Prod. Deriv. do Petróleo e Álcool	1420669
27A	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos Químicos	1420683
27B	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos Farmacêuticos	1420737
28	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação – Artigos de Borracha e Material Plástico	1420741
29	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos de Minerais Não-Metálicos	1420763
30	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Metalurgia Básica	1420787
31	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos de Metal	1420817
32	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Máquinas e Equipamentos	1420877
33	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Equipamentos de Informática	1420835
34	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	1420955
36	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Veículos Automotores, Reboques, Carroceria, Autopeças	1420909
37	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Outros Equipamentos de Transporte	1420929
38	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Móveis e Artigos do Mobiliário	1420934

Coluna	Página	Índices – Descrição	Código FGVDADOS
		Índice Geral de Preços - IGP e seus componentes - IPA, IPC e INCC	
5	III	IPC/BR-DI – Brasil – DI	1431264
1	III	IPC/BR-DI Alimentação	1431265
1A	III	IPC/BR-DI Gêneros alimentícios	1431266
1B	III	IPC/BR-DI Alimentação fora	1431414
2	III	IPC/BR-DI Habitação	1431428
2A	III	IPC/BR-DI Aluguel e encargos	1431429
2B	III	IPC/BR-DI Serviços públicos de residência	1431433
2C	III	IPC/BR-DI Mobiliário	1431439
2D	III	IPC/BR-DI Roupas de cama, mesa e banho	1431444
2E	III	IPC/BR-DI Eletrodomésticos e equipamentos	1431477
2EA	III	IPC/BR-DI Eletrodomésticos	1431448
2EB	III	IPC/BR-DI Equipamentos eletrônicos	1431455
2F	III	IPC/BR-DI Utensílios diversos	1431460
2G	III	IPC/BR-DI Artigos de conservação e reparo	1431468
2GA	III	IPC/BR-DI Material para limpeza	1431469
2GC	III	IPC/BR-DI Material hidráulico	1431477
2GD	IV	IPC/BR-DI Material elétrico	1431479
2H	IV	IPC/BR-DI Serviços de residência	1431484
3	IV	IPC/BR-DI Vestuário	1431492
3A	IV	IPC/BR-DI Roupas	1431493
3B	IV	IPC/BR-DI Calçados	1431515
3C	IV	IPC/BR-DI Acessórios do vestuário	1431525
3E	IV	IPC/BR-DI Serviços do vestuário	1431534
4	IV	IPC/BR-DI Saúde e cuidados pessoais	1431537
4A	IV	IPC/BR-DI Serviços de saúde	1431538
4AA	IV	IPC/BR-DI Hospitais e laboratórios	1431539
4AB	IV	IPC/BR-DI Médico, dentista e outros	1431543
4B	IV	IPC/BR-DI Produtos médico-odontológicos	1431549
4BA	IV	IPC/BR-DI Medicamentos em geral	1431550
4BB	IV	IPC/BR-DI Aparelhos médico-odontológicos	1431563
4C	IV	IPC/BR-DI Cuidados pessoais	1431566
5	IV	IPC/BR-DI Educação, leitura e recreação	1431582
5A	IV	IPC/BR-DI Educação	1431583
5AA	IV	IPC/BR-DI Cursos formais	1431584
5AB	IV	IPC/BR-DI Cursos não formais	1431592
5AC	IV	IPC/BR-DI Material escolar e livros em geral	1431596
5B	IV	IPC/BR-DI Leitura	1431600
5C	IV	IPC/BR-DI Recreação	1431604
6	IV	IPC/BR-DI Transportes	1431623
6A	IV	IPC/BR-DI Transporte público	1431624

Coluna	Página	Índices – Descrição	Código FGVDADOS
		Índice Geral de Preços - IGP e seus componentes - IPA, IPC e INCC	
6B	IV	IPC/BR-DI Transporte próprio	1431636
6BA	IV	IPC/BR-DI Veículos	1431637
6BB	IV	IPC/BR-DI Peças e acessórios	1431641
6BC	IV	IPC/BR-DI Combustíveis e lubrificantes	1431644
6BD	IV	IPC/BR-DI Serviços de oficina	1431650
7	IV	IPC/BR-DI Despesas diversas	1431659
7A	IV	IPC/BR-DI Fumo	1431660
7B	IV	IPC/BR-DI Outras despesas diversas	1431663
7C	IV	IPC/BR-DI Comunicação	1431678
8	V	IPC/RJ-DI – Rio de Janeiro - DI	1439877
8A	V	IPC/RJ-DI Alimentação	1439878
8B	V	IPC/RJ-DI Habitação	1440004
8C	V	IPC/RJ-DI Vestuário	1440062
8D	V	IPC/RJ-DI Saúde e cuidados pessoais	1440095
8E	V	IPC/RJ-DI Educação, leitura e recreação	1440140
8F	V	IPC/RJ-DI Transportes	1440178
8G	V	IPC/RJ-DI Despesas diversas	1440211
8H	V	IPC/RJ-DI Comunicação	1440228
9	V	IPC/SP-DI – São Paulo – DI	1444108
9A	V	IPC/SP-DI Alimentação	1440109
9B	V	IPC/SP-DI Habitação	1444241
9C	V	IPC/SP-DI Vestuário	1444298
9D	V	IPC/SP-DI Saúde e cuidados pessoais	1444331
9E	V	IPC/SP-DI Educação, leitura e recreação	1444376
9F	V	IPC/SP-DI Transportes	1444413
9G	V	IPC/SP-DI Despesas diversas	1444447
9H	V	IPC/SP-DI Comunicação	1444466
11	V	IPC/MG-DI – Belo Horizonte – DI	1435763
12	V	IPC/DF-DI – Brasília – DI	1433720
17	V	IPC/RS-DI – Porto Alegre – DI	1442121
18	V	IPC/PE-DI – Recife – DI	1437797
19	V	IPC/BA-DI – Salvador – DI	1429061
6	VI	INCC-DI – Total – Média Geral	160868
1	VI	INCC-DI – Mão de Obra	160906
2	VI	INCC-DI – Materiais, Equipamentos e Serviços	160914
3	VI	INCC-DI – H1 – 1 e 2 Pavimentos	Descontinuada
4	VI	INCC-DI – H4 – 3, 4, 5 e 6 Pavimentos	Descontinuada
5	VI	INCC-DI – H12 – 10 e Mais Pavimentos	Descontinuada
35	VI	Índice de Custo de Edificações	Descontinuada
6	VI	ICC-RJ – Média Mensal	1470030

Coluna	Página	Índices – Descrição	Código FGVDADOS
		Índice Geral de Preços - IGP e seus componentes - IPA, IPC e INCC	
7	VI	ICC-RJ – H1 – 1 e 2 Pavimentos	Descontinuada
8	VI	ICC-RJ – H4 – 3, 4, 5 e 6 Pavimentos	Descontinuada
9	VI	ICC-RJ – H12 – 10 e Mais Pavimentos	Descontinuada
10	VI	ICC-RJ – Mão de Obra	1470819
11	VI	ICC-RJ – Materiais, Equipamentos e Serviços	1470033
15	VI	ICC – Belo Horizonte – Total	1467880
16	VI	ICC – Belo Horizonte – Materiais, Equipamentos e Serviços	1467883
17	VI	ICC – Belo Horizonte – Mão-de-Obra	1468073
18	VI	ICC – Brasília – Total	1466806
19	VI	ICC – Brasília – Materiais, Equipamentos e Serviços	1466807
20	VI	ICC – Brasília – Mão-de-Obra	1466998
36	VI	ICC – Porto Alegre – Total	1471105
37	VI	ICC – Porto Alegre – Materiais, Equipamentos e Serviços	1471108
38	VI	ICC – Porto Alegre – Mão de Obra	1471298
48	VI	ICC – Recife – Total	1468955
49	VI	ICC – Recife – Materiais, Equipamentos e Serviços	1468958
50	VI	ICC – Recife – Mão de Obra	1469148
51	VI	ICC – Salvador – Total	1463471
52	VI	ICC – Salvador - Materiais, Equipamentos e Serviços	1463472
53	VI	ICC – Salvador - Mão de Obra	1463663
54	VI	ICC – São Paulo - Total	1472180
55	VI	ICC – São Paulo - Materiais, Equipamentos e Serviços	1472183
56	VI	ICC – São Paulo - Mão de Obra	1472373
47A	VII	INCC por estágios - DI - Todos os Itens	1464783
48A	VII	INCC por estágios - DI - Materiais, Equipamentos e Serviços	1464784
49A	VII	INCC por estágios - DI - Materiais e Equipamentos	1464791
50A	VII	INCC por estágios - DI - Materiais para Estrutura	1464792
51A	VII	INCC por estágios - DI - Material Metálico	1464799
52A	VII	INCC por estágios - DI - Material de Madeira	1464800
	VII	INCC por estágios - DI - Material à base de minerais não metálicos	1004901
53A	VII	INCC por estágios - DI - Material à base de minerais não metálicos	1464807
54A	VII	INCC por estágios - DI - Materiais para Instalação	1464808
55A	VII	INCC por estágios - DI - Instalação Hidráulica	1464815
56A	VII	INCC por estágios - DI - Instalação Elétrica	1464816
57A	VII	INCC por estágios - DI - Materiais para Acabamento	1464840
58A	VII	INCC por estágios - DI - Produtos Químicos	1464847
59A	VII	INCC por estágios - DI - Revestimentos, Louças e Pisos	1464848
60A	VII	INCC por estágios - DI - Esquadrias e Ferragens	1464855
61A	VII	INCC por estágios - DI - Material para Pintura	1464863
62A	VII	INCC por estágios - DI - Madeira para Acabamento	1464864

Coluna	Página	Índices – Descrição	Código FGVDADOS
		Índice Geral de Preços - IGP e seus componentes - IPA, IPC e INCC	
63A	VII	INCC por estágios - DI - Pedras Ornamentais para Construção	1464872
64A	VII	INCC por estágios - DI - Equipamentos para Transporte de Pessoas	1464880
65A	VII	INCC por estágios - DI - Serviços	1464888
66A	VII	INCC por estágios - DI - Aluguéis e Taxas	1464895
67A	VII	INCC por estágios - DI - Serviços Pessoais	Descontinuada
68A	VII	INCC por estágios - DI - Serviços Técnicos	1464896
69A	VII	INCC por estágios - DI - Mão de Obra	1465152
70A	VII	INCC por estágios - DI - Auxiliar	1465143
71A	VII	INCC por estágios - DI - Técnico	1465144
72A	VII	INCC por estágios - DI - Especializado	1465151

Coluna	Página	Índices – Descrição	Código FGVDADOS
		Índices de Obras Públicas (Parceria do FGV IBRE e DNIT)	
36	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Obras de Artes Especiais	157964
37	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Pavimentação	157972
38	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Terraplenagem	157956
39	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Consultoria (Supervisão e Projetos)	157980
39A	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Drenagem	1002385
39B	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Sinalização Horizontal	1002386
39C	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Pavimentos de Concreto de Cimento Portland	1002387
39D	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Conservação Rodoviária	1002388
39E	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Ligantes Betuminosos	1002389
40	VIII	Índice de Obras Portuárias - Estruturas e Obras em Concreto Armado	159665
41	VIII	Índice de Obras Portuárias - Estruturas e Fundações Metálicas	159673
42	VIII	Índice de Obras Portuárias - Dragagem	159681
43	VIII	Índice de Obras Portuárias - Enrocamento	159691
44	VIII	Índice de Obras Portuárias - Redes de Energia Elétrica e Sinalização Ferroviária	159703
45	VIII	Índice de Obras Portuárias - Linhas Férreas	159711
46	VIII	Índice de Obras Portuárias - Obras Complementares	159721

Observações: Os indicadores são divulgados em números índices. A Coluna era a forma de identificação dos índices na revista. No FGV Dados esses índices têm um código numérico associado.

As séries que eram publicadas na Revista Conjuntura Econômica estão reunidas na modalidade de acesso Standard do banco de dados FGV Dados;

Fonte: FGV IBRE - SIMG - Superintendência de Infraestrutura e Mercados Globais - Gestão de Produtos

Contato: ibre@fgv.br

CONJUNTURA ECONÔMICA

FGV IBRE

BIBLIOTECA VIRTUAL

São 130 mil páginas escritas pelos maiores especialistas de cada época, com a visão técnica e analítica do momento. Cada palavra foi indexada - inclusive pelos mecanismos de busca - para que você encontre, em segundos, o que pesquisa, via desktop e mobile.

- JUSCELINO KUBITSCHEK: 50 anos em 5?
- O MILAGRE ECONÔMICO: Conheça sua evolução.
- HIPERINFLAÇÃO: 100% ao mês? Como sobrevivemos? O que deu certo e o que deu errado? Como chegamos a ela? Como saímos dela?
- PRIVATIZAÇÃO DA TELECOMUNICAÇÃO: O que mudou?
- LICITAÇÕES DO PETRÓLEO: Como foram na época? O que podemos inferir para as atuais?
- BREXIT: Impactos na estabilidade da União Européia?

ESTÁ TUDO AQUI. SÃO MAIS DE 12 MIL ACESSOS POR MÊS. VISITE, PESQUISE E TENHA UMA NOVA VISÃO DO PASSADO.

ACESSE AGORA E PESQUISE EM TODO O CONTEÚDO DA REVISTA.

fgv.br/ibre/bibliotecavirtual

Selecione pontualmente ou pesquise em todas as 7 décadas de uma só vez.



VOCÊ PODE TER ESTES RECURSOS EM SEUS DOCUMENTOS!

Acesse agora www.docpro.com.br e veja como é simples e rápido encontrar a informação que precisa, dentro dos seus documentos. A gestão do conhecimento Docpro é eficaz tanto para impressos (atas,relatórios, contratos, revistas, etc) bem como para materiais digitais (doc, pdf, fotos, WhatsApp, planilhas, etc). Acessível para consulta no computador, tablet ou smartphone.

Tecnologia: docpro.com.br

tecnologiadocpro


O MERCADO
PREFERE QUEM
TEM MAIS QUE MBA.
PREFERE FGV.
Conheça o amplo portfólio da FGV e escolha para o seu currículo uma instituição que é a número 1 no ranking do IGC – Índice Geral de Cursos do MEC.
Torne-se um profissional de referência na área de conhecimento ideal para você:
• Administração Pública
• Direito
• Economia e Finanças
• Estratégia e Negócios
• Gestão de Setores Específicos
• Liderança e Pessoas
• Marketing e Vendas
• Relações Internacionais
• Tecnologia e Ciência de Dados
MBA FGV
É MAIS QUE MBA, É FGV.
SAIBA MAIS E INSCREVA-SE: fgv.br/mba
3A BRASIL